

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU EM HISTÓRIA**

MARINETE SIMÕES GRAZZIOTTI

**DEVER DO ESTADO E DIREITO DO
CIDADÃO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO
GOVERNO VARGUISTA NO ESPÍRITO
SANTO (1930 – 1945)**

**VITÓRIA
2006**

MARINETE SIMOÕES GRAZZIOTTI

DEVER DO ESTADO E DIREITO DO CIDADÃO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO VARGUISTA NO ESPÍRITO SANTO (1930 – 1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Prof. Orientador: Dr. Sebastião Pimentel Franco

VITÓRIA
2006

MARINETE SIMÕES GRAZZIOTTI

**DEVER DO ESTADO E DIREITO DO CIDADÃO:
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO VARGUISTA
NO ESPÍRITO SANTO (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas do centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do Grau de mestre em História na área de concentração em História Social.

Aprovada em ____ de ____ de 2006

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Batista de Vitória

Prof^a. Pós-doutora Maria da Penha Smarzaró Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo

“Aos meus filhos Shanna e Leonardo, pela
ajuda e apoio despendidos na conclusão
dessa pesquisa histórica”

AGRADECIMENTOS

Somente quem já se impôs o desafio de voltar a estudar, tornar-se ávido pesquisador para, afinal, obter o grau de Mestre, conhece os obstáculos que temos que vencer. Durante pelo menos dois anos, tudo gira em torno de leitura, reflexões e escrita, transformadas em prioridade número um em nossas vidas. Daí a importância de estar cercada de pessoas positivas, que, com palavras de apoio e estímulo, nos devolvem a autoconfiança e nos fazem acreditar que o sacrifício vale a pena.

Felizmente pude contar com o carinho e a disponibilidade de muitas pessoas, não só de pessoas pertencentes ao meu círculo de amizades ou ao núcleo familiar, mas também de pessoas anônimas, que mesmo sem o saber, estavam me ajudando. A todas elas que, com um gesto ou um sorriso, tornaram menos penosa a minha caminhada, agradeço de coração.

A outras pessoas, quero expressar agradecimentos muito especiais pela contribuição direta e decisiva à elaboração deste trabalho.

Ao Professor Sebastião Pimentel Franco, que pacientemente orientou este estudo, conjugando profissionalismo e amizade. Seria injusto deixar de registrar a dedicação com que acompanhou todas as etapas da elaboração deste estudo, seja mantendo uma interlocução segura e positiva, seja criando espaços na sua atribulada agenda para novas orientações.

À minha família, a quem coube a paciente tarefa de acompanhar (e aturar) de perto a prolongada (e muitas vezes nervosa) elaboração deste trabalho. Acima de tudo, a meus filhos e meu esposo, pelo sacrifício e dedicação de uma vida inteira, que tornaram tudo isso possível.

Aos colegas de Mestrado, em especial a Vanessa e Lizete. Sem sua amizade, decisão e apoio logístico, tudo neste trabalho teria sido imensamente mais aborrecido e difícil, se não impossível.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, responsáveis pelo embasamento teórico que propiciou meu aprimoramento intelectual.

À professora Maria da Penha Smarzaró Siqueira, responsável pela orientação inicial a este trabalho, pela paciência e confiança demonstradas, mesmo com todas as dificuldades e dores de cabeça.

À professora Maria Beatriz Nader, pela instigante argüição na Banca de Qualificação e pelas significativas sugestões.

Aos funcionários do Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFES, em especial a Marta e José Roberto, pelo atendimento atencioso e presteza, facilitando o acesso a referências historiográficas.

A Deus, em especial, agradeço humildemente mais esta oportunidade.

RESUMO

Este estudo objetiva analisar as políticas públicas voltadas para a população mais pobre implementadas entre 1930 e 1945 no Espírito Santo sob a égide do Estado Vargasista. Para empreender essa análise, são focalizadas as áreas de atuação dessa política, com ênfase nos setores de saúde e educação. Como fonte documental, foram utilizados leis, decretos, discursos, jornais e mensagens dos Presidentes de Estado naquele período - Punaro Bley e Jones dos Santos Neves. Ao analisar as políticas públicas destinadas à população economicamente, mais carente investiga-se, ao mesmo tempo, a percepção do estado Vargasista sobre a pobreza e a exclusão social. Entende-se que, com a implementação de ações públicas visando atender às camadas marginais, o Estado brasileiro assume uma postura nitidamente assistencialista, pressupondo que, por esta via, resolveria o problema da pobreza da população.

Palavras-chave: Era Vargas, Espírito Santo, políticas públicas, pobreza, assistencialista

ABSTRACT

The present study has as its main objective to analyze public policies geared towards the less privileged, implemented in the State of Espírito Santo between 1930 and 1945 under the Vargas' state control. In order to carry out this analysis, we focus on the areas where these policies worked, with an emphasis on the health and educational sectors. As documental sources, we used laws, decrees, speeches, newspapers and messages by the Presidents of the State during that period: Punaro Bley and Jones Santos Neves. By analyzing the public policies destined to the needy, we are investigating, at the same time, how the Vargas' State perceived poverty and social exclusion. It is understood that, with the implementation of public actions geared to support the excluded levels of society, the Brazilian State takes over a clear assistentialist posture, intending, in that manner, to solve the problem of generalized poverty.

Key words: Vargas period, Espírito Santo, public policies, poverty, assistentialist.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Arrecadação do Estado do Espírito Santo em 1935	123
Tabela 02 – Despesas realizadas no Estado do Espírito Santo em 1935.....	124
Tabela 03 – Despesas do Estado do Espírito Santo com a Educação no período de 1931 a 1935	129
Tabela 04 – Unidades escolares construídas no Estado de 1931 a 1935.....	130
Tabela 05 – Matrícula Geral no Estado.....	130
Tabela 06 – Freqüência escolar no Estado.....	130
Tabela 07 – Movimento do serviço de saúde no Estado de 1931 a 1939	138
Tabela 08 – Movimento do serviço de saúde de 1935 a 1940 no Dispensário Antonio Fontes, em Vitória.....	139
Tabela 09 – Serviço de vacinação pelo Bacilo Calmette-Guérin (B.C.G.), em Vitória, no ano de 1936	140
Tabela 10 – Atendimento ambulatorial no Hospital Infantil de Vitória no período de julho de 1935 a dezembro de 1939.....	146
Tabela 11 – Atendimentos no Hospital Infantil de Vitória, desde sua instalação de 1936 até dezembro de 1939	147
Tabela 12 – Custeio com Lepra e Doenças Venéreas na cidade de Vitória - 1935 a 1939	149
Tabela 13 – Auxílio do Governo Federal junto à área de saúde no Estado	150
Tabela 14 – Custeio com Doenças Venéreas na cidade de Vitória no período de 1935 a 1939.....	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	17
1 O ethos da pobreza	17
1.1 O discurso ideológico da pobreza e a questão social	17
CAPÍTULO II	31
2 A Era Vargas: uma breve radiografia	31
2.1 O Espírito Santo na Era Vargas	59
CAPÍTULO III	68
3 A exclusão social no Espírito Santo.....	68
3.1 A República e o reordenamento da cidade de Vitória.....	68
3.2 O advento da República e a exclusão social.....	82
3.3 Os pobres de Vitória	94
CAPÍTULO IV	105
4 As políticas públicas no Espírito Santo durante a Era Vargas	105
4.1 Introdução	105
4.2 As políticas públicas na Era Vargas: Educação e saúde	109
4.3 Educação, Saúde e Assistência aos excluídos no Espírito Santo	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS.....	166

INTRODUÇÃO

A discussão de questões relacionadas à pobreza está sempre na ordem do dia no contexto das reflexões sociais. Conceber alternativas, baseadas na assistência aos requisitos de sobrevivência e cidadania, incorporando reflexões que contemplam plenos direitos e deveres dos cidadãos, é imperioso num mundo cada vez mais complexo, discriminador e excludente.

É justamente a partir do século XIX, mais precisamente com o advento da República, que a pobreza urbana emerge como problema maior aos olhos da elite nacional. É nesse processo de transição da sociedade brasileira para uma ordem capitalista, com a Abolição da Escravatura (1888) e extinção do trabalho compulsório, que essa preocupação se manifesta. Com uma urbanização ainda embrionária, começa a se constituir um mercado de trabalho industrial e urbano, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, aproveitando a mão-de-obra livre formada por imigrantes e ex-escravos. Emergiu então, um discurso defendendo a noção de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade, e havia, portanto necessidade de integrar os indivíduos, inclusive aqueles situados na linha de pobreza.

Para resgatar o discurso sobre a pobreza naquela época, deve-se ressaltar a questão da saúde pública e da necessidade de higienização das cidades, como aparece no discurso médico-higienista.

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (1998), na sua obra “Os Pobres da Cidade”, o século XIX “descobriu” o fato social, reconhecendo-o como um problema e fez dele um campo do saber científico. Naturalmente, os fatos sociais ou os problemas decorrentes das desigualdades sempre existiram, mas o que é inovador é a possibilidade de ligar o conhecimento teórico dos “fatos sociais” a uma ação eficaz sobre o mundo social.

Sem dúvida o processo que dá margem a essa percepção é o próprio desenvolvimento do capitalismo e o florescer da sociedade urbano-industrial, que tem um “outro lado” a revelar nas cidades. O contraposto da riqueza, do luxo, da ostentação burguesa dá-se pela emergência dos pobres, dos populares, dos subalternos, dos proletários. Enfim, dos protagonistas da “questão social” (PESAVENTO, 1998).

A rigor a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se coloque como problema e indagação: o que fazer com os desafortunados, e, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenera em conflito e este em ameaça efetiva?

Desse modo é possível dizer que foi justamente a questão social que suscitou a elaboração de discursos científicos que a descrevam, analisem e despertem estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios. É assim que se articula o discurso médico higienista. Esses habitantes subalternos da cidade

(pobres, sujos, malvados e feios), precisam ser enquadrados dentro de uma ordem supostamente mais ordenada, bela, higiênica, moral.

Pesavento (1998) destaca ainda que é justamente a partir da pobreza urbana vinculada a doenças contagiosas como a tuberculose, varíola, febre amarela e a falta de higiene nas moradias coletivas, ambiente propício à promiscuidade e proliferação dessas doenças, que surgirão discursos científicos articulados por médicos higienistas no sentido de ordenar, moralizar, higienizar e embelezar esses habitantes subalternos da cidade (sujos, malvados e feios). Ou seja, esses habitantes pobres da cidade precisariam ser enquadrados dentro de uma ordem supostamente mais ordenada, bela, higiênica, moral. No entanto, deve-se entender esses discursos científicos¹ como voltados mais para a ideologia de transformar a população para que esta não se tornasse uma ameaça à sociedade como um todo, e menos como desejo de lhe proporcionar um meio de subsistência mais digno.

A par da proposta de higienização da cidade, deve ser considerada também a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora, presentes no pensamento jurídico e político da virada do século, bem como o discurso sobre a necessidade de transformar o homem livre [escravo liberto e imigrante pobre] em trabalhador assalariado, sobretudo numa sociedade ordenada pelo trabalho.

A importância atribuída à ética do trabalho se explica pela necessidade de criação de um contingente de trabalhadores assalariados, imprescindíveis ao processo de industrialização e ao mercado de trabalho livre, recém constituído no país. Quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes, era preciso dispor de mão-de-obra para atender ao desenvolvimento de atividades fabris, sobretudo no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, onde, além da indústria nascente, a próspera economia cafeeira necessitava permanentemente de braços.

Num contexto mundial onde políticas sociais fundamentadas em discussões teóricas buscam implementar ações efetivas no combate à pobreza, as quais se fazem emergenciais em países de capitalismo tardio, o Brasil vem travando, ao longo do seu processo histórico, lutas que passam por decisões governamentais, programas sociais e manifestações populares visando garantir a conquista de direitos, num constante embate social entre o Estado e a sociedade civil.

Uma reflexão sobre as questões que envolvem a problemática da pobreza na sociedade contemporânea, a percepção da pobreza presente na mentalidade coletiva, as mutações que as representações da pobreza sofrem em face do processo de desenvolvimento urbano das cidades e a ação do poder público, insere-se no contexto do crescimento do capitalismo no Brasil e na capacidade

¹ Discursos proferidos pelos médicos (século XIX), nos quais estes diagnosticavam as doenças a partir dos hábitos de moradias coletivas (cortiços) que seriam focos de irradiação de epidemias, além de terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos.

relativa das cidades se defrontarem com a dinâmica urbana e com a reprodução das formas de desigualdade social (SIQUEIRA, 2003).

Na ótica dessas questões, este estudo busca compreender e analisar a questão social em Vitória, abordando a situação da pobreza urbana e a ação do Poder Público em relação à população menos favorecida da cidade. Pretende explicitar o quadro social que prevalecia na cidade de Vitória entre 1930-1945, situando a população considerada pobre no âmbito de suas características gerais enquanto população urbana, e a ação do Poder Público Estadual e Municipal dirigida para essa camada social, articulando a análise teórica com as variáveis que contextualizam o trabalho.

O período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950 caracteriza-se por um governo central de perfil autoritário, populista e assistencialista. Nesse sentido, trata-se de verificar de que modo esse poder central se refletia nas políticas públicas implementadas por seus prepostos em nível estadual.

Como capital do Espírito Santo, Vitória foi sempre a primeira cidade a receber os benefícios governamentais e, portanto, aparece como objeto privilegiado para um estudo dessa natureza, em que se deseja identificar os efeitos de políticas voltadas para a população mais pobre. Interessa investigar a percepção do estado Vargas sobre a pobreza e a exclusão social. É assumido como hipótese o fato de que o Estado, ao implementar ações públicas para a questão da exclusão

social, tenha por lógica que o assistencialismo daria conta de resolver a situação de pobreza no Espírito Santo.

A pesquisa foi organizada em quatro capítulos. No primeiro discutimos o Ethos da pobreza, enunciando o discurso ideológico da pobreza e a questão social. Ao apresentar esse perfil, evidencia-se a conjuntura estadual (aspectos sócio-econômicos e políticos), mostrando como se encontrava o Espírito Santo, mais especificamente Vitória, em relação à economia e à política após a Proclamação da República.

No segundo capítulo, realizamos uma breve radiografia da Era Vargas e da situação política do governo do Interventor Bley no Espírito Santo.

O terceiro capítulo aborda a exclusão social no Espírito Santo, o reordenamento da cidade de Vitória com o advento da República, a urbanização da cidade, o embelezamento e as novas construções, além de mostrar quem eram esses pobres. Inclui ainda uma análise do discurso higienista, que postulava a higiene como forma de civilização e manutenção da ordem pública. Segundo esse discurso, as classes pobres (ou “perigosas”) eram tidas como responsáveis pela proliferação de doenças contagiosas; a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora era apresentada como necessidade de transformar o homem livre (escravo liberto e imigrante pobre) em trabalhador assalariado em uma sociedade ordenada pelo trabalho.

O quarto capítulo apresenta as políticas públicas destinadas aos pobres no governo Vargas no Espírito Santo, enfocando o discurso dos governantes sobre a exclusão social em Vitória. Focaliza a ação do Poder Público em benefício desses pobres, quando existia, e se, de fato, essa camada da população usufruía de tais benefícios. Investiga-se a existência de outros tipos de ajuda por parte do Estado, em relação aos pobres, qual a forma encontrada para atendê-los e qual a relação entre essa camada da população e o trabalho.

Na elaboração desta pesquisa, foram utilizadas fontes secundárias e primárias. O ponto de partida foi a pesquisa bibliográfica fundamentada em livros, jornais, revistas, monografias e teses, artigos de pesquisadores e escritores sobre temas relativos ao Espírito Santo. Tais levantamentos foram feitos, principalmente na Biblioteca Pública Municipal de Vitória, Secretaria de Justiça e Jornal A Gazeta.

Quanto à pesquisa documental ou de fonte primária, a coleta de dados foi realizada no Arquivo Público Estadual, priorizando um levantamento documental restrito a documentos tais como: leis, decretos, discursos, mensagens de Presidente de Estado e relatórios de situação financeira dos trabalhos realizados durante os governos de Punaro Bley e Jones dos Santos Neves (1930-1945).

CAPÍTULO I

1 – O ethos da pobreza

1.1- O discurso ideológico da pobreza e a questão social.

As ciências sociais, nas constantes análises sobre a sociedade e seus questionamentos, ponderam a questão da pobreza, suas causas e conseqüências. Discursos e ações no sentido de eliminá-la fazem parte do cotidiano de nossa sociedade e ao longo do tempo os debates se repetem em diversificações ideológicas.

Com o nascimento do capitalismo e o aumento da pobreza, essas temáticas foram observadas pelos pesquisadores como um fenômeno de ordem evolutiva, que se reflete em elementos econômicos e sociais. A História, dentre outras ciências sociais, procura visualizar no passado o entender da formação da miséria, como também a lógica dos programas e projetos com o interesse de exterminá-la.

Com efeito, Lakatos e Marconi (1991) ressaltam que a História

[...] investiga acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (1991: p.107).

Os objetivos materiais e sociais que distinguem os pobres dos não-pobres seriam determinados pela própria sociedade, ou seja, de acordo com as regras econômicas e sociais estabelecidas por cada país ou sociedade, pois a condição

proporcionada pela pobreza não é resultado de apenas questões econômicas, mas, principalmente, de aspectos políticos.

De acordo com Aldaíza Sposati (1988), a falta de recursos que garantam a sobrevivência não é o único fator que determina um estado de pobreza, também influi a carência de prerrogativas impostas pelo modelo econômico e social vigente, desejados pelas classes menos favorecidas como objeto de ascensão e até mesmo inclusão social na comunidade.

As palavras de Sposati (*apud* NOGUEIRA in BOSCHI, 1991: p.108):

A pobreza se expressa não só pela impossibilidade de suprir as condições mínimas de sobrevivência, mas também pela frustração de expectativas pela falta de acesso a certos privilégios que o modelo de produção de bens especiais [bens de luxo], geravam na população.

Sposati (1988) acredita, portanto, que os pobres desejam, mas não conseguem, adentrar no modo de vida estabelecido pelos valores culturais de parte da sociedade, no caso as classes dominantes. Eles carregam consigo a frustração de não conseguirem se sustentar adequadamente e acalentam sonhos de consumo ou necessidades materiais criadas pelo modo econômico, impossíveis de serem realizados por todos.

O discurso liberal² afirma que todos os homens são iguais, mas a dura realidade do mundo urbano demonstra que “uns são mais iguais que os outros”. Os ventos do progresso embalam a crença nas virtudes redentoras do trabalho, porém a vida

demonstra que há um abismo entre a labuta de um banqueiro e de um operário no serviço árduo das fábricas (PESAVENTO, 1998).

A mesma autora mostra ainda que, na prática, as coisas não funcionam como na teoria. A realidade do mundo urbano é bem diferente do discurso liberal. Retrata a desigualdade social no sentido de que nem todos têm a mesma oportunidade de trabalho, educação e moradia. Essa desigualdade advinda da sociedade capitalista, onde uns têm muito e outros têm pouco, gerou as condições para que a questão social se coloque como problema e indagação. O que fazer com os desafortunados e, principalmente, o que fazer para que a questão social não se transforme em violência urbana e esta em ameaça constante, principalmente aos poderes públicos?

Não devemos esquecer que, em um país como o Brasil, é preciso colocar como prioridade nacional a questão social, ou seja, o combate à pobreza sem esquecer a questão da cidadania, inculcando nesses pobres consciência política e mostrando-lhes o dever de reivindicar seus direitos como cidadãos.

Piva (2005) diz que:

Carentes de recursos econômicos, os pobres também estão desprovidos de consciência política e dos direitos que constituem a cidadania. Serviços de saúde, educação, moradia e saneamento de qualidade não são relacionados por eles como produto dos impostos e tarifas pagas ao governo nas ações cotidianas, mas muitas vezes, vistos como favores empreendidos por políticos em troca de votos (2005: p 14).

² O discurso liberal prega a igualdade entre os homens onde todos têm direito à saúde, educação, moradia e trabalho. Porém, a sociedade capitalista retrata a desigualdade social de uma forma que a riqueza se concentra apenas nas mãos de poucos.

Deduz-se, portanto, que os pobres desprovidos de consciência política se sentem marginalizados e dependentes, na medida em que essa garantia de sobrevivência promovida pelo Estado em decorrências de ações assistencialistas se relaciona com o medo proporcionado pela vinculação da pobreza com a marginalidade. Esse assistencialismo não se reproduz como um contexto gerador de consciência cidadã. Portanto, a falta de condições de subsistência advém da própria apartação do sujeito dentro da sociedade, que o coloca à margem do modo de vida estipulado como adequado ao bem-estar.

Lúcio Kowarick (1994), em “Trabalho e Vadiagem”, fala da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no século XIX, e da não-adaptação da mão-de-obra às lavouras de café, formando um contingente cada vez maior de desocupados e vadios que vai dar origem à “ideologia da vadiagem” que, afinal, justifica a vadiagem criminosa e a prostituição.

Estando na marginalidade, o pobre passa a ser visto como que despossuído de regras morais, constituindo-se seu caráter de sentimentos menos nobres como a inveja, a brutalidade e a prevaricação, condutores de ações que produzem a violência na sociedade.

Chegamos, assim, à constatação de que (a questão social era uma ameaça à ordem e seus protagonistas) os pobres da cidade eram por si perigosos. Esta

colocação é paradoxal, na ótica de Pesavento (1998), pois são justamente os desafortunados os que necessariamente são obrigados a se converterem em trabalhadores para subsistirem. Essa associação se dá justamente na época da valorização do trabalho como crédito de honra e dignidade. Mas os desvalidos só se converterão em trabalhadores ordeiros se sobre eles exercer-se feroz vigilância visando disciplinar corpos e mente, pois são grandes os riscos de caírem na contramão ou apresentarem comportamentos desviantes.

Ainda de acordo com a mesma autora, pobres, subalternos, populares, proletários têm todos em comum o fato de serem habitantes da urbe e a sua inserção neste meio se dá em termos de entrada por baixo na escala social, em termos de subalternidade (PESAVENTO, 1998).

Assim, esses subalternos que têm sua trajetória na cidade são tidos como economicamente pobres e seu acesso ao consumo é limitado. Mais do que isso, não têm meios de subsistência e, para eles, a moradia se configura como um dos maiores problemas, logo abaixo da subsistência. Desempenham as tarefas menos qualificadas e podem engajar-se ou não no mercado formal de trabalho. Ora são empregados de alguém, tendo, pois, um patrão, e dele recebendo o seu sustento pelo desempenho de uma tarefa regulamentada e controlada; ora são “avulsos”, free-lancers, que vivem de “expedientes”, biscates, pequenas tarefas. Politicamente, são os tais cidadãos, pouco ouvidos pelas autoridades em suas reclamações e sendo considerados suspeitos aos olhos da polícia (PESAVENTO, 1998).

A emergência do mundo urbano, dimensão social onde melhor se configura a realização do capitalismo, implica um duplo processo de integração e confinamento dos subalternos. Por um lado, a concentração de capitais e reordenação das atividades produtiva exigem o engajamento do trabalhador, o despossuído da urbe, que tende a ser absorvido nas fábricas nascentes ou nos setores de serviços necessários à vida urbana tais como: lavadeiras, sapateiros, alfaiates, costureiras. Por outro lado, este contingente proletário é confinado a determinadas zonas do espaço urbano, as que circundam as fábricas, as mais distantes, mais baixas e insalubres.

Abordando esta questão, Siqueira (2002) adverte:

O crescimento populacional urbano, apoiado no êxodo rural, por conta de antigos problemas no campo é uma marca da expansão urbana brasileira, que não se justifica na lógica das novas interpretações. Os problemas urbanos potencializados na existência de numerosas favelas e outros desenvolvimentos sociais negativos, também são antigas expressões de precariedade (quantitativa e qualitativa) das condições de vida nas cidades brasileiras (2002 p.103).

Isto quer dizer que os problemas urbanos de superpopulação e moradia não são privilégios dos tempos atuais, pois já existiam nos séculos XIX e XX, quando os trabalhadores do campo deixavam as lavouras para tentarem uma vida melhor na cidade trabalhando nas fábricas e constituindo, com isso, o êxodo rural. Esse contingente populacional, sem grandes perspectivas e sem condições de ter uma moradia digna, morava em habitações coletivas, “cortiços”, ou em favelas. Portanto as condições não são tão diferentes do que ocorre hoje. O que há de

novo é a forma de tratar esses problemas como um todo, não diferenciando questões rurais de problemas urbanos, dando um enfoque globalizador, tornando essa desigualdade cada vez mais gritante.

A literatura social brasileira há muito aponta essa problemática urbana e suas implicações negativas como questões de difícil enfrentamento, que se têm apresentado insuperáveis face aos mecanismos dos modelos de modernização nacional. Cabem aqui referências a Singer (1977) e Kowarick (1976), que não apenas tratam os problemas da urbanização, no contexto dos modelos de desenvolvimento nacional, como também os preservam como traço teórico comum: um enfoque globalizador.

Singer (1997) demonstra que:

A problemática urbana só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural que afeta tanto a cidade como o campo e não se esgota em seus aspectos socioespaciais. No contexto atual esses aspectos expressam a aparência das novas modalidades do processo de reestruturação socioeconômica aliada à situações historicamente estabelecidas (1977: p.87).

Nesse mesmo sentido, Kowarick (1976) aponta que:

A falta de investimento em capital humano, mais precisamente na classe trabalhadora, e as precárias condições de integração que os centros metropolitanos tradicionalmente vem oferecendo a um imenso contingente populacional produtivo que se distribui nas cidades, e mais precisamente, nos seus espaços periféricos, vivendo em situação que não ultrapassa os limites da pobreza, não poderia contribuir para criar as bases necessárias para operar, de forma mais racional e menos desigual, a economia moderna que despontou nos anos 90 (1976: p.79-85).

Ou seja, aquela que funciona dentro do paradigma industrial da alta tecnologia competitiva, que exige um capital humano bastante superior ao herdado da nossa modernização desigual.

Dentro dessa ótica, tendemos a concordar com a argumentação de Velloso (1994: p.11), que sustenta:

[...] em país como o Brasil, modernidade não é apenas crescer rapidamente ou voltar-se para a competitividade. É também colocar em alta prioridade, na agenda nacional, a questão social. O combate à pobreza e a redistribuição de rendas (sem esquecer a questão da cidadania) [...] na verdade, deve-se evoluir para a idéia de modernidade indivisível: ou ela existe nas diferentes dimensões, econômica, social e política, e até mesmo cultural e ética, ou não há modernidade.

O entendimento do que seja modernidade, de fato, pode fazer diferença na lógica desse novo paradigma, que esperança pode existir para o Brasil, um país com uma tradição antagônica de dinamismo econômico, e também uma herança de pobreza absoluta e elevada desigualdade?

Enunciada enquanto problema, a questão social suscita a elaboração de discursos científicos que a descrevem, analisam e despertam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios.

Costa (1989) fala da preocupação dos médicos, não só com a higienização das famílias, mas com a moral da vida e do corpo. Todo o trabalho de persuasão higiênico desenvolvido no século XIX vai ser montado sobre a idéia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado.

A esse respeito, Costa (1989: p.110) observa que:

A residência colonial tinha sua morfologia e funcionamento determinados pelas relações entre família e ambiente social. A casa, através de sua dimensão; localização; disposição interna das peças ; ventilação; iluminação; ornamentação dos interiores; número e movimentação de seus ocupantes, respeitava e perenizava o modo de convivência entre os membros da família e o contato com o mundo. Desta forma, a rusticidade do material e técnicos de construção; a precariedade das instalações de água e esgoto; a pobreza de móveis e outros utensílios domésticos; a presença de escravos e a auto-suficiência econômica eram condições do pouco desenvolvimento urbano, econômico e social da colônia. A casa retratava a maneira como cidade e coletividade reagiam ao interesse familiar privado e vice-versa.

De acordo com o mesmo autor, a casa (moradia) demonstrava o tipo de relação que os ocupantes mantinham com a sociedade. Se fosse um ambiente familiar, de conforto, e se esse ambiente privado estivesse em contato com o mundo, era bem visto para o desenvolvimento da colônia. No caso de habitações precárias, sem saneamento básico, com a presença de escravos e auto-suficiência econômica, os membros dessa família não contribuíam para o desenvolvimento dessa cidade.

Tais discussões pressupõem intervenções de técnicos como o médico, o higienista, o advogado, o engenheiro, o urbanista, comumente atrelados ao Estado, ou ainda de particulares, como o patronato, interessado ele também na disciplinização dos subalternos.

Analisando a pobreza no Brasil, Chalhoub (1996) observa que, no espaço dos cortiços, os pobres seriam considerados a “classe perigosa”. Ressalta a pobreza sendo associada a crimes e vícios e vista como que desprovida de virtudes.

Tanto assim que, ao analisar a pobreza na cidade do Rio de Janeiro, afirma que, como metrópole emergente, com uma população num ritmo de crescimento acelerado, essa cidade era um verdadeiro “inferno social”. O Rio de Janeiro era a capital das epidemias (febre amarela, peste, cólera, varíola) e de outras doenças fatais como a tuberculose, que não poupavam nem os recém-chegados da Europa nem os residentes locais adultos ou crianças. A propagação das doenças relacionava-se diretamente às catastróficas condições de higiene às quais estava submetida grande parte da população.

De acordo com esse mesmo autor, isto quer dizer que essa proximidade da população através de moradias coletivas, aliada à falta de higiene dos moradores eram motivos para o crescimento desenfreado da pobreza, bem como a disseminação das doenças contagiosas. Isto era visto como um problema de falta de investimento em projeto habitacional por parte dos poderes públicos.

Discorrendo sobre a problemática social que significava o problema habitacional, Pesavento (1998: 88-89) levanta questões pertinentes:

O problema habitacional claro, que se convertia numa questão social a ser resolvida pelos poderes públicos e que fazia parte do rol de denúncias dos jornais populares. O que se podia esperar de locais insalubres e infectos, tais como os que o pobre habitava? Casebres sem ar e sem luz eram focos de doenças contagiosas, mas esta situação não comovia nem os proprietários e nem os poderes públicos.

Dessa forma, os cortiços e porões precisavam de espaço necessário para tornarem-se habitações higiênicas. Em cubículos sem ar e sem luz, seus

moradores também não tinham dinheiro para se servirem dos cubos do asseio público, fazendo despejos de lixo e águas servidas nas proximidades, o que contribuía para aumentar a sujeira da cidade.

Segundo o Jornal Gazetinha³ (apud PESAVENTO, 1998: p.90-91),

Aqui nesta cidade Porto Alegre, quem possui um pedaço qualquer de terreno julga ter uma Califórnia cuja exploração é facilíssima. Para isso constroem um galpão, sem alinhamento, sem confortabilidade, dividem-se em centenas de nichos faltos de luz e de ar e por preço exorbitante alugamos ao pobre proletário que vê-se na necessidade de habitá-los. Além desses infectos cortiços, há a moradia em porões, o que por forma alguma deveria existir, pois está mais que provado que essas habitações são sumariamente nocivas não só aos que nela vivem como também para a cidade em geral. Tantos os cortiços como os porões são úmidos e infectos, sendo em tudo e por tudo prejudiciais.[...]. E os casebres imundos onde pululam todas as espécies de miasmas, conhecidas ou não, continuam empestando a cidade.

Em relação à ideologia da higiene, as classes pobres, segundo Chalhoub (1996 p.43), não passariam a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social, representado pelos pobres, aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a

³ Artigo publicado em 12 dez. 1897. O referido jornal tinha sua sede em Porto Alegre- RS.

mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores. A primeira etapa consistia em tornar os ex-escravos ou trabalhadores livres em trabalhadores assalariados, tirando-os da rua e inculcando neles a importância da mão-de-obra assalariada. A segunda etapa consideramos que o investimento na educação desde a infância contribuiria para que essas crianças não se tornassem os vadios ou criminosos de amanhã.

Com isso, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade” faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade. Isto porque as habitações coletivas, ou mais precisamente os cortiços, seriam focos de irradiação de epidemias, tais como: febre amarela, varíola, tuberculose, além de serem, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. Daí o surgimento da higiene como uma ideologia, ou seja, utilizando a idéia de higienização, pretendia-se se chegar a uma raça mais embranquecida e a uma nova civilização⁴.

Para Chalhoub, o episódio da destruição do mais célebre cortiço do Rio de Janeiro, o Cabeça de Porco, no século XIX, mais precisamente no início da

⁴ Uma das grandes preocupações das elites brasileiras no século XX era transformar o Brasil em um país de etnia branca através do processo de miscigenação, principalmente com a chegada dos imigrantes europeus, com possibilidade dessa composição étnica no país.

Primeira República, se transformou num dos marcos iniciais, num dos mitos de origem mesmo, de toda uma forma de conceber a questão das diferenças sociais na cidade. Segundo o mesmo autor, existiriam dois pontos fundamentais dessa forma de lidar com a diversidade urbana. O primeiro seria a assunção que “classes pobres” e “classes perigosas”, usando a terminologia do século XIX, são duas expressões que denotam, descrevem basicamente a mesma “realidade”. O segundo refere-se ao surgimento da idéia de que uma cidade pode ser apenas “administrada”, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca a desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear, então, a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas.

As décadas que seguiram à virada do século XIX iriam abrir caminho e possibilitar a realização de vários dos ideais da recém-criada República, dentre os quais a transformação de uma sociedade baseada numa economia agro-exportadora numa sociedade mais moderna de tipo urbano-industrial.

CAPÍTULO II

2 – A Era Vargas: uma breve radiografia

Pretende-se neste capítulo analisar as iniciativas do Governo Vargas (1930 a 1945) visando atender às demandas criadas pelas classes pobres.

O poder oligárquico, a partir dos anos 20, começa a receber forte oposição política. Internamente, as próprias oligarquias se digladiavam a fim de garantir sua hegemonia.

Nessa época houve a eclosão de um movimento, que ficou conhecido por “tenentismo⁵”, liderado pela baixa oficialidade do exército. O movimento tenentista contestava o poder oligárquico estabelecido. Manifestou-se pela primeira vez

quando da sucessão do presidente Epitácio Pessoa. Este havia sido indicado a presidente pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, para suceder a Rodrigues Alves, que falecera antes de tomar posse.

Os tenentes pregavam um governo modernizador, progressista e industrializante, que combatesse as fraudes eleitorais. Propunham o fim do domínio do governo político e a implantação de uma administração mais técnica. Fizeram um movimento que “principiou como uma revolta em nome da corporação [...] para se transformar em revolta em prol da Nação” (FGV/CPDOC,1997).

Um episódio ocorrido em Pernambuco, no entanto, foi o estopim para a deflagração de um movimento dos tenentes contra o governo central. Concorriam às eleições na região um candidato aprovado pelo governo e outro, de oposição. As tropas federais enviadas para lá reforçaram a campanha do candidato apoiado pelas forças governistas. Ao final das eleições, os dois candidatos se proclamam vencedores. O governo federal intervém e manda mais tropas para Pernambuco.

Avisados pelos tenentes da região de Pernambuco e inconformados com a derrota, tenentes que serviam no Clube Militar do Rio de Janeiro, comandados por Hermes da Fonseca, então presidente do clube, acusam o governo de ter desrespeitado a Constituição. Hermes foi repreendido e preso e o clube onde ocorria a insurreição foi fechado.

⁵ Movimento popular que irrompeu em 1922, quando alguns jovens oficiais idealistas se revoltaram contra o Governo Federal devido a uma questão de honra militar. Esse movimento nacionalista

Desses movimentos, o mais significativo foi a rebelião de 1924, que se iniciou em São Paulo. Apesar de a cada dia aumentar a contestação aos grupos que dominavam o poder, os opositores não conseguiram, naquele momento, derrubar as forças governistas, e foram derrotados. Prepararam, no entanto, o caminho para o golpe que ocorreria alguns anos depois, em 1930.

Na sucessão de Washington Luís, em 1927, a crise que atravessava o país se avolumou ainda mais, abrindo definitivamente espaço para a eclosão da revolução. Ao mesmo tempo, um outro fator contribuiu para acender o pavio do barril de pólvora em que vivia o país nessa época: a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929.

A “Grande Depressão”, causada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929, teve sérias conseqüências no mercado mundial, afetando a economia brasileira, inclusive a do Espírito Santo. Os Estados Unidos diminuíram consideravelmente as importações de café, num ano em que a produção chegou a 28.941.000 sacas e as exportações se limitaram a 14.281.000 sacas.

A crise se agravou ainda mais com a questão sucessória de Washington Luís, presidente do Brasil no quadriênio 1926-30, cujo mandato terminou no dia 15 de novembro de 1930.

acabou dividido em facções à extrema direita e à extrema esquerda.

Para sucedê-lo foi escolhido o paulista e presidente de São Paulo, Júlio Prestes, com o objetivo de garantir a proteção ao cultivo e comercialização do café. O candidato “natural” à sucessão seria o presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos de Andrade, que levaria avante o rodízio entre candidatos de São Paulo e Minas Gerais na política do “café com leite”.

Derrotados nas eleições de 1930, os tenentes decidiram pôr fim ao sistema oligárquico através das armas. Após 2 meses de articulações políticas nas principais capitais do país e de preparativos militares, o movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, na tarde do dia 3 de outubro. Em menos de um mês a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pará, ainda sob controle do governo federal. Finalmente um grupo de militares exigiu a renúncia do presidente Washington Luís e pouco depois entregou o poder a Getúlio Vargas.

Foi portanto, a vitória do candidato governista Júlio Prestes nas eleições de março de 1930, derrotando a candidatura de Getúlio Vargas, apoiada pela Aliança Liberal, que deu início a uma nova rearticulação de forças de oposição que culminou na Revolução de 30. Os revolucionários de 30 tinham como objetivo comum impedir a posse de Júlio Prestes e derrubar o governo de Washington Luís, mas entre eles havia posições distintas quanto ao que isso representava e quais seriam as consequências futuras.

Enfim, em 3 de outubro, sob a liderança civil do gaúcho Getúlio Vargas e a chefia militar do tenente coronel Góis Monteiro, começavam as diversas ações militares. Simultaneamente deu-se início à revolução no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Nordeste, os três pilares do movimento.

Em 3 de novembro chegava ao fim a Primeira República e começava um novo período da história política brasileira, com Getúlio Vargas à frente do Governo Provisório. Era o início da Era Vargas, que se prolongaria até 1945. Alçado ao poder primeiro com o golpe da revolução de 30, que culminou com o Governo Provisório, Vargas promoveu um segundo golpe em 1937, dando início ao Estado Novo.

A década de 30 transformou o Brasil e a revolução colocou na ordem do dia a necessidade de pôr em prática uma nova política social e o país se abriu para o mundo externo.

De acordo com Mendonça (2002),

A Revolução de 30 promoveu um rearranjo na sociedade política possibilitando o assento de setores sociais marginalizados do poder, durante a Primeira República, em diversos níveis da máquina governamental. De fato, a Primeira República se caracterizou por uma paulatina modernização do país às custas da reorganização capitalista da cafeicultura. Indústria, crescimento urbano, melhoria de transportes, proletarização, apareceram subjugados à política do café-com-leite, pela qual os fazendeiros de café de São Paulo se alternavam com os mineiros no comando, dirigindo os interesses da importação do café como se fossem os exclusivos interesses da Nação (2002: p. 176-177).

No entanto, o regime inaugurado em 1930, aos poucos modificou e, em certo sentido, inverteu essa situação. Paulatinamente a oligarquia agroexportadora foi cedendo o papel de fração hegemônica no exercício do poder governamental aos grupos coligados de tecnocratas, militares e empresários industriais.

O afastamento das oligarquias cafeeiras do comando da sociedade política e o empossamento de Getúlio Vargas como chefe do “governo provisório” redefiniu todo o quadro político, e deu margem para que vários setores sociais manifestassem o desejo de ver o seu projeto de Brasil adotado pelos novos mandatários ou, então, suplantando os novos mandatários.

Vargas supervisionou um significativo crescimento do governo em todos os níveis. A maioria de seus programas governamentais era de natureza social ou econômica. Antes de 1930, apenas alguns estados, principalmente Rio Grande do Sul e São Paulo, cuidavam dessas questões, e o faziam de forma ainda precária. Vargas organizou departamentos regionais para lidar com a seca, a energia elétrica e a produção de matérias-primas.

É sabido que o governo Vargas, segundo Ghiraldelli (2000), foi hábil em conquistar os vários setores sociais e, principalmente, em controlar os trabalhadores através de uma política que se esmerou em utilizar ora a alternância, ora a concomitância das táticas de cooptação e repressão. Usava de um lado a repressão aos radicais, e de outro a cooptação das lideranças reformistas e a decretação paternalista de benefícios sociais como salário mínimo,

férias, apoio às gestantes. Era, de fato, o início da realização do populismo-trabalhismo getuliano.

No entanto o regime Vargas, que pôs fim à cultura política do período oligárquico da Primeira República (1889-1930), que se caracterizava por ser um sistema federativo sob o qual os estados mais ricos, como Minas Gerais e São Paulo, dirigiam o país, deixando aos demais estados da federação as unidades mais pobres, as migalhas, e fazendo com que uma minoria de brasileiros vivesse confortavelmente, enquanto a imensa maioria vivia na pobreza, não sensibilizou o povo. Para Vargas, o mais importante era o que dizia respeito à política e economia e não à condição humana. Embora a década de 30 fosse uma época difícil para a maioria, novas oportunidades surgiram para os que tinham qualificação. O Brasil precisava de estatísticos, radialistas, eletricitas, arquitetos. Jovens saíam de pequenas cidades em busca de fortuna em cidades maiores. Famílias mais empobrecidas migravam para o Sul, atraídas pela promessa de empregos urbanos.

Segundo Levine (2001), o ápice e a base da pirâmide social permaneciam os mesmos, ou seja, as "boas famílias" ricas no topo e milhões de analfabetos, de pobres das áreas rurais, aproximadamente metade da população, na base. Em 1930, o número de trabalhadores industriais qualificados não chegava a 300 mil; e a maioria trabalhava longas horas em fábricas sujas, desprovidas de segurança, por salários irrisórios. A carência de trabalhadores nas áreas técnica e administrativa era crucial. Muitas empresas preferiram contratar imigrantes para

esses postos, fazendo pouco da ética do trabalho dos brasileiros não pertencentes à elite. A sociedade, afinal de contas, sempre dividira as pessoas em “gente decente” e “povo”, e não havia muito incentivo para tornar as coisas diferentes.

Poucos brasileiros das regiões rurais freqüentavam a escola mais de um ou dois anos, e alguns nem ao menos ingressavam nela. Como meeiros, acabavam endividados no comércio local e viviam subnutridos. As famílias sobreviviam à custa de favores dos patrões, em geral donos das terras em que os meeiros trabalhavam em troca de lealdade e de uma obediência incontestada. Esses homens e mulheres da zona rural eram considerados ingênuos e preguiçosos por seus compatriotas de melhores posses.

Porém Vargas acreditava que o Brasil podia modernizar-se rapidamente por meio da industrialização e de um esforço de engenharia social. Desde o início de sua carreira demonstrava simpatia pelas pessoas do povo, e como positivista, achava que elas poderiam ser ensinadas a viver no mundo moderno, assim como se instruem crianças de escola.

Por um lado, houve mudança no Brasil após 1930, início do governo Vargas, e por outro, permaneceu o mesmo durante os anos que foi chefe de estado. De acordo com Levine (2001), durante os anos em que Vargas foi chefe de Estado, a população brasileira não só cresceu como se transformou de fundamentalmente rural em fundamentalmente urbana. A economia teve sua diversificação, levando à transformação ao Centro-Sul, deixando o resto do país bem para trás, deslocado

no tempo. Enquanto que pescadores, camponeses sem terra, viviam no interior do país, numa vida de pobreza, a máquina econômica de São Paulo seguia a todo vapor, e o Rio de Janeiro tornava-se alvo do turismo internacional. O país assistia a grandes mudanças nos transportes, pois anteriormente à década de 30, o transporte entre estados restringia-se à navegação costeira e a estradas mal conservadas. As linhas férreas ligavam os engenhos e as minas aos portos. Apenas durante o governo de Vargas o programa de construção de estradas avançou com firmeza; e, depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ganharia uma rede de aeroportos, cortesia dos americanos, que os construíam para fins militares.

Ao mesmo tempo, embora a composição da elite mudasse, não houve mudança nem nos privilégios desta nem nas barreiras sociais à mobilidade social, com exceção dos descendentes de alguns imigrantes. O apadrinhamento, ou seja, a necessidade de ligações e favores pessoais, continuava a afetar quem recebia benefícios e quem não os recebia. A oferta de educação pública e serviços de saúde continuava em grande parte insuficiente para um país do tamanho do Brasil; os ricos não pagavam impostos e a terra permanecia uma fonte de poder, qualquer que fosse a produtividade. Proibia-se a mobilização das massas, e a maioria dos cidadãos brasileiros vivia às margens da economia de mercado e fora da arena política. O comando das forças armadas partia do princípio de que podia intervir quando o desejasse, e as elites civis aceitavam o papel moderador dos militares.

Diferentemente dos Estados Unidos e México durante os anos 30, quando as metas populistas foram acompanhadas de uma ampla intervenção do Estado, no Brasil os esforços feitos no sentido de uma reorganização da economia não chegaram a canalizar recursos públicos para criar empregos ou tornar produtivas as imensas regiões do país. O populismo corporativista foi um veículo utilizado para manter o poder político, conferir autonomia e influência ao estado centralizador, e nunca para renunciar ao controle real. No que se refere ao Brasil, os programas decorrentes da legislação social de Vargas eram essencialmente manipuladores, técnicas enganosas empregadas para canalizar a energia de grupos emergentes, principalmente das classes médias e trabalhadoras assalariadas e urbanas, para entidades controladas pelo governo (FGV/CPDOC, 1997).

Os brasileiros acolheram as iniciativas de Vargas por elas lhes prometerem melhores condições de trabalho, garantia de emprego e oportunidade de habitação subsidiada. Contudo, a criação do ministério do Trabalho, menos de um mês depois da vitória do movimento revolucionário, indicava a disposição do Governo Provisório de alterar os rumos da política trabalhista, previdenciária e sindical até então adotada pelos governos da Primeira República. Na avaliação de membros do governo revolucionário, chegara o momento de abandonar a postura vacilante e defensiva dos governos anteriores frente à questão social e estabelecer um novo tratamento para um problema que voltava a preocupar as autoridades. A crise econômica continuava a ceifar empresas e empregos, eclodiam greves e manifestações contra a fome em importantes cidades, ao

mesmo tempo em que crescia a ação sindical. O Governo Provisório tinha consciência de que era necessário fazer algo mais do que reprimir as manifestações operárias à bala e suspender as comemorações do 1º de maio de 1931.

O primeiro ministro do Trabalho, nomeado quando da criação do ministério, foi Lindolfo Collor. A ele coube colocar em andamento um conjunto de medidas destinadas a mudar o padrão das relações de trabalho no país. Partia-se do pressuposto de que apenas com a intervenção direta do poder público seria possível amortecer os conflitos entre capital e trabalho presentes no mundo moderno. Essa intervenção ganhou expressão concreta em março de 1931, quando, pelo Decreto Nº 19.770, foi estabelecida a Lei de Sindicalização. A nova lei tinha como objetivo geral fazer com que as organizações sindicais de empresários e trabalhadores se voltassem para a sua função precípua de órgãos de colaboração do Estado. A intenção, portanto, era colocar em prática um modelo sindical baseado no ideário do corporativismo.

Para tanto, foi necessário romper com a pluralidade sindical existente até então. Pela nova legislação, adotava-se o princípio da unidade sindical, em que apenas um sindicato por categoria profissional era reconhecido pelo governo. Tal como em outros órgãos governamentais, vedava-se a propaganda política e religiosa no interior das agremiações sindicais. A sindicalização não era obrigatória, mas a lei estabelecia que apenas as agremiações reconhecidas pelo governo poderiam ser

beneficiadas pela legislação social. Caberia ao Ministério do Trabalho supervisionar a vida política e material dos sindicatos.

A reação contra essa política de enquadramento foi imediata por parte de lideranças católicas, empresariais e de trabalhadores. A igreja temia que a ampliação do raio de ação do Estado pudesse, na prática, inviabilizar o movimento sindical católico em expansão naquele início dos anos 30. Setores do empresariado também se mostraram descontentes. De um lado, porque temerosos da força de sindicatos únicos com respaldo governamental e, de outro, porque interessados em preservar a autonomia das suas organizações sindicais, ainda que vissem com bons olhos o propósito apaziguador da nova legislação (FGV/CPDOC,1997).

Finalmente, por parte das correntes operárias interessadas em manter o sindicalismo livre da tutela estatal, a lei foi recebida como uma séria ameaça à sobrevivência da liberdade sindical por elas apregoada. A palavra de ordem passou a ser o máximo de resistência possível ao sindicalismo oficial.

Apesar das críticas, o governo não desistiu de implementar o seu projeto. Com o intuito de viabilizar o novo modelo de sindicalismo, tratou também de introduzir uma série de novas leis trabalhistas e previdenciárias. Tanto na gestão de Lindolfo Collor (1931-1932) no Ministério do Trabalho como, principalmente, na do seu sucessor Salgado Filho (1932-1934), foram inúmeras as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as relações de trabalho no país. Entre

as mais importantes, pode-se destacar a nova Lei de Férias; o novo Código de Menores; a regulamentação do trabalho feminino, e o estabelecimento de convenções coletivas de trabalho. Esse conjunto de medidas esbarrou, muitas vezes, na resistência de setores do empresariado, preocupados com a crescente intervenção do Estado nas relações de trabalho.

No campo da assistência social, o governo também introduziu importantes mudanças. Ao lado das Caixas de Aposentadoria e Pensões (que vinham desde a década de 1920), foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, órgãos controlados pelo Estado, responsáveis pela extensão de direitos sociais a categorias nacionais de trabalhadores. Durante a década de 1930, foram criados Institutos de Aposentadoria e Pensões de várias categorias como industriários, comerciários, bancários, funcionários públicos.

A estratégia governamental surtiu efeito. Centenas de sindicatos de trabalhadores tornaram-se legais nos anos de 1933 e 1934 para poder gozar dos benefícios previstos pela nova legislação e para poder eleger deputados classistas à Assembléia Constituinte. A luta sindical, cada vez mais, passou a orientar-se no sentido de ver aplicadas as leis burladas pelas empresas. Nesse sentido, tornou-se muito importante o papel das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas pelo governo em 1932 para dirimir conflitos trabalhistas. Esses órgãos foram à base da Justiça do Trabalho, que seria estabelecida pela Constituição de 1934.

Os meses que se seguiram à promulgação da Constituição foram marcados pelo avanço do movimento sindical e pela radicalização política. O novo ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, atuou intensamente no sentido de manter a situação social sob controle. Ao lado da criação de sindicatos-fantasmas leais ao governo (sindicatos de carimbo), promoveu intervenção em um grande número de sindicatos de trabalhadores. A partir de abril de 1935, com a aprovação pelo Congresso da Lei de Segurança Nacional que deu carta branca ao governo para combater os subversivos, essa política intervencionista recebeu um novo impulso, prolongando-se até a década de 1940, em pleno Estado Novo (FGV/CPDOC, 1997).

A instauração do Estado Novo permitiu a Vargas levar adiante e sistematizar, à sua maneira, a política social iniciada no começo da década de 1930. Retiraram-se de cena as forças político-sociais que nos anos que antecederam o golpe de 1937 lutavam no Congresso e nos sindicatos contra a tutela do ministério do Trabalho e seu projeto de unidade sindical. Novas leis foram editadas, com o objetivo de consolidar no país uma estrutura sindical baseada no corporativismo. Fortaleceu-se, enfim, o ministério do Trabalho, que, com o decorrer do tempo, se transformou em um órgão político estratégico para a construção da imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, amigo e protetor dos trabalhadores.

A Constituição de 1937 fixou as diretrizes da política social e trabalhista que seria implementada no Estado Novo. Foram confirmados direitos trabalhistas já fixados na Constituição de 1934, como salário mínimo, férias anuais e descanso semanal,

e foi também mantida a Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos entre empregados e empregadores. O salário mínimo foi regulamentado em abril de 1938, devendo corresponder às necessidades básicas de um trabalhador.

De acordo com Gomes (1988), a preocupação de Vargas com a consecução desse objetivo pode ser sentida desde o momento revolucionário ainda em 1930. Ela se traduziria, então, pela criação de dois novos ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio, e o da Educação e Saúde. As medidas administrativas e legislativas levadas a efeito por estes ministérios revelavam a cooperação e o dinamismo necessários para a superação dos problemas dos trabalhadores brasileiros. Elas englobavam uma série de providências que podiam ser reunidas em dois grupos de iniciativas distintas.

Conforme a autora, no primeiro grupo estavam todas as medidas voltadas para a indenização da perda da saúde, ou seja, da capacidade de trabalho e de ganho, e que se traduziam pela atuação da previdência e da assistência sociais. No Brasil, antes de 1930, pouco se fizera no campo da medicina social. No período de 1930 a 1937, um vasto programa se implantara nesta área, firmando-se definitivamente no Estado Nacional. Foram então criados os seguros contra invalidez, doença, morte, acidente de trabalho e o seguro maternidade, todos eles visando à proteção da saúde do trabalhador.

Desta forma, o Brasil incorporava definitivamente o conceito de medicina social que se desenvolvera na Europa desde o século XIX. O trabalhador passava a ser

assistido pelo Estado, que se preocupava não só com sua saúde física, como também com sua adaptação psíquica ao trabalho realizado. O homem que exercesse profissão compatível com seu temperamento e habilidade, produzia mais (GOMES, 1988).

Ainda segundo a autora, o segundo grupo de providências acionados pelo Estado tinha objetivos mais complexos, pois visava impedir a perda da saúde e estimular a capacidade de trabalho através de melhores condições de vida. O Estado Nacional, por meio destas iniciativas, ampliava o escopo de seu intervencionismo, atingindo as causas mais profundas e pobreza e promovendo a satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação (GOMES, 1988).

Já em relação aos sindicatos, houve uma alteração importante: o princípio da unidade sindical foi restabelecido, e apenas os sindicatos legalizados poderiam defender os direitos da categoria que representavam perante o Estado. A greve e o lock-out foram proibidos, pois passaram a ser considerados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção social.

Conforme Levine (2002), os homens de negócio endossaram o novo sistema, que incluía noções de gerenciamento planejado das fábricas e banuiu de fato as greves; o governo também prometeu que o sistema respeitaria a propriedade privada. Os industriais receberam mal as iniciativas, mas aceitaram a idéia de sindicatos

autorizados em lugar de sindicatos independentes, que eram muito menos dóceis e foram perseguidos e finalmente fechados por Lindolfo Collor, mentor das reformas que prepararam a cena para a política do trabalho adotada por Vargas. Porém, a ineficiência burocrática e a desconfiança dos trabalhadores retardaram o processo de conversão ao sistema de Vargas.

A nova organização sindical foi definida em detalhes pelo Decreto Nº 1.402 de julho de 1939. Foi dada uma feição ainda mais centralizada à estrutura sindical, uma vez que se eliminaram as centrais que reuniam diferentes categorias profissionais por município ou região em favor de uma organização de caráter vertical, em que os sindicatos de cada categoria convergiam para as federações estaduais e confederações nacionais. Ao mesmo tempo, o governo tratou de dar garantias de sobrevivência aos sindicatos através da instituição de uma contribuição sindical compulsória, o imposto sindical, criado em 1940, correspondente a um dia de salário, pago ao sindicato por trabalhadores sindicalizados ou não. A medida possibilitou a constituição e a manutenção de sindicatos de fachada que passavam a não depender mais da contribuição voluntária dos associados. O governo utilizou-se de muitos desses sindicatos e de seus dirigentes, os chamados pelegos, para fortalecer sua base sindical (FGV/CPDOC, 1997).

Segundo Levine (2002: p.60), embora já em 1940 existissem 2 mil sindicatos no papel, na realidade a capacidade do ministério do Trabalho de aplicar seus novos programas permanecia limitada ao distrito federal do Rio de Janeiro, bem diante

do próprio nariz. Um estudioso da área jurídica chamou o ministério de “monstro de cabeça enorme, mas quase nenhum corpo”.

Outra regulamentação importante durante o Estado Novo foi a Justiça do Trabalho, finalmente inaugurada em 1º de maio de 1941, na gestão do ministro Valdemar Falcão. O novo formato da legislação social brasileira acabaria por ser ordenado e sistematizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em junho de 1943. A CLT iria reger por muito tempo as relações de trabalho no país.

No entanto, como o prestígio do presidente da República encontrava-se um pouco abalado, em virtude da entrada do Brasil na guerra dos Aliados, devido a remanejamentos internos, tratou-se de elaborar projeto de popularização da figura de Vargas, sendo o articulador desse projeto o advogado paulista Alexandre Marcondes Filho, que havia sido nomeado ministro do Trabalho em dezembro de 1941. Para estreitar as relações entre o Estado e as classes trabalhadoras, Marcondes Filho tratou de intensificar a sindicalização e, ao mesmo tempo, de utilizar instrumentos de comunicação de massa como o rádio. Foi nesse contexto que ganhou maior dimensão o programa radiofônico oficial “Hora do Brasil” (FGV/CPDOC: 1997).

De acordo com Levine (2002:95), Vargas atingia seu público maior através do rádio, ao falar com frequência em “A Hora do Brasil”, um compêndio de música, notícias, discursos animadores, dicas sobre trabalho na lavoura, nutrição,

educação das crianças, agricultura e qualquer outra que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) considerasse apropriada.

As grandes comemorações promovidas pelo governo também passaram a ganhar maior relevo. As festas mais importantes eram as do dia do Trabalho (1º de maio) e do aniversário do Estado Novo (10 de novembro). Comemorava-se ainda o dia da República (19 de abril), o dia da Independência Nacional (7 de setembro), o natal e o final do ano. Na comemoração do dia do Trabalho, multidões ocupavam o estádio de futebol do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, para ouvir a palavra do presidente da República. Naquele momento, o líder dirigia-se diretamente ao povo trabalhador para enunciar alguma nova medida de alcance social.

Se desde o início de sua trajetória política nacional Getúlio Vargas foi considerado um líder, foi durante o Estado Novo que se construiu e fixou sua imagem popular e mesmo carismática. Com o Estado Novo, entrou em funcionamento a máquina de propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que buscou conquistar para o regime e para o presidente a adesão e apoio da classe trabalhadora.

A democracia social, a valorização do trabalho e do trabalhador estariam existindo graças à figura do presidente. Foi essa associação entre a obra e o líder que se criou a mitologia getulista, expressa na imagem do “pai dos pobres”.

A ideologia política centrada na figura do presidente em sua obra social e em sua relação direta e pessoal com os trabalhadores foi sendo construída dentro do

ministério do Trabalho, principalmente depois de 1942. Foi fundamental nesse processo o papel do ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, que dirigiu a montagem do sindicalismo corporativista, articulou a invenção da ideologia trabalhista e se envolveu na criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No entanto, pouco se fazia na busca de uma solução para os problemas de habitação e para melhorar as condições de saúde pública. Algumas das reformas do regime Vargas deram resultado, principalmente no Distrito Federal, embora o afastamento e a prisão do interventor Pedro Ernesto Batista (que desenvolvia diversos programas sociais e educacionais no Rio de Janeiro) e a subsequente perseguição aos programas afetassem negativamente algumas das reformas mais brilhantes, especialmente na educação.

Segundo Levine (2001), o direito de todos os brasileiros a uma educação primária gratuita constava de todas as constituições brasileiras desde 1824, mas a partir de 30 há uma pressão maior da população em cobrar o acesso à escolarização em razão do crescimento do processo de industrialização, crescimento da urbanização e a visão cada vez mais forte de uma escolarização como um canal de ascensão social. Reivindicações de uma reforma educacional eram feitas desde os anos 20, quando os educadores brasileiros, cientes dos movimentos pela educação progressiva na Europa e nos Estados Unidos, vinham se reunindo em Conferências Nacionais promovidas pela Associação Brasileira da Educação (ABE).

O ano de 1931 foi palco da IV Conferência Nacional de Educação, organizada para a discussão do tema geral “As Grandes Diretrizes da Educação Popular”. Vargas havia acabado de criar o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), cujo titular da pasta, Francisco Campos, compareceu à Conferência. Essa conferência serviu como um divisor de águas entre católicos e liberais. Em 1932, na tentativa de influenciar as diretrizes governamentais, os liberais vieram a público, com o célebre “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁶”, inspirado nas teorias de Dewey⁷ e outros.

Apenas trinta em cada mil crianças completavam o curso primário quando Vargas chegou ao poder. Não havia coordenação entre as políticas educacionais para os diferentes níveis de ensino, e o número de escolas era muito pequeno, pois o Brasil era um país rural.

A discussão da reforma do ensino secundário se iniciou na gestão de Francisco Campos no ministério da Educação. O argumento do ministro era que “o mundo vive hoje sob o sinal do econômico, como já viveu em outros tempos sob o sinal do religioso e do político” (FGV, 1997). Daí a necessidade de uma reformulação do ensino, de forma que os indivíduos se preparassem técnica e profissionalmente para uma sociedade das profissões.

⁶ Documento dedicado ao governo e à nação, pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita e pelos princípios pedagógicos renovados conforme teorias de Dewey.

Ao contrário da Carta de 34, conforme Ghiraldelli (2000), produzida por uma Assembléia Nacional Constituinte eleita pelo povo, a Lei Maior de 1937 foi produzida pela tecnocracia getuliana (Francisco Campos) e imposta ao país como ordenamento legal do Estado Novo.

Em termos educacionais, a Carta de 37 inverteu as tendências democratizantes da carta de 34. É interessante compararmos trechos dos textos legais:

Segundo a Carta de 34, em seu artigo 149, “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país [...]” (*apud* Ghiraldelli, 2000: p. 81).

Já a Carta de 37, em seu artigo 125, diz que “A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (*apud* GHIRALDELLI, 2000: p. 81).

O Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 34, quando a letra da lei determinou a educação como

⁷ Filósofo John Dewey (1859-1952) tornou-se um dos maiores pedagogos americanos, contribuindo intensamente para a divulgação dos princípios do que se chamou de *Escola Nova*. Entre outras, escreveu *Meu credo Pedagógico*, *A escola e a criança*, *Democracia e educação*.

direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

Também a gratuidade do ensino, de acordo com o autor, conseguida na Carta de 34 ficou maculada na Constituição de 1937:

Na Carta de 34, em seu “artigo 150 – parágrafo único – a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível[...]” (2000: p.82).

Já a Carta de 37, em seu artigo 130, diz que “O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados, assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar” (2000: p.82).

Com o artigo 130, o Estado Novo forneceu indícios de não desejar carrear os recursos públicos provindos dos impostos para a democratização das oportunidades de educação para a população. Pelo contrário, deixou transparecer a intenção de que os mais ricos, diretamente, é que deveriam financiar a educação dos mais pobres. Institucionalizou-se, assim, a escola pública paga e a “esmola” obrigatória através da caixa escolar.

De acordo com Ghiraldelli (2000), a Carta de 37 não estava interessada em determinar ao Estado, tarefas no sentido de fornecer à população uma educação geral através de uma rede de ensino público e gratuito. Pelo contrário, a intenção da Carta de 37 era manter um explícito dualismo educacional: os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir esse sistema, deveriam se destinar às escolas profissionais. Assim, o artigo 129 determinou como primeiro dever do Estado a sustentação do ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas. Com isso, o texto constitucional reconheceu e cristalizou a divisão de classes e, oficialmente, extinguiu a igualdade dos cidadãos perante a lei.

Enquanto a Constituição de 34 determinou a União e aos municípios a aplicação de 10% e aos Estados e ao Distrito Federal a aplicação de nunca menos de 20% da renda dos impostos no sistema educativo, a Carta de 37 simplesmente não legislou sobre dotação orçamentária para a Educação. Enquanto a Carta de 34 exigiu concurso público para o magistério oficial, a Constituição de 37 simplesmente desconsiderou tal questão.

Sem dúvida a Constituição de 1937 representou os anseios de setores conservadores que, aglutinando-se à figura de Vargas, desejavam imprimir ao Estado uma orientação parafacista. Todavia a realidade cotidiana não acompanhou o reacionarismo dos ideólogos do novo regime. E a própria Constituição, feita para conter o avanço democrático, acabou sendo em parte atropelada pelas necessidades históricas das classes populares, às quais Vargas

jamais deixou de remeter alguma palavra de consolo e esperança. Assim, durante o Estado Novo, muitas medidas foram tomadas no sentido de cumprir a Constituição, mas também outras foram desenvolvidas no sentido de ultrapassar as leis magnas instauradas com a ditadura Varguista.

Somente na gestão do ministro Gustavo Capanema, nomeado ministro da Educação no início do governo constitucional de Getúlio Vargas em 1934, e que se manteve à frente do ministério durante todo o Estado Novo (1937-1945), foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema, em 09 de abril de 1942.

As leis orgânicas do ensino, segundo Ghiraldelli (2002), constituíram-se numa série de decretos-leis que começaram a ser emitidos durante o Estado Novo e se completaram após o seu término. O Estado Novo durou de 1937 a 1945; as leis orgânicas foram decretadas entre 1942 a 1946. Basicamente, as leis orgânicas consubstanciaram-se em seis decretos-leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Foi uma reforma elitista e conservadora e só não incorporou todo o espírito da carta de 37 porque vingou já nos anos de liberalização do regime, no final do Estado Novo.

Além das leis orgânicas do ensino, o período histórico do Estado Novo forjou algumas entidades que, posteriormente, passaram a ter importância fundamental nos processos de educação formal do país. É deste período a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do Instituto Nacional do Livro, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI)⁸, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)⁹. A criação dessas instituições e a decretação da Reforma Capanema esboçaram um sistema educacional para o país, até então inexistente.

Por influência da Segunda Guerra Mundial, a lei instituiu também a educação militar para os alunos do sexo masculino. Reafirmou o caráter facultativo da educação religiosa e obrigatória da educação moral e cívica, e recomendou ainda que a educação das mulheres fosse feita em estabelecimento distinto daquele onde se educavam os homens.

A afirmação dos princípios católicos na condução do ensino superior se faria com a abertura das Faculdades Católicas, que dariam origem à Pontifícia Universidade Católica. Modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras foram metas almejadas pelos intelectuais que cercavam o ministro Capanema, como Carlos Drumond de Andrade, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e outros, mas essas metas nem sempre foram alcançadas, pois muitas vezes esbarravam nos procedimentos centralizadores e burocráticos do regime.

⁸ Instituição de direito privado, diretamente subordinada à Confederação Nacional da Indústria (CNI), órgão sindical representativo do patronato industrial brasileiro, criado pelo Decreto-Lei Nº 4.048, de janeiro de 1942.

⁹ Instituição de educação profissional, criada em 10 de janeiro de 1946, para a expressão do empresariado do setor de comércio e serviços. O SENAC começava a desenhar ali uma trajetória que ajudou a modernizar o mundo do trabalho no país.

A legislação social e previdenciária de Vargas não só transformou o papel do Estado na sociedade como redefiniu a cidadania do brasileiro. A burocracia do Estado Novo, por exemplo, exigia que os candidatos aos novos projetos habitacionais, ou seja, a construção de conjuntos de casas populares destinadas aos trabalhadores das indústrias fossem “cidadãos regulares” pagadores de impostos, com salário mensal e todos os documentos em ordem e aprovados pelo conselho do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). No final, os programas habitacionais de Vargas resultaram em alguns conjuntos de apartamentos-modelo aqui e ali, mas não conseguiram atenuar a escassez crítica e crescente, de habitação, mal que atingia todas as grandes cidades.

Para o Estado Novo, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados teve efeitos contraditórios. De um lado, o regime ganhou prazo para adiar por tempo indeterminado a consulta popular que deveria validar a Constituição de 1937, pois o estado de guerra representava um bom motivo para esse adiamento. De outro, a opção por lutar contra o nazi-facismo colocou em cheque a manutenção de uma ditadura no país. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo decorrente dessa contradição para retomar a iniciativa. Foi nesse quadro de redefinições que o Estado Novo entrou em crise e finalmente caiu em outubro de 1945.

2.1- O Espírito Santo na Era Vargas

Em relação à influência da Era Vargas sobre o Estado do Espírito Santo, mas precisamente à ação do Estado entre os anos de 1930 e 1943, destaca-se a figura do oficial do Exército João Punaro Bley Interventor de 1930 a 1935, governador entre 1935 e 1937, eleito pela Assembléia Constituinte Estadual, e novamente interventor de 1937 a 1943, concluiu quase 13 anos de uma gestão militar administrativa eficiente, confiável e longa. Bley cuidou de pôr em prática políticas que, de um lado, tinham por fundamento os ideais reformistas que o haviam levado a participar ativamente em favor da causa revolucionária e, por outro, tinham por respaldo as diretrizes gerais e institucionais do Governo Provisório realizado sob o comando de Getúlio Vargas.

Na interventoria, a partir de meados de novembro de trinta, Bley precisou enfrentar problemas de ordem política e econômico-financeira. Do lado das articulações políticas, elas se expressavam pelo choque e incompatibilidade geradas no seio do próprio governo e em decorrência do apolitacionismo partidário de Bley. São suas estas palavras:

A política não me preocupa e nem me dificulta a ação administrativa. Tanto na capital como nos municípios procuro cercar-me de homens de merecimento absoluto, sem cogitar de suas preferências partidárias. Aliás, a política partidária desapareceu no Espírito Santo. Na família capixaba só a cidadãos da Segunda República. Quando alguém me procura para conversar sobre política, fulmino logo com a afirmação de que só estou aqui para administrar o estado. E não lhe dou atenção. Principalmente nas administrações municipais, não transijo com a politicagem. Consegui emancipar os municípios do faccionismo, inaugurando em todo o estado um programa administrativo honesto, justo e progressista (Mendonça, 2002: p.174)

A situação caótica em que se encontrava o estado do Espírito Santo, advinda da gestão anterior o governo de Aristeu de Aguiar, estava associada a uma imagem de ineficiência e irresponsabilidade. Isso fez com que a prioridade do governo seguinte fosse a ênfase da política econômica na realização de obras infraestruturais. As demais funções do Estado, principalmente a realização de políticas de cunho social, eram relegadas à segundo plano.

É, portanto, nesse contexto que João Punaro Bley, ao assumir a direção governamental do Espírito Santo, procurou dar um sentido oposto à política de desenvolvimento socioeconômico de seu governo.

Primeiramente a ação do governo Bley foi em relação à política econômica e institucional no sentido de “moralizar a administração”, bem como de fazer um levantamento da “caótica situação financeira” do Estado. Procurou reduzir em 67% o montante das despesas orçadas para o exercício de 1931, em execução, em relação ao orçamento do ano anterior.

Interveio também, de imediato, de acordo com Mendonça (2002: p.176), nas prefeituras municipais, criando a Inspetoria dos Municípios (Decreto Nº 983, de 31/03/1931), com a finalidade de exercer o papel antes exercido pelas Câmaras Municipais, as quais foram suprimidas no novo regime de exceção. Mais precisamente, os objetivos desse órgão eram controlar as atividades dos prefeitos nomeados e “orientar” a ação municipal na aplicação de suas rendas.

Enfim, todas essas ações realizadas na administração Bley evidenciaram que houve uma reorientação no sentido que vinha sendo aplicado à política de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo. A ação governamental de certa maneira “libertou-se” das injunções oligárquicas regionais e passou a seguir diretrizes emanadas do poder central, que procurava direcionar o eixo da política econômica e social para atender as demandas da industrialização.

Com isso, o Espírito Santo, na década de 30, sintonizado com o direcionamento dessa política, realizou ações que, no fundo, acabaram beneficiando um contingente mais amplo da população. Isto se traduziu pelo encaminhamento da questão social no sentido das demandas nas áreas da saúde e educação, vistas como “dispositivos tutelares” para melhoria das condições de vida do proletariado urbano e rural e, por conseguinte, o carro chefe das diretrizes da gestão Bley.

De acordo com Mendonça (2002), a atuação do capitão Bley à frente do governo estadual, portanto, não terminou com o fim do Governo Provisório de Vargas, este último já eleito legitimamente pela Assembléia Nacional Constituinte em 1934, com a ampla maioria dos votos válidos na disputa com outros nove candidatos à Presidência do Brasil.

Nesse segundo período governamental (1935-1943), segundo o mesmo autor, apesar das novas composições e mudanças nos quadros dirigentes, que Bley precisou fazer em virtude das articulações realizadas para manter a direção do

governo sob seu controle, não houve grandes alterações nos rumos da política social que vinha sendo realizada.

Os passos seguintes, até o término de sua primeira gestão como interventor do Governo Provisório, foram no sentido de saldar as dívidas internas e externas do Estado, auxiliado pelo Governo Central.

Em relação às medidas tomadas em favor da política social, observa-se que o gasto público foi reorientado para privilegiar os setores de saúde e educação, até então bastante carentes. Sob esse aspecto, a simples comparação entre a evolução dos gastos da Secretaria de Agricultura, Terras e Obras, tradicionalmente a que absorvia a maior parte dos recursos e o Departamento de Saúde Pública, nos anos de 1931 a 1934 mostra, por outro lado, o reatamento das diretrizes da política social do Governo Central em nível do Governo Estadual.

Segundo Silva (1995), no discurso pronunciado no banquete realizado em 03/08/34, quando se anunciava o retorno ao regime democrático, Punaro Bley, ao relatar as atividades de seu governo, refere-se às verbas consignadas para esses dois órgãos nos seguintes termos:

(...) De 1931 a 1933 a atividade desse Departamento Saúde Pública, foi aumentada de quatro vezes (...). A verba orçamentária para 1931 era 495 contos; para 1932, 705:280\$000; para 1933 1.244:000\$000, reduzida para 950:930\$000 e, depois acrescida por créditos extraordinários na importância total de 81:000\$000.

(...) Para melhor apreciação e julgamento dos encargos dessa Secretaria (Agricultura, Terras e Obras), convém lembrar que o orçamento de 1930 lhe consignou a dotação de rs 7.038:920\$000; o de 1931, a de rs.4.104:920\$000; o de 1932, a de rs. 5.981:280\$000; o de 1933, a de rs.5.803:136\$240 e, finalmente, o de 1934, a de rs. 4.796:440\$000. Feita a comparação das importâncias a que correspondem os algarismos acima, ter-se-á chegado à conclusão do quanto foi necessário restringir e reduzir em matéria de suas realizações (SILVA, 1995, p.120).

A atuação no setor educacional não foi registrada em termos de recursos anualmente consignados. Entretanto, verifica-se que a atenção governamental esteve voltada, prioritariamente, no sentido de melhorar a qualidade do ensino primário e secundário. Para tanto, agiu-se, principalmente, sobre o corpo docente, complementando-se as ações com a criação dos seguintes órgãos e serviços educacionais: Departamento de Educação Física, Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema, ampliação do escotismo e introdução do bandeirantismo. Além disso, ampliou-se a capacidade de atendimento escolar no interior e na capital através da criação de mais escolas normais e cursos noturnos de educação popular, ao lado da construção de mais unidades escolares. Com isso, elevou-se de 5 para 20 o número de grupos escolares, e de 786 para 803 o número de escolas primárias gerais, existentes no Espírito Santo, ao final da primeira interventoria.

No âmbito do ensino superior, até então inexistente no Espírito Santo, cuidou-se de fazer funcionar as Faculdades particulares de Direito e de Farmácia e Odontologia (ambas recém-criadas quando eclodira a revolução), bem como articulou-se a equiparação das mesmas.

Bley procurou dar continuidade à obra iniciada no período governamental anterior. Foram realizadas obras indispensáveis tanto nas áreas de saúde e de educação como também para os setores agroprodutor e comercial. Para tanto, Bley contou com recursos próprios e, principalmente, com auxílios e subvenções do Governo Central.

De acordo com Silva (1995), entre as realizações de destaque, nesse segundo período governamental, no campo da política social, cabe mencionar a construção de hospitais tais como: Hospital dos Servidores Públicos, Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, doação do terreno e elaboração do projeto de construção do Sanatório Getúlio Vargas para abrigar os tuberculosos, construção da Colônia de Itanhenga para isolar os indivíduos portadores de doenças contagiosas (no Espírito Santo havia grande número de portadores do mal de Hansen), Preventório Alzira Bley para abrigar os filhos dos leprosos isolados menores de 10 anos, Granja Eunice Weaver para os maiores de 10 até 18 anos. Além disso, na área de assistência social, cuidou-se da construção de patronatos para o menor abandonado, e do Asilo dos Velhos, na Ilha de Santa Maria, para cuidar da velhice desamparada.

No que se refere à política econômica, além de medidas relativas ao fomento da produção, como aquisição de máquinas e implementos agrícolas, cuidou-se também, de incentivar o cultivo de outros produtos, além do café, como cacau, feijão, milho, mandioca, bem como a pecuária na região do sul do estado, visando diversificar a economia estadual que se mantinha presa às vicissitudes da monocultura cafeeira.

Além disso, agiu-se, também, no sentido de dotar o Estado de um suporte técnico-financeiro capaz de proporcionar meios para uma propulsão mais dinâmica da economia regional. Para tanto, criou-se a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (Decreto-Lei Nº 12.143, de setembro de 1940), com a finalidade específica de formar homens com conhecimentos claros e racionais de agricultura, pecuária e seus derivados, e o Instituto de Crédito-Agrícola do Espírito Santo (Decreto-Lei Nº 6.627, de 1935), o qual foi posteriormente, em 1937, transformado no Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e hoje constitui o atual Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES. A finalidade básica desse estabelecimento bancário, nesse período, era atender o produtor rural utilizando como estratégia, para atendimento ao pequeno produtor, o incentivo ao cooperativismo.

Finalmente, como complementação à política de desenvolvimento em curso, tiveram continuidade as obras de aparelhamento do porto de Vitória. Foi ainda durante o governo Bley que se assistiu à criação da Cia. Vale do Rio Doce e à chegada da primeira composição da Vitória-Minas ao cais comercial. O Interventor viu quando as primeiras toneladas de minério partiram para o exterior pelo navio “Modesta”. Participou da assinatura do contrato com a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A para financiamento das obras de construção do cais de minério do Atalaia e viu as obras se iniciarem.

Se a economia ia bem, faltava implementar ações sociais. O sentido definido na primeira interventoria – prioridade básica para as políticas sociais, refletindo, de um lado, o desdobramento das diretrizes nacionais que visavam incorporar as demandas das classes populares de forma controlada através de “sindicatos domesticados”, e de outro, a expressão do idealismo reformista preconizado pelos tenentistas, do qual Bley era membro, não se concretizou totalmente. Finalmente a ditadura política instaurada em 1937 deu-lhe o respaldo legal e institucional para a concretização de ações que, em condições de normalidade liberal democrática, provavelmente, não constituiriam prioridade governamental.

Dessa perspectiva, a marca diferencial de sua gestão esteve associada à noção de probidade administrativa (a dívida no Estado, que em 1930 era de 64 mil contos, caíra em 1940 para 1.066 contos) e da introdução de mecanismos racionalizadores para tornar as estruturas do Estado mais eficientes, com o objetivo de dinamizar o crescimento econômico e procurar atender às demandas da urgente questão social, principalmente nas áreas de saúde e educação.

A administração Bley, se por um lado não rompeu as estruturas patrimoniais do pacto coronelístico preexistente, por outro, colocou em xeque o sistema homogêneo e vertical da articulação de interesses entre os grupos dominantes e dominados que prevalecia antes de trinta.

Nesse sentido, as ações modernizantes introduzidas tanto na estrutura sócio-econômica (Escola Prática de Agricultura, Instituto de Crédito Agrícola, aparelhamento portuário, infra-estrutura sanitária-hospitalar, preventórios,

patronatos, asilos) como na política (centralização do poder e modernização administrativa) e ideológica (ampliação do número de escolas, atualização do sistema de ensino) produziram, lentamente, rachaduras que, no limite, permitiram a um maior número de forças sociais se expressarem politicamente.

CAPITULO III

3 – A exclusão social no Espírito Santo.

3.1- A República e o reordenamento da cidade de Vitória.

A transformação arquitetônica pela qual passou a capital do Espírito Santo não pode ser analisada isoladamente, antes deve considerar o contexto nacional: várias outras capitais passaram por processos de remodelamento urbano. Tal processo foi fruto dos acontecimentos transcorridos no final do século XIX, em especial na década de 1880, com a Abolição da Escravatura (1888) e a instalação

da República (1889). Esses acontecimentos geraram alterações significativas nos quadros econômicos e, principalmente, nos quadros sociais e políticos do país.

Sabemos que no final do século XIX, graças sobretudo à produção cafeeira, o Brasil e o Espírito Santo, em particular, passaram por profundas transformações. Acelerou-se o processo de urbanização, expandiram-se os setores secundário e terciário da economia. A Província de São Paulo começou a se transformar no centro econômico do país, caminhando para suplantando até mesmo a capital do Império, o Rio de Janeiro.

Dentre essas transformações, no campo político, de acordo com Franco e Hees (2003), o país e as elites passaram a desejar mudança, pois foi com o projeto dos republicanos que mais passaram a se identificar. Os republicanos eram os únicos que apresentavam uma proposta nova, principalmente no que diz respeito à instalação do federalismo¹⁰, que garantiria uma maior autonomia dos Estados (antigas províncias), em contraste com o centralismo do Império. Com a República, deu-se uma maior autonomia dos estados, conseguida através do federalismo. Isto aconteceu como resultado dos anseios da elite agrária brasileira, ligada à produção do café, já que, para ela significava o poder de tomar decisões econômicas e políticas sobre a sua região produtora.

¹⁰ O país seria dividido em estados e o conjunto destes formava a federação do Brasil. Cada estado da federação passaria a ter maior autonomia, podendo escolher seus governantes, constituir forças políticas, arrecadar impostos, operacionalizar gastos, de acordo com suas necessidades.

Instalada a República, iniciou-se uma nova fase na história do país, que vai de 1889 a 1930, período conhecido como “Primeira República”. Mudam-se as estruturas políticas, porém a economia, como na Colônia e no Império, permanecera baseada no modelo agrário-exportador e pelo menos até 1930 – quando se verá um incremento maior à industrialização – será o café o maior provedor das receitas e da conseqüente modernização do país.

Com o advento da República, houve uma maior liberdade para a produção industrial, que sofrera até então sérias restrições, primeiro por parte da metrópole, no período colonial, e depois, na época do Império, quando o governo central retinha a maior parte dos impostos arrecadados sobre importação e exportação, limitando assim as rendas das províncias e suas possibilidades de crescer.

Vitória, no início do século XX, não ultrapassava os 10.000 habitantes. Apresentava em seus aspectos traços coloniais demonstrados claramente na arquitetura de suas casas e pequenos sobrados nas ruas estreitas e desalinhadas. “Localizada entre a baía e o maciço central da ilha em uma elevação de forma oval, Vitória era circundada por braços de mar que formavam extensos manguezais. Os montes ao fundo eram cobertos pela Mata Atlântica” (VASCONCELOS, 1993: p.31). O centro da cidade era a principal região da capital, onde se concentrava o comércio, principalmente na rua Duque de Caxias, na rua da Alfândega (atual avenida Jerônimo Monteiro) e na rua do Comércio (Florentino Ávidos) sendo que na altura da Praça Santos Dumont (atual Praça Oito de Setembro) o comércio intensificava-se.

A passagem da Monarquia para a República provocou sérias transformações no país, sobretudo nos aspectos sociais e demográficos. A esse respeito, assim se manifesta Martins (1998: p.91):

Um dos traços característicos dos finais do século XIX e inícios do século XX foi o intenso crescimento dos contingentes urbanos da população brasileira [...]. O afluxo de levas de imigrantes nacionais e estrangeiros que foram sendo atraídos para as cidades, sobretudo a partir do último quartel do século XIX.

Ainda segundo o autor, nessa época, o adensamento de populações nas grandes cidades ocorreu sem que houvesse uma correspondência na expansão da infraestrutura e na oferta de empregos e de moradias, transformando esse avolumar menos num desenvolvimento e mais num inchaço, o que acentuou o contraste entre as desigualdades sociais que aí se fizeram presentes.

Estreitadas ainda nos seus cenários coloniais, vivendo fases de uma industrialização incipiente, numa economia presa mais aos setores de serviços e aos negócios da exportação do que às atividades produtivas propriamente ditas, passando por crises cíclicas de carestia e aumento dos preços de gêneros, de moradias e de aluguéis, as cidades cresceram na multiplicação da pobreza, das precárias condições de vida e principalmente na diversidade de tipos étnicos e sociais que compunham as chamadas camadas populares (Martins, 1998).

Antes dos anos 50 (século XX), as mudanças urbanas foram discretas, relativamente às ocorridas nos anos subseqüentes. O espaço urbano expressava a modelação impressa pela lógica comercial.

No entanto, mudanças ocorreram a partir das primeiras décadas do século XX, especificamente no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), que, de certa forma, alterou as características coloniais de Vitória, dotando-a de infra-estrutura e projetos urbanísticos. A partir de então, a cidade começa a sua transição para se tornar um lugar mais aprazível de se viver, sobretudo para as elites, classe social para quem as reformas de embelezamento e reurbanização das cidades estavam acontecendo.

Conforme Campos Júnior (2002), a convergência da produção cafeeira da região central para Vitória não se dava por motivos aleatórios. Os condicionantes naturais exerceram papel determinante. Ainda, conforme relato do autor, o rio Santa Maria, então navegável, era a via natural de escoamento da produção de Santa Leopoldina, que ficava no centro da região produtora. Para ali se dirigiram os cafés das colônias, em tropas muares, em vista da região ser acidentada, para serem depois levados à Vitória. A condição de porto natural da capital capixaba permitia acessibilidade do café, em princípio só da região central, e posteriormente de todo o estado, a outras regiões do país e ao mercado externo. Tal condição dava a Vitória a especificidade para desenvolver os serviços portuários atrelados à função comercial.

O crescimento da produção cafeeira e o aumento de preço do produto no mercado externo atraíram para Vitória, no final do século XX, firmas comerciais de peso a contratantes em potencial de edificações. Foi o caso da Casa Zinzem Cia, Casa Hard Hand, dentre outras.

Quando Jerônimo Monteiro assume o governo do Estado (1908), Vitória ainda era uma cidade com pouca infra-estrutura básica: sem rede de abastecimento de água e esgoto, sem energia elétrica, com ruas sem calçamento, sem grandes prédios públicos e, com grandes surtos de epidemias. O governo Jerônimo Monteiro se empenhou nos esforços para promover a industrialização no Espírito Santo. O seu governo concedeu isenção fiscal para comerciante, doou terrenos e forneceu energia elétrica gratuita.

Segundo Bittencourt (1988), este governo argumentava que havia um movimento geral de progresso no país do qual o Espírito Santo ainda não participava e, por isso, embora professasse o liberalismo econômico¹¹, decidira intervir diretamente na economia local. De fato, este governo tem o respaldo da elite política e da elite agrária do estado para o seu projeto industrializante, pois havia uma certa preocupação com a dependência que a monocultura cafeeira tinha do mercado internacional, ficando as receitas do estado sujeita às oscilações de tal mercado.

¹¹ Com raízes nas idéias liberais defendidas pelo Fisiocratismo, o Liberalismo Econômico surge na Europa e na América no final do século XVIII, associado ao liberalismo político nascido nas Revoluções Americana e Francesa. Segundo essa doutrina econômica, deve ser colocada a ênfase na liberdade de iniciativa econômica, na livre circulação da riqueza, na valorização do trabalho humano e na economia de mercado (defesa da livre concorrência do livre cambismo e da lei da procura e da oferta como mecanismo de regulação do mercado), opondo-se, assim, ao

Dessa forma, o governo assina vários contratos com empresas, garantindo-lhes incentivos para a construção de indústrias. Conforme citado anteriormente, tais incentivos eram garantia de juros a empréstimos das empresas, doações de terrenos, fornecimento gratuito de energia elétrica e isenções de impostos estaduais. Esses contratos seriam para a construção de fábrica de tecidos, de montagem de máquinas agrícolas, aproveitamento de fibras de têxteis, usinas de açúcar, de cimento, óleos vegetais, papel e uma serraria. Paralelamente a essas medidas, Jerônimo Monteiro abriu estradas, desobstruiu rios e canais, remodelou o serviço, criou o Departamento de Segurança Pública, e fez grandes reformas no Quartel Central de Polícia, dentre outros.

Jerônimo Monteiro não só pretendia sanear a cidade de Vitória, como também urbanizá-la e civilizá-la nos moldes europeus, principalmente através de estilos arquitetônicos francês e inglês, dando lugar ao progresso tão almejado pela elite. Mas para que tal projeto se tornasse realidade, seria necessário demolir antigos casebres para dar lugar não só à construção de novos palacetes, como também ruas, avenidas, praças e jardins.

Portanto, com os projetos de remodelação urbanística e as demolições que dariam lugar à nova paisagem, os códigos sanitários elaborados nos inícios da República se voltam contra as formas coletivas de moradia, configuradas como centros

intervencionismo do Estado e a adoção de medidas restritas e protecionistas defendidas pelo e pro mercantilismo.

irradiadores de epidemias, além de assegurar ao poder público o direito de intervenção no cotidiano de seus moradores e nos moldes de sua sobrevivência. Conferindo aos agentes sanitários, médicos, fiscais e caça-mosquitos um poder desmensurado em nome da saúde pública, as campanhas contra as epidemias se defrontaram com entraves provenientes de características inerentes à organização das classes populares: o controle das doenças deveria levar em conta a infixidez dos moradores das favelas e cortiços e enfrentar a indisposição deles contra as ingerências do poder público no seu cotidiano, especialmente na ocasião da higienização dos domicílios ou quando eram coagidos às campanhas de vacinação obrigatória (MARTINS, 1998).

Para combater tais epidemias, Jerônimo Monteiro, além das já citadas obras de saneamento, contratou um técnico o Dr. Jorge Verney Campelo, para montar o Gabinete de Bacteriologia, anexo ao Departamento do Serviço Sanitário. Foi organizado também um serviço de visitas para desinfecção e inspeção em domicílio (FRANCO e HEES, 2003).

Conforme estava acontecendo em outras capitais do país, o projeto era urbanizador e saneador: ao mesmo tempo que embelezava a cidade com construção de ruas, casas e palacetes, tratava também de sanear a cidade com serviços essenciais de água, luz e esgoto já que a falta deste último facilitava o aparecimento de epidemias de doenças contagiosas. Isso não era bom para a elite, que tinha comércio e residia na capital, nem para os fazendeiros do sul, que estavam fixando residência em Vitória devido a atividades ligadas ao comércio de

exportação de café. Assim, a elite desejava uma capital bela, saneada e higiênica não só para os que aqui residiam, mas também para atrair homens de negócios, os quais estabelecendo-se aqui, trariam o progresso tão almejado por ela.

Intérprete dos anseios da elite espírito-santense, Jerônimo Monteiro também desejava a modernização da capital, tendo se manifestado da seguinte maneira:

Não se pode conceber uma cidade de população relativamente densa, desprovida, por completo, dos elementos mais preciosos à comodidade e à vida de seus habitantes. Esses serviços são difíceis e, sobretudo dispendiosos, mas se impõem mesmo com os maiores ônus (Novaes, 1979: p.99).

Assim, a cidade foi crescendo, com aterro progressivo de áreas alagadas por mangues e mar e a demolição de prédios públicos, casario e igrejas de estilo colonial dando lugar a construções em estilos mais modernos.

Construíram-se, então, os prédios mais valorizados da época. Com a ligação entre a rua da Alfândega (hoje Jerônimo Monteiro) e a rua do Comércio (hoje Florentino Ávidos), houve sobras de terrenos, adquiridos pela Casa Hard Hand e pela Zinzem Cia., que edificaram no local extenso bloco de prédios destinados a armazém de café.

Nunca é demais lembrar que a expansão dos espaços urbanos no governo Jerônimo Monteiro voltou-se para as áreas centrais de Vitória. O objetivo era dotar a cidade de condições adequadas de saneamento e higiene e de belas paisagens, proporcionando à elite que residia e tinha comércio no centro, um viver melhor.

De acordo com Pesavento (1994), o habitante pobre da cidade, que morava nos cortiços, era tido como um cidadão de segunda classe, enquanto os proprietários muitas vezes ficavam isentos de observância das leis. Insinuava-se o princípio da desigual apropriação do solo urbano que negava o teto àqueles que trabalhavam deixando-os desassistidos pelo poder público. A aplicação das leis passava ao largo da sua cotidianidade. Habitantes de cortiços, esses pobres tinham que ser afastados da cidade, já que incomodavam a burguesia. Com efeito, esse tipo de moradia era tido como propagador de doenças e propício à promiscuidade. Por extensão, os pobres que ali habitavam eram considerados sujos, feios e perigosos devendo, por isso, ser afastados para a periferia, uma vez que seriam nocivos não só à burguesia, mas também à cidade em geral.

Moral, higiene e estética: eis os três elementos que sustentariam, nos anos seguintes, uma verdadeira campanha contra os cortiços do centro da cidade. A urbe se queria ordenada, bela e asséptica, e não agredida por construções que concentravam gente potencialmente perigosa.

Naturalmente, a campanha da higiene pública, que se desdobrava na higiene moral da cidade, demandava a inspeção sanitária de todas as casas, mas os principais alvos de ataque eram as moradias dos pobres, focos de miasmas deletérios ou horríveis perversões. A campanha de moralização pretendia tanto extirpar os vícios, como combater a sujeira e a doença. Afinal, estavam todos

estes elementos intimamente ligados e presentes nos mesmos locais insalubres, habitados por gente suja e devassa.

Ainda, nas palavras de Pesavento (1994), a imagem do cidadão morador da cidade era de alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar impostos, provedor na vida familiar e pública e saúde para não empestar a vizinhança com doenças. Quem não se enquadrasse, que demandasse zonas mais afastadas. Começava aí a retirada dos pobres do Centro da cidade, os quais deveriam habitar nos arrabaldes, isto é, nas regiões mais afastadas.

No entanto, para que tal projeto se concretizasse, várias áreas do centro de Vitória foram aterradas e outras sofreram demolições, para que no local fossem abertas ruas e avenidas e construídos praças ou prédios públicos. Uma das áreas aterradas foi o Campinho situado na Vila do Moscoso, que se transformou num lindo parque: o Parque Moscoso. Depois de saneada e embelezada, essa região seria o local “preferido para residência das elites abastadas, especialmente na parte da rua 23 de Maio, José de Anchieta e Avenida República” (PACHECO, 1998: p.17).

De acordo com Pacheco (1998), próximo às áreas do Campinho foram desapropriados alguns terrenos, como a Chácara da Piedade e Mulundu, para que a região como um todo fosse urbanizada. Além da construção de um parque foram loteados alguns terrenos para a construção de casas, sendo que a inauguração

do aterro se deu em 1910 e o trabalho de construção de casas foi iniciado no mesmo ano.

Segundo Derenzi (1965), os trabalhos de aterro e ajardinamento foram contratados, respectivamente, com o empreiteiro Antônio José Duarte, sócio da firma Duarte e Beiriz, e Paulo Mota. Este último, apesar de não ser arquiteto formado, planejou e desenhou de forma harmoniosa o jardim do parque.

Em relação ao trabalho de Paulo Mota, diz Derenzi:

As minúcias são quase de ourives: lago, “ruínas”, repuxos, fonte luminosa, recantos sombrios, labirintos, pontes, tudo caprichosamente perfeito. Não esqueceu os cisnes abstratos e os gansos vigilantes contra os profanadores intrusos (DERENZI, 1965: p.193).

O Parque Moscoso foi inaugurado e entregue à cidade no dia 1º de maio de 1912, passando o local a ser freqüentado pela elite e classe média de Vitória.

As casas construídas nessa região dispunham de toda a infra-estrutura higiênica e energia elétrica e foram vendidas aos funcionários públicos, em prestações mensais, como forma de tentar compensar o arrocho salarial a eles imposto no início do governo, quando, para pagar dívidas e conseguir credibilidade para empréstimos externos, o Governo passou a arrecadar compulsoriamente 10% do salário do funcionalismo público (DOELLINGER, 2003).

Ainda de acordo com Doellinger, outra região a sofrer aterros e demolições de casebres foi a região conhecida como Pelames, local alagadiço, ao qual se

chegava através de um estreito caminho conhecido como rua do Piolho, atual rua Treze de Maio (DOELLINGER, 2003).

No governo Jerônimo Monteiro, houve ainda preocupação em promover uma reforma no ensino do estado, que se encontrava em condições nada satisfatórias, quando Jerônimo Monteiro assumiu.

Sobre esta questão, dizia o governador Jerônimo Monteiro em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo:

Em um país republicano, onde os indivíduos conscientes dos seus direitos devem sentir-se habilitados para defendê-los: onde concidadãos em comícios gerais, tem obrigação de organizar os seus governos – é missão sagrada do administrador, proporcionar ao povo todas as facilidades para se instruir e educar. É dever primordial do governo ministrar aos seus subordinados, mesmo com a obrigatoriedade, a verdadeira instrução que os prepare para as lutas da vida (FRANCO apud DOELLINGER, 2001: p.132).

Tudo isso exposto, é forçoso reconhecer que a urbanização de Vitória e sua transformação de colonial para cidade com áreas mais modernas, bem como saneamento básico, higienização, investimento em transporte e educação, tiveram início no governo Jerônimo Monteiro.

Os governos posteriores – devido à crise do café, associada à Primeira Guerra Mundial e às oscilações do preço do café no mercado externo – não tiveram respaldo financeiro para continuar os trabalhos de remodelamento da cidade. Assim, esses trabalhos só serão novamente efetivados na década de 1920, devido à retomada da valorização dos preços do café. Será no governo Florentino Ávidos

(1924-1928) que Vitória, e principalmente a sua área central, sofrerá grandes transformações urbanísticas.

Em 1920, assume o Governo do Estado Nestor Gomes, que permanece no cargo até 1924. Este governante dedicou-se preferencialmente às intervenções nas zonas rurais do estado. Entretanto, com o seu governo, retomam-se timidamente os projetos de urbanização da capital. Nestor Gomes criticava as condições urbanísticas da cidade. Para ele, tudo precisava ser remodelado: as ruas eram estreitas, tortas e sem pavimentação; não havia bons hotéis na cidade; faltavam moradias para a população, que estava crescendo. Entretanto, nos dois primeiros anos de seu governo, nada de concreto foi efetivamente feito para remodelar Vitória.

Estava nos planos de Nestor Gomes remodelar Vitória e para isso vários foram os projetos e demolições anunciados em seu governo para efetivar esses melhoramentos. Muitas das áreas escolhidas para as demolições e futuras aberturas de ruas, construções de praças ou de palacetes para abrigar a elite local, localizavam-se na Cidade Alta, nas regiões próximas ao Palácio do Governo. Nessa área, grande parte das demolições se voltaram para casebres, nos quais habitavam populações de baixa renda (DOELLINGER, 2003).

Para se proceder ao alargamento e alinhamento marginal da Avenida Capixaba, atual Jerônimo Monteiro, foram destruídas e desalinhadas antigas ruas – Cristóvão Colombo (rua que se iniciava na rua do Rosário e terminava na Barão

de Monjardim) e Pereira Pinto (situava-se onde foi construída a Praça Costa Pereira). Em ambas as ruas, foram postas abaixo as velhas casas e sobrados de estilo colonial, fazendo com que famílias pobres fossem expulsas do centro da cidade, indo morar na periferia, ou seja, sendo excluídas da sociedade, para darem lugar às classes privilegiadas.

3.2 – O advento da República e a exclusão social.

A instalação do regime republicano trouxe novas perspectivas para a elite brasileira que controlava a economia e a política do país, na medida em que pretendia inseri-lo mais efetivamente no contexto capitalista internacional.

Era preciso, no entanto, mudar a imagem que o Brasil tinha no exterior. Tais mudanças deveriam começar a se processar dentro do próprio país, no sentido de promover a modernização e urbanização, sobretudo nas capitais. A elite ambicionava essa transformação para que o país pudesse emergir a país “civilizado”, tal como os países europeus.

Junto com produtos industrializados, os países ricos e capitalistas da Europa e os Estados Unidos exportavam também seus modelos culturais, comportamentais, políticos e até urbanísticos. Era a Belle Époque¹²: o apogeu econômico, político e civilizado que a Europa vivia.

¹² Foi um período na história da França que começou no fim do século XIX e durou até a Primeira Guerra Mundial. Ao ocorrer durante a Terceira República, a Belle Époque foi considerada uma era de ouro da beleza, inovação e paz entre a França e seus vizinhos europeus. Novas invenções

Difundia-se a idéia de que os países que não tinham alcançado a plenitude desenvolvimentista deveriam copiar e seguir tais modelos, com o objetivo de alcançar semelhante estágio civilizado. Esse era o caso do Brasil. Com isso, sua elite poderia vislumbrar um novo tempo, um novo horizonte o que se tornaria possível com a nova ordem política estabelecida, ou seja, com a República.

Assim, ao iniciar o século XX, e durante as três décadas subseqüentes, ocorreram significativas transformações arquitetônicas e urbanísticas em muitas das capitais brasileiras como Salvador, Recife, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e também Vitória. Essas impulsionadas pelas elites tinham como sustentáculo econômico à produção de café, o qual estava bem inserido no comércio exterior, apesar das altas e baixas de seus preços até a Primeira Guerra Mundial. Em nome do “progresso econômico” do país, era preciso embelezar suas capitais, proporcionar às elites assim como condições materiais de conforto, adequadas ao seu status social (DOELLINGER, 2003).

Não é difícil imaginar que os interesses das elites iam além das transformações materiais: sua aspiração era também harmonizar e controlar padrões morais de comportamentos, em uma sociedade vista ainda como não civilizada. Por isso, caminhavam juntos remodelação arquitetônica, saneamento e higienização das cidades. Se era necessário na reconstrução paisagística, também havia que

tornavam a vida mais fácil em todos os níveis sociais e a cena cultural estava em efervescência: cabarés, o cancan e o cinema haviam nascido, e a arte tomava novas formas com o

“limpar” e ordenar os espaços públicos, onde conviviam e co-habitavam os mais variados tipos humanos.

Para agravar a situação existente, registra-se, no final do século XIX e início do século XX, uma grande migração para os centros urbanos, motivada pelo fim do regime escravocrata (1888): contingentes de negros oriundos do campo vêm juntar-se aos negros, mulatos e brancos pobres que há muito habitavam esses espaços. Ademais periodicamente desembarcam nos portos milhares de imigrantes europeus, com o objetivo de tentar a vida nas grandes cidades.

Conforme Wissenbach (1998), com os fluxos contínuos de migrações – de estrangeiros e de nacionais – os trabalhadores negros e mestiços perderam muito da primazia que desfrutavam no mercado citadino e tiveram suas experiências marcadas pela convivência com outros segmentos étnicos e sociais: dividindo bairros e coabitando moradias coletivas, compartilhando oportunidades de trabalho, amalgamando crenças religiosas e tradições culturais. A diversidade das classes populares implicou por certo adaptações, mas não significou, de modo geral, a diluição desses territórios. Pelo contrário, aumentando ainda mais o terreno das pluralidades sociais, é lícito supor que a identidade dos grupos negros manteve-se acentuadamente, em especial se for levado em conta que esta, de um lado, fundamentava a resistência contra a discriminação social e, de outro,

Impressionismo e a Art Nouveau. A arte e a arquitetura inspiradas no estilo dessa era, em outras nações, são chamadas algumas vezes de estilo “Belle Époque”.

estruturava-se a partir da noção de pertencimento, conceito vital para a reconstituição de suas vidas após a experiência traumatizante da escravidão.

Marins (1998) diz que movimentar-se-iam, todos eles, pelas ruas alvoroçadas em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo, que fundia vivências, experiências, tensões e espaços. As populações das cidades, as quais estavam à margem da sociedade, viviam como que num mundo paralelo ao da elite, buscando em grande parte na economia informal uma maneira de sobreviver. Isso porque a industrialização então incipiente no início do século XX, voltada para bens de consumo, como indústrias têxteis, aniagens e tecidos de algodão e lã, bebidas, não conseguia absorver grande parte dos trabalhadores, incluindo-se aí os nacionais e estrangeiros. Os primeiros ainda sofriam com a concorrência dos imigrantes nos empregos. Isto porque a desqualificação do homem livre brasileiro, branco ou não, vem desde o período colonial, onde consiste base de legitimação e justificativa da permanência da escravidão, uma vez que o escravo foi escolhido como o elemento de trabalho por excelência, permanecendo a população despossuída e marginalizada na sociedade que aqui se criou e desenvolveu ao longo de três séculos.

A partir do momento em que, no século XIX, tornou-se efetiva a transição do trabalho escravo para o livre, tal desqualificação passou a servir para justificar a adoção de uma política voltada para a importação de braços europeus, principalmente no Estado de São Paulo, buscando-se as formas adequadas para a criação e manutenção de um mercado de trabalho livre, do qual grandes

parcelas da população brasileira, acrescida dos ex-escravos, permaneceram marginalizadas. Esses livres eram tidos como indolentes, preguiçosos e vadios (NAXARA, 1998).

É ainda Naxara (1998) quem enfatiza:

O reverso da formação de um mercado de trabalho, composto em boa parte por imigrantes, foi justamente o crescimento e a permanência dessa camada de brasileiros, os nacionais, na sua maior parte vistos como desqualificados para esse mercado, marginalizados que foram desde sempre, apesar da participação efetiva, embora quase nunca conhecida e reconhecida, em certos setores da economia (NAXARA, p.46).

Dessa forma, constituem-se diversas profissões, desde o início tidas como “biscates”, nas quais negros e mulatos formavam a grande maioria. Dentre essas profissões, encontram-se: lavadeiras, vendedores ambulantes, funileiros, marceneiros, catraieiros, entre outros.

O viver aglomerado dessa população pobre, que tanto desconforto causava às elites, também poderia ser visto nos grandes casarões do centro de algumas capitais brasileiras. Esses casarões foram construídos no início do século XIX para servirem de moradia para famílias abastadas, que em virtude da insalubridade e desordem dos grandes centros, foram gradativamente transferindo-se para os bairros mais afastados. Com isso, no início do século XX esses casarões foram ocupados por pessoas humildes, as quais alugavam individualmente seus vários cômodos.

As condições subumanas em que viviam essas populações pobres são descritas por Wissenbach:

Trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodegas, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem as casas de cômodos. [...] velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem-número de tapumes de madeira, até nos vãos dos telhados entre a cobertura carcomida e o forro carunchoso. Às vezes, nem as divisões de madeira, nada mais que sacos de aniagem estendidos verticalmente em septos permitindo quase a vida em comum, uma promiscuidade de horrorizar. (WISSENBACH Apud BACKHEUSER, 1998: p.103).

Para esses desprotegidos, o viver nas ruas representava a troca de vivências pessoais e o perigo que isso poderia significar. Assim, afloravam as crendices, como explicita o mesmo Wissenbach (1998: p. 127):

Viver nas precárias condições das cidades, cercados por ameaças de diferentes proveniências, epidemias, inimigos e rivais, intimidação constante de ser preso, como desclassificado eram, entre outros, desafios freqüentes que demandavam proteção regular que se buscava por meio do “fechamento do corpo”, da posse de amuletos e patuás, nos quais traziam suas orações, muitas delas quase iguais, aquelas que usavam os homens do interior ou ainda similares às que portavam as populações desde as longínquas épocas das colônias.

Esse quadro estava longe de satisfazer o projeto da elite brasileira, que desejava demarcar território, afastando para longe esses grupos de pessoas, tidas como degeneradas e perigosas por sua conduta amoral, seus costumes, crenças e pela promiscuidade em que viviam. A solução encontrada foi a demolição dessas construções nos centros das cidades, pondo fim ao perigo que representavam, tanto do ponto de vista da moral e dos bons costumes, quanto da propagação de epidemias.

Esse processo de demolições foi efetuado sem prévia infra-estrutura que pudesse criar novas moradias para atender à demanda popular. Isso resultou no surgimento e proliferação de habitações toscas e improvisadas nas grandes metrópoles. Sem terem para onde ir, essas populações foram se refugiar e construir suas moradias às margens dos centros das cidades, também sem nenhuma infra-estrutura de saneamento e higienização. Esse foi o caso da cidade do Rio de Janeiro, onde a população desabrigada pelas demolições foi se abrigar nos morros da cidade, dando origem, assim, às favelas.

Paralelamente ao processo de demolições e construção de logradouros públicos, que propiciaram às cidades o embelezamento com o qual tanto sonhavam as elites, também foi posto em prática o processo de saneamento e higienização das cidades com o objetivo de controlar as epidemias que assolavam o país no início do século XX. Entre as medidas tomadas pelas autoridades públicas, estava também a vacinação obrigatória. Em outras palavras, os despejos e a destruição das moradias populares, que causaram exclusão habitacional e social, eram legitimados pelas obras de higienização das cidades, dirigidas tão somente às camadas mais pobres da população das metrópoles brasileiras.

Na verdade, tais medidas revelavam implicitamente uma tentativa de homogeneizar comportamentos, ou melhor de realizar um controle social, já que o controle político se dava através da exclusão da maioria da população do direito do voto - (mulheres, soldados, analfabetos e eclesiásticos) não votavam (DOELINGER, 2003).

Fazendo parte deste contexto nacional, a cidade de Vitória não poderia deixar de passar por esse mesmo processo de saneamento e higienização, bem como de remodelação e urbanização, ainda que o Estado do Espírito Santo, no início do século XX, não tivesse expressão nacional em nível econômico. Sua Capital, sem dúvida, era o reflexo dessa realidade.

Comparada à produção de café de São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro, a do Espírito Santo era expressivamente menor. Entretanto, foram à produção e expansão da cultura cafeeira que propiciaram mudanças econômicas e sociais no estado e, principalmente, em sua capital.

Na análise de Saletto (1996), no Espírito Santo a expansão cafeeira não se deu no mesmo ritmo da ocorrida no Vale do Paraíba ou do oeste paulista, primeiramente porque, no Paraíba fluminense, o cultivo de café foi iniciado bem antes (século XVIII). Em 1792, portanto começava a ser exportado, tendo uma rápida expansão. No Espírito Santo, porém o café só começou a ser exportado a partir de 1827, mesmo assim em ritmo lento, tendo a exportação se expandido até 1960, quando foi interrompida pela ação do governo federal, através de um programa de erradicação, que destruiu a metade dos cafezais do Estado. Na região fluminense, ao contrário, a produção se estabilizou por volta de 1860 e caiu rapidamente após a Abolição. Como no Vale do Paraíba já havia uma enorme concentração de cativos quando da extinção do tráfico de escravos, isso contribuiu

para a expansão cafeeira chegar ao apogeu, pois havia sido realizada com mão-de-obra abundante e barata.

No oeste paulista, o ritmo de expansão foi ainda mais acelerado que no Paraíba, pois, apesar de ter que enfrentar o problema do encarecimento da mão-de-obra escrava, como aconteceu com o Espírito Santo, levava vantagem por possuir extraordinárias condições naturais, como a temperatura mais amena, o relevo suavemente ondulado e o solo permeável e profundo. Esses fatores faziam do oeste paulista uma região privilegiada para o cultivo do café.

Outra desvantagem do Espírito Santo era a falta de recursos para a expansão: dispunha de pouco capital para o café, e não dispunha de infra-estrutura, como estradas, nem portos aparelhados; não possuía um sistema comercial e financeiro desenvolvido, não dispunha de capital local suficiente, nem poderia competir com São Paulo na atração de capitais externos. O resultado dessas condições pouco favoráveis foi à subordinação à praça do Rio de Janeiro, onde o café capixaba era comprado pelos comissários locais e escoado por aquele porto.

Portanto só serão percebidas visíveis transformações econômicas e estruturais em Vitória a partir da primeira década do século XX. A capital do Espírito Santo despontará como principal cidade portuária do estado em consequência da construção da ferrovia Sul, que canalizará a produção de café dessa região, indo se juntar à produção da região central, que já exportava o produto. Vitória irá se

desenvolver devido à expansão da lavoura cafeeira, transformando-se num centro comercial ligado à exportação e importação através de seu importante porto.

Assim, as atividades ligadas ao comércio do café serão responsáveis pelas mudanças de infra-estrutura ocorridas em Vitória – urbanização, rede de esgoto, canalização de água, energia elétrica, transporte.

A exemplo do que ocorria em outras capitais brasileiras, devido à falta de saneamento básico, Vitória era um lugar de constantes epidemias, como cólera, peste bubônica, febre amarela e varíola, que atingiam mortalmente a população. Como não havia rede de esgoto na capital, os dejetos dos moradores eram lançados nas valas do Campinho e na maré, em locais permitidos pelas autoridades. Tais dejetos eram levados por funcionários do governo a altas horas da madrugada. “Acontecia, às vezes, largar-se o fundo dos velhos barris e o coitado carregador ganhar um “banho indesejável” (NOVAES, 1979: p.99).

Foi a partir do governo de Jerônimo Monteiro (1908), que encontrou o Estado e sua capital desprovidos de condições e recursos sanitários que foram implementadas várias providências a fim, de melhorar as condições higiênicas da cidade.

Através de um contrato acertado com o Sr. Antenor Guimarães, foram inaugurados no dia 1º de janeiro de 1909, os serviços de limpeza pública e domiciliar e a irrigação das ruas centrais da cidade. A Prefeitura Municipal de

Vitória, criada em 1908 e tendo como prefeito Ceciliano Abel de Almeida, contribuía com parte das despesas. Também nesse sentido foram criadas as casas de banho, as lavanderias públicas, o serviço de visitas para desinfecção e inspeção a domicílio. Este serviço era realizado por funcionários treinados geralmente nas moradias das camadas mais baixas da população, que viviam em condições precárias de higiene (DOELLINGER, 2003).

De acordo com Doellinger (2003), além dessas foram tomadas outras medidas saneadoras: como a mudança do matadouro para um lugar mais afastado da cidade e a proibição de enterros de pessoas nos antigos e pequenos cemitérios da cidade, os quais não possuíam condições adequadas para funcionamento.

Como acontecia nas grandes capitais do país, era necessário não só dotar a cidade de infra-estrutura, para controlar as epidemias, mas também “moldar” com hábitos higiênicos as camadas mais humildes da população, pois Vitória seria o cartão postal do estado e deveria estar limpa e saneada em todos os aspectos.

Nesse sentido, já no primeiro ano de governo, Jerônimo Monteiro assinou com o engenheiro Augusto Ramos um contrato para o estabelecimento dos serviços de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica. Antes da aprovação do citado contrato pelo Congresso Legislativo, porém, o Governador:

Cuidou de instalar aparelhos sanitários, no Palácio do Governo e nas repartições públicas, pelo sistema de fossas. Comicionou (sic) o engenheiro Pedro Bosísio, para captar os mananciais existentes na ilha e canalizá-los para esses lugares e

para as escolas, de modo a servi-los até que fossem realizados o abastecimento de água e a rede de esgoto. Providenciou, igualmente a distribuição de água, em carros pipa às residências. A 22 de outubro o Sr. Antenor Guimarães restabeleceu esse serviço, a 50 réis o barril (NOVAES, 1979: p.101).

O material usado para os serviços acima citados era, em sua maioria, importado. Antes mesmo da inauguração desses serviços de infra-estrutura, o comércio se movimentava, vendendo para a população materiais elétricos e canos para a instalação de água nas residências. Contudo, é bom lembrar que grande parte da população da ilha não teve acesso a esses serviços, seja pela falta de recursos para adquirir o material necessário, seja porque nem todas as regiões da cidade foram servidas desse melhoramento. Como foi visto, o processo de urbanização levou a camada mais pobre da população a se exilar nas periferias dos grandes centros, onde pouco existia em termos de infra-estrutura. Especificamente em Vitória, esse processo não foi diferente do ocorrido no restante do país. Aqui também foi visível a exclusão das camadas de baixa renda da população, que, tendo sido afastadas do centro, foram se refugiar na periferia da capital. Assim, os melhoramentos inaugurados na cidade não chegaram até elas.

Todo esse processo excludente, além de aumentar ainda mais as desigualdades sociais, gerou também, esse período, a marginalização da cultura (religião, música, dança) popular, pois, em nome dos valores morais e de comportamento das elites, deveriam ser negados outros valores que não fossem estes, os quais, ao mesmo tempo, deveriam ser impostos ao restante da população.

3.3. Os pobres de Vitória

Nas primeiras décadas do século XIX, de acordo com Saletto (1996), a região de Vitória, área de povoamento antigo e sede da capital, estava entre aquelas abarrotadas de escravos, que constituíam 40% da população, conforme os censos de 1824 e 1827, e a região concentrava mais da metade dos escravos da Província, cerca de 7 mil num total de 13 mil. Na época em que se iniciou o cultivo comercial do café na região, foi realizado um censo provincial, em 1843, que registra a existência de 4.850 escravos, representando 32% da população.

Ainda conforme a autora, enquanto a população livre se manteve estável, na casa dos 10 mil, o número de escravos declinou, o que talvez se deva ao início do povoamento da região do Itapemirim, com a abertura de fazendas de café, e, seguramente, à alta do preço.

No final do século XIX e início do século XX, houve uma grande migração para os centros urbanos, devido ao fim do regime escravocrata, quando contingentes de negros oriundos do campo viriam juntar-se aos negros, mulatos e brancos pobres que há muito habitavam esses espaços. Eram indivíduos de várias matizes e origens sociais, que se enquadravam na ampla gama dos desclassificados: majoritários segmentos da população livre e liberta, conhecidos sob designação de “vadios” (KOWARICK apud PRADO JR. 1994).

Dessa forma, para o crescente contingente, só restaria o trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou o perambular pelos campos e cidades sem destino certo. Com efeito,

[...] formou-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conhecem os rigores do trabalho forçado e não se proletarizam. Formou-se, antes, uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais da sociedade. A agricultura baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser (KOWARICK, 1994 p: 28).

Mesmo com o fim do Pacto Colonial, a Proclamação da Independência e a introdução do café como mercadoria de enorme potencialidade quanto à criação de excedente, a sociedade brasileira do século XIX iria reproduzir o trabalho escravo como forma de levar adiante o processo produtivo. Isto quer dizer que, mesmo livres, os trabalhadores braçais continuariam trabalhando nos moldes estruturados no binômio senhorial-escravocrata. Mas, ao contrário do período anterior, quando ainda eram escravos, formavam um sistema econômico mais diversificado e dinâmico, gerando, com isso, crescentes parcelas de excedentes. Nesse quadro, a massa livre e liberta continuaria à margem dos processos produtivos essenciais à sociedade.

Juridicamente, a nação não estava livre. Novas perspectivas se abriam, mas as estruturas tradicionais persistiam inalteradas. Herdara-se uma economia – o latifúndio exportador e escravista – e uma tradição cultural – a mentalidade senhorial. O desenvolvimento da cultura cafeeira veio reforçar esse quadro e tornar mais remota, nesta primeira fase, as possibilidades de uma evolução para o

trabalho livre. Por toda a parte encontrava-se o escravo.[...] No campo e na cidade, ele era o principal instrumento de trabalho (KOWARICK *apud* COSTA, 1994: p.29).

Na análise de Kowarick (1994), a grande população de escravos que trabalhavam nas lavouras de café, principalmente do interior, a partir do momento em que se viram livres, não sabiam o que fazer com essa liberdade, já que se sentiam despreparados para qualquer outro tipo de trabalho. Com isso, muitos seguiriam para a capital em busca de novas oportunidades de trabalho, formando uma população cada vez maior sem nenhuma perspectiva, aumentando ainda mais a miséria dos que já se encontravam nas capitais. Havia ainda os mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam de esmolas apenas para sua sobrevivência, sem local fixo de moradia, que não encontravam forma de inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem escravocrata.

Esse fluxo para as grandes cidades ocorreu, no entanto, sem nenhuma expressão de infra-estrutura urbana, como moradias, empregos, saneamento básico, acentuando-se ainda mais a situação de pobreza da camada menos favorecida da população.

Na opinião de Campos Júnior (2002), nesse período, o fluxo populacional vindo do campo para a Grande Vitória, deveu-se aos habitantes de pequenas cidades do interior não inseridos na dinâmica do café, principal atividade econômica do Espírito Santo na época. Acontece, no entanto, que, já desde esse momento, a

localização do migrante na Capital do Estado foi seletiva. Os de menor poder aquisitivo ocuparam as piores áreas, que já eram poucas em Vitória, e estenderam a mancha urbana para além desse município, onde a inexistência de infraestrutura urbana, manifestando-se no preço quase nulo da terra, não foi obstáculo para o seu estabelecimento na chamada periferia da capital.

As populações das localidades à margem da sociedade viviam como que num mundo paralelo ao lado da elite, buscando em grande parte na economia informal uma maneira de sobreviver. Pesavento (1994: p.84) analisa essa realidade como inevitável:

Á medida que a cidade crescia, que a vida comercial e fabril da urbe se estendia, um povo sem rosto parecia habitar as ruas. Eram, em princípio, pobres, mal vestidos, muitas vezes mal encarados e freqüentemente aterrorizavam a vida das famílias burguesas. A caminho do trabalho, na volta da fábrica, fazendo biscates, mendigando ou simplesmente flanando, a rua parecia lhes pertencer.

Conforme a autora, a “rua”, antes de ser um lugar histórico, um lugar político, é um habitat, uma “interioridade”, é o espaço do povo, que se opõe radicalmente a casa, lugar da intimidade burguesa. Nos parques, nas praças e nas avenidas, não havia como proibir a circulação dos demais: as ruas se enchiam de gente do povo, num vaivém promíscuo de trajes e odores, que colocava lado a lado a distinta senhora que ia às compras com um descuidado cangueiro a caminho do porto.

Com a cidade de Vitória, não era diferente. Apesar de não ser comparável aos grandes centros, além da rua, o que restava às camadas mais baixas da população como forma de sociabilidade eram os quiosques, botequins e

mercados, ponto de trabalhadores avulsos à espera de carretos com os quais pudessem obter alguma renda que lhes garantisse a sobrevivência.

As camadas pobres da população de Vitória de acordo com Franco e Hees (2003), eram formadas por empregadas domésticas, lavadeiras, carroceiros, coveiros, vendedores, biscateiros, bóias-frias, meeiros, trabalhadores rurais, entre outros, de modo geral explorados e discriminados, sem qualquer direito trabalhista. Os espaços de sociabilidade dessas camadas sociais eram separados: enquanto a classe média e a elite freqüentavam teatros, cinemas e clubes, estas tinham como diversão o Politeama, cinema popular, localizado no Parque Moscoso, cuja construção consistia num barraco de madeira coberto com folhas de zinco. Por ser o preço do ingresso bastante popular, tinha uma clientela bem eclética. Freqüentavam as suas sessões os mais variados tipos, desde a família que levava os filhos às matinês até operários, prostitutas e empregados domésticos, entre outros.

De acordo com Doellinger (2003), em relação aos espaços de moradia também não era diferente. As pessoas de posse habitavam áreas nobres da cidade, privilegiadas com a construção de residências suntuosas, consideradas na época como palacetes, expressando luxo e status. Ao contrário, às camadas populares restava construir seus locais de moradia na periferia da capital, o que ocasionou o aparecimento das favelas. Sem ter para onde ir – já que foram expulsos do centro para dar lugar à burguesia – essas populações foram se refugiar em locais sem nenhuma infra-estrutura de saneamento ou higienização no intorno de Vitória.

Comentando a respeito dos tipos de moradia existentes já em 1936, Pacheco lembra que o Jornal “Diário da Manhã” reclamava contra os casebres nos morros, que desfiguravam a moldura da cidade presépio com seu “fundo verdejante”. Essas edificações não eram favelas, mas pequenas casas de alvenaria cobertas de zinco (PACHECO, 1998: p.26).

Havia, uma demarcação nítida entre as zonas nobres e as outras, destinadas à pobreza. A respeito dos palacetes habitados pelas famílias mais abastadas, Pacheco (1998) assim se pronuncia:

Dr. Américo Monjardim, na rua Barão de Monjardim, os dos Vivacqua e dos Neffa na Avenida Capixaba, o de Oswald Guimarães, na ladeira prof. Baltazar, os de Mário Freire e do construtor André Carloni na rua Sete de Setembro, os do Dr. Schwab, de Plácido Barcelos e de Kosciuszko Barbosa Leão – chamado de Castelinho – na rua Coronel Monjardim, o de Pietrangelo de Biase, na rua José de Anchieta, e a Vila Oscarina, também dos Guimarães, na rua 23 de Maio. Já para a classe média reservava-se uma casa, em geral assobradada, com quintal e jardim (PACHECO, 1998: p.26).

Em 1930 os pontos principais do centro de Vitória eram a Praça Costa Pereira, a Praça Oito de Setembro e o Parque Moscoso. A Praça Costa Pereira, lugar de diversão e lazer, abrigava os cinemas Glória e Carlos Gomes; a Praça Oito servia de ponto de encontro de funcionários das repartições públicas, estudantes, pessoas sem o que fazer no momento ou mesmo sem ocupação nenhuma, para todo tipo de conversa; o Parque Moscoso era o local preferido para residência das elites abastadas, além de sediar o Clube Vitória, ponto de encontro mais tradicional e elegante da sociedade capixaba.

Em trabalho demográfico, Paulo Stuck de Moraes, citado por Pacheco (1998): revela que, em 1920, a cidade possuía apenas 21.866 habitantes, sendo 49,09% de homens; em 1940, 45.212, habitantes, com 47,52% de mulheres; e em 1950, 50.922 habitantes, com 46,89% de homens. Houve, entretanto, o desmembramento do Planalto Carapina, anexado à Serra, e, a autonomia de Vila Velha.

Quanto às características relacionadas à miscigenação, o mesmo pesquisador encontrou, em 1940, 57,57% de brancos, 27,04% de pardos e 15,24% de pretos. Havia poucos estrangeiros: 1.060, em 1940 e 712 em 1950. A proporção de casados era aproximadamente igual à de solteiros, enquanto o número de casais separados era muito reduzido (PACHECO, 1998).

Ao analisar a questão da mão-de-obra e da ocupação dos habitantes de Vitória, Pacheco (1998) estima que havia entre 1940 e 1950:

- 50% de donas de casa e empregadas domésticas;
- 20% de menores, estudantes ou não;
- 10% de funcionários públicos, inclusive força pública e magistério;
- 5% de profissionais liberais;
- 5% de operários diversos (inclusive porto e eletricitários)
- 5% de outros (aposentados e sem profissões definidas).

Havia na cidade uma forte vinculação ao conservadorismo e tradicionalismo dos costumes, que não reconheciam nenhum direito às mulheres. Eram poucas as

progressistas, que tinham conseguido estudar e propugnavam pelo voto feminino; as desquitadas, então, eram sumariamente marginalizadas pela sociedade, da mesma forma que seus filhos.

Na realidade, reserva-se às mulheres o papel de donas-de-casa – lugar de mulher é em casa criando os filhos – empregadas domésticas (cozinheiras, pejorativamente chamadas “graxeiras”, arrumadeiras, copeiras, amas-secas (babás) lavadeiras, passadeiras) ou professoras primárias (poucas secundárias). Ou ainda secretárias no serviço público ou privado, balconistas, telefonistas, artesãs e operárias (catadeiras de café).

À dona-de-casa, além de cuidar dos filhos e da economia doméstica, permitia-se uma vasta gama de relações familiares e de amizade. Os filhos nasciam em casa pelas mãos das parteiras, isto na camada mais pobre da população. Já na classe média, as mulheres pariam com obstetra formado e as crianças se consultavam com pediatra (PACHECO, 1998).

Nos momentos de ócio, as donas-de-casa deveriam se ocupar com algum trabalho manual, aprendido no lar, por exemplo; corte e costura, bordados manuais ou feitos à máquina, aprendizado de novas receitas. Ao lado de alfaiates, que faziam robes, manteaux, costuras para senhoras, havia também costureiras famosas.

De acordo com Pacheco (1998), um grupo de mulheres, paradoxalmente, detinha alguma liberdade de ação:

As prostitutas, que a linguagem forense chamava de rameiras, decaídas, putas, mundanas, mulheres da vida fácil, mulheres-dama, ou simplesmente mulheres da vida, e em cujas casas resolviam-se até problemas políticos, como relata Ormando Moraes, em A Gazeta de 19 de novembro de 1994. Estas mulheres moravam em “pensões” na rua general Osório, Vila Rubim, Caratoira, Santo Antonio e São Torquato.

Em relação à educação das crianças, os pais tentavam inculcar nelas a ordem, a coragem, o asseio, a disciplina e a obediência, principalmente a obediência. “Criança é para ser vista e não ouvida”, dizia o refrão popular. Seus dias transcorriam na mesmice eterna: ajudar nos afazeres domésticos, ir à escola, fazer deveres de casa, brincar na rua – os meninos jogando pelada; as meninas brincando de roda; havendo brincadeiras comuns a ambos os sexos, como o picolê.

Os funcionários públicos trabalhavam, em sua maioria, na Cidade Alta (Palácio do Governo ou Tribunal de Justiça), para onde se deslocavam de bonde circular. Como esclarece Pacheco (1998), as chamadas “grandes e sólidas” fortunas estavam no comércio, principalmente no exportador de café – os Guimarães, os Pinto, os Ayres, os Prados, os De Biasi – e afinal não eram tão grandes e sólidas porque, em menos de duas gerações, se diluíram através de sucessivas partilhas, por morte de seus titulares.

Os profissionais liberais equiparavam-se, na obrigatoriedade de usar terno e gravata, aos funcionários públicos: muitos, muitíssimos, eram concomitantemente

servidores do Estado e gozavam de mais liberdade, tendo alguns feito fortuna. Os operários eram pouquíssimos e davam suas primeiras mostras de organização entre os portuários, estivadores e arrumadores, que se sindicalizavam.

Entre os outros viventes, havia um pequeno contingente de aposentados, sobre os quais escreve o prof. Rui Lora:

Pela manhã, barba feita, banho e depois... De terno e gravata passavam o dia perambulando pela cidade, principalmente na Praça Oito e Avenida Jerônimo Monteiro, vendo vitrines, e juntando-se aos colegas e amigos para conversa animada (PACHECO, 1998: p.22).

Símbolo de “status” ostentado por cerca de trinta famílias vitorienses, era morar em “palacetes”, possuir em casa telefone, eletrola, rádio, geladeira elétrica e automóvel particular, assim como mandar os filhos estudar fora do Estado, como por exemplo no Rio de Janeiro, no Sacré Coeur de Laranjeiras ou no Sion de Petrópolis, se moças.

CAPÍTULO IV

4 – As políticas públicas no Espírito Santo durante a Era Vargas

4.1 – Introdução

Os primeiros anos da República se caracterizaram por tempos difíceis. A derrubada do regime monárquico em 1889 significou a vitória das elites regionais contra o centralismo do Império. Mas o novo regime não conseguiu agradar a

todos e logo foram surgindo manifestações de conflitos armados, revoltas populares e greves operárias.

A partir dos anos 20, expande-se a oposição ao regime oligárquico. Um grupo de militares descontentes com os rumos do poder, sobretudo por terem sido eles próprios aliados desse poder, “[...] encorajaram os oponentes do regime pertencentes às classes média e alta a iniciar a criação de uma genuína oposição política [...]” (ANDREWS, 1998: p.224), contrária às políticas do Estado, então dominado por latifundiários e produtores de café. Esse movimento, liderado pela baixa oficialidade do Exército, ficou conhecido como Tenentismo.

“Os tenentes pregavam um governo modernizador, progressista e industrializante que combatesse as fraudes eleitorais; propunham fim do governo político e a implantação de uma administração mais técnica” (FRANCO: 2003, p.25). Assim, graças a sua ação na sociedade, conquistavam adeptos e cresce a oposição ao poder central. Tanto assim que, em 1924 eclode uma rebelião tenentista em São Paulo. Embora naquele momento o movimento não tivesse conseguido derrubar as forças governistas, prepara o caminho para o que viria a acontecer alguns anos depois, em 1930. Com a crise político-institucional e econômica, instalada com a queda da Bolsa de New York um ano antes, e com as disputas travadas com a sucessão do presidente Washington Luis, estavam criadas as condições favoráveis à eclosão da chamada Revolução de 30, que depôs o grupo dominante do poder.

A revolução conduz Getúlio Vargas ao poder, onde permanecerá por 15 anos, de 1930 a 1945, consolidando o que condicionou chamar de Era Vargas. Vargas vai governar o Brasil com poderes absolutos, em especial a partir de 1937, quando deflagra um novo “Golpe” de Estado e instala um governo ainda mais autoritário, denominado Estado Novo.

Ainda no final do Império e a partir da Primeira República, o Brasil tinha passado por profundas transformações. As indústrias e a economia cresceram; o comércio se desenvolveu. Com isso, a necessidade de mão-de-obra, fazendo aumentar em muito a oferta de postos de trabalho. Diante disso, tem início já nessa época o êxodo rural e as cidades vão ficando mais populosas. O rápido aumento da população urbana, cria novas demandas na sociedade brasileira e vai exigir um redimensionamento das políticas públicas.

As exigências relativas ao mercado de trabalho, o acesso rápido à informação, as condições precárias em que a maioria da população que vem para as cidades passaria a viver, a percepção da necessidade de ascensão social tudo isso redundará, numa sociedade mais participativa e questionadora, que passa a cobrar seus direitos de cidadãos.

É bom não esquecer que desde o final da década de 10 do século XX, o crescente movimento operário se organizava e levantava discussões sobre a opressão em que vivia a população brasileira. Nesse sentido, analisa Pesavento:

A revolução social, ápice do processo produtivo, vivia não pela violência, mas pelo associativismo, pela resistência e pela denúncia. A tendência geral, contudo, não era a luta armada, e as incitações “literárias” à vingança e à participação passavam pelos caminhos da internacionalidade da conscientização. O operário devia visualizar-se como oprimido e subalterno, mas encaminhar a sua ação para os movimentos associativos, sindicais ou do partido político que respondesse pelos interesses proletários (PESAVENTO, 1998: p.60).

Não obstante viver o Brasil um momento de exceção em razão do estado autoritário inaugurado por Vargas, em particular a partir de 1937, este governante, em razão da organização e dos questionamentos que a população fará, adotará uma política de concessões no intento de diminuir as pressões sobre o governo ditatorial. Uma série de ações seriam implementadas objetivando minorar o sofrimento da maioria da população brasileira, dentre elas a criação de leis trabalhistas para o operário e o trabalhador brasileiro. Levine, discorrendo sobre essa temática, diz que:

Vargas pretendia que seu “ministério da Revolução” intermediasse o reconhecimento por parte do governo do direito de organização dos trabalhadores, ainda que apenas sob controle rigoroso. Nomeou o ultra conservador Oliveira Vianna para o posto de consultor jurídico do novo ministério, o que, portanto, assinalava suas verdadeiras intenções, embora o presidente, em suas declarações públicas, transmitisse uma noção de defesa progressista, até radical, dos interesses dos trabalhadores (LEVINE, 2002: p.60).

Além disso, Vargas buscou também ainda desconstruir a imagem de regime autoritário, com rigor, indo mais além – investiu na construção da sua imagem pessoal como “pai” de todos os cidadãos brasileiros, sobretudo da população mais

desassistida, que era afinal a maioria dos habitantes do país. É ainda Levine quem esclarece:

O afável chefe de Estado, tido como “pai dos pobres”, cobrindo a nação de propaganda e popularizando um novo vocabulário como “a voz do povo” eram palavras preferidas em seus discursos. Vargas trabalhou com afincos para aperfeiçoar os maneirismos e o feito de falar que contribuíram para sua imagem de líder competente e paternalista. Suas falas eram sempre curtas e simples: desviavam-se dos floreios retóricos dos políticos tradicionais e evitavam palavras pomposas (LEVINE, 2002: p.95).

A estas estratégias de contra-propaganda político-ideológica, uma presença permanente durante todo o governo ditatorial, acrescentaram-se outras medidas objetivando fortalecer o poder central, Vargas tratou de colocar em cada unidade da Federação governantes que seguissem à risca as suas determinações.

No caso do Espírito Santo, o escolhido foi João Punaro Bley, que estendeu o seu governo de 1930 até 1943. De 1930 a 1935, governou como Interventor Federal, de 1935 a 1937 como governador constitucional e de 1937 a 1943, novamente como Interventor. De 1943 a 1945, atuou à frente do Estado na qualidade de Interventor Jones dos Santos Neves.

A política nacional do governo Vargas era seguida de perto pelos governos locais. Até mesmo para conter a pressão da população, serão adotadas medidas cuja tônica é a assistência à população mais carente economicamente. Este trabalho examinará em especial referentes ao atendimento médico-sanitário e à educação,

destinadas à assistência da população mais pobre do Estado do Espírito Santo. Antes porém, vale a pena revisar as políticas varguistas para essas áreas.

4.2 – As políticas públicas na Era Vargas: Educação e saúde.

Quando Getúlio Vargas entrou para a política nacional em 1930, por meio de um golpe militar, a população brasileira era de cerca de 30 milhões de brasileiros, número que saltaria para 41 milhões em 1940 e para 52 milhões em 1950 (LEVINE, 2002: p.14).

Vargas mobilizou os brasileiros urbanos, reunindo-os numa base futura de apoio político pessoal, ainda que as reformas por ele implementadas visassem manter (e muitas vezes aumentar) o controle do Estado. Construiu um novo papel para o governo e deu impulso à industrialização, ao desenvolvimento econômico e à integração nacional.

Pode-se dizer, que no lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, através do Manifesto da Aliança Liberal¹³, lido no Rio de Janeiro no início de 1930, a educação apareceu como um dos instrumentos apropriados para assegurar a “valorização do homem” e melhorar a condição de vida dos brasileiros sob o ponto de vista moral, intelectual e econômico.

¹³ Manifesto da Aliança Liberal - de autoria de Lindolfo Boeckel Collor, constitui a primeira proposta sistemática, no Brasil, no sentido de implantar a justiça social nos terrenos trabalhista, educacional e da administração de justiça.

Ao lado da educação, e intimamente ligado a esta, a plataforma colocou a saúde, para qual, dadas às condições do país, propunha como medida imediata e fundamental o saneamento. Assim, educação e saneamento surgiram como problemas conexos. Para enfrentá-los, a Aliança Liberal propôs a criação de um novo ministério com a função de articular os serviços federais, estaduais e municipais de educação e saúde já existentes.

Nessa direção, a educação apareceu ainda, no item relativo à questão social, como um dos “dispositivos tutelares” para a melhoria das condições de vida do “proletariado urbano e rural” e como um instrumento da nacionalização das populações de origem estrangeira nas colônias e de integração dos habitantes do interior do país. Assim, ao tomar posse da chefia do Governo Provisório em novembro de 1930, Getúlio Vargas anunciou um “programa de reconstrução nacional”, no qual incluiu a criação do Ministério da Instrução e Saúde Pública, cujas tarefas seriam o saneamento moral e físico, através de uma “campanha sistemática de defesa social e educação sanitária” e a difusão intensiva do ensino público através de um “sistema de estímulo e colaboração direta com os estados” (MENDONÇA, 2002: p.11).

De acordo com Ghiraldelli (2000), as vanguardas dos educadores brasileiros vinham se reunindo, desde o final dos anos 20, em Conferências Nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE). O ano de 1931 foi

palco da IV Conferência Nacional de Educação, organizada para a discussão do tema geral “As Grandes Diretrizes da Educação Popular”.

O titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde (MESP), Francisco Campos, compareceu à Conferência, fazendo-se acompanhar, aliás, do próprio Presidente Vargas, que confessou aos educadores que, o “governo revolucionário” não tinha uma proposta educacional e esperava dos intelectuais ali presentes a elaboração do “sentido pedagógico da revolução”.

Antes mesmo da realização da Conferência, o Ministro havia baixado, no mês de abril, um conjunto de decretos que ficou conhecido como Reforma Francisco Campos. Tais decretos diziam respeito aos ensinos universitário e secundário, o ensino primário não estava contemplado na reforma. É importante situar essa questão para entender a amplitude das propostas apresentadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Respondendo ao desafio de Vargas, a ABE lançou no ano seguinte o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido “ao povo e ao governo”, propondo a “reconstrução social pela reconstrução educacional”. Na prática, defendia a escola pública, obrigatória e gratuita para todos (SAVIANI, 2004: p.33).

Com efeito, o ensino primário há muito vivia em crise, sem que se lhe oferecesse uma solução satisfatória. A criação dos grupos escolares, em que pese a significação pedagógica desse modelo, que resultou numa divisão do trabalho

escolar mais eficiente, também aumentou o processo de seleção, que acarretava uma acentuada repetência nas séries iniciais (SAVIANI, 2004: p.30)

A gravidade do quadro de ensino primário era tanta que, em São Paulo, onde nasceram os grupos escolares e de onde a experiência foi levada a outros estados, a reforma Sampaio Dória instituiu uma escola primária cuja primeira etapa, com duração de dois anos, seria gratuita e obrigatória para todos. O objetivo era garantir a universalização das primeiras letras, isto é, a alfabetização de todas as crianças em idade escolar (SAVIANI, 2004: p.30).

O Manifesto dos Pioneiros transformou-se, portanto, num importante documento político, que expressava a posição de uma corrente de educadores que tinham propostas concretas para a política educacional brasileira e estavam habilitados para conduzi-la. O Manifesto é considerado um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, repercutindo, inclusive nos debates da Constituinte de 1933-1934.

Como resultado das discussões em torno da questão educacional, a Constituição de 1934 estabelece como competência da União “fixar o plano educacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país”. A par de outras conquistas, essa Constituição teve a primazia de fixar como competência privativa da União “traçar as diretrizes da educação nacional”.

Embora com outra formulação e com outro espírito, essa atribuição manteve-se também na Constituição do Estado Novo de 1937(2004: p.35).

Tendo substituído Francisco Campos no Ministério da Educação a partir de julho de 1934, Gustavo Capanema deu seqüência ao processo educacional, interferindo inicialmente no ensino superior e depois, a partir de 1942, nos demais níveis, por meio das “leis orgânicas do ensino”, também conhecidas como Reforma Capanema.

Por essas reformas o ensino primário foi desdobrado em ensino primário fundamental, com duração de quatro anos (elementar) e um ano (complementar), e ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado a adolescentes e adultos que estavam fora da idade regulamentar.

O ensino médio foi organizado verticalmente em dois ciclos, ginasial (em quatro anos) e colegial (em três anos) e horizontalmente nos ramos secundário e técnico-profissional, este último subdividido em industrial, comercial e agrícola. Havia também o curso normal, que mantinha interface com o secundário (2004: p.37-38).

.Sobre essa temática, Ghiraldelli esclarece:

As leis orgânicas do ensino constituíram-se numa série de decretos-leis que começaram a serem emitidos durante o Estado Novo e se completaram após seu término. O Estado Novo durou de 1937 a 1945; as Leis Orgânicas foram decretadas entre 1942 a 1946. A última dessas reformas foi

a do ensino primário, através de Decreto-lei nº 8.529 de janeiro de 1946. Tal lei organizou o ensino primário num curso de quatro anos complementado por mais um ano que deveria ser preparatório ao exame de admissão ao ginásio. Basicamente, as leis orgânicas, chamadas de Reforma Capanema, consubstanciaram-se em seis decretos-lei que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Foi uma lei elitista e conservadora (GHIRALDELLI, 2000: p.83).

Embora os grupos escolares estivessem já bastante difundidos, havia ainda outros tipos de estabelecimentos de educação primária: escolas isoladas, aquelas de uma turma; escolas reunidas, com até quatro turmas; grupo escolar, com mais de cinco turmas; e por fim a escola supletiva. Para ampliação e manutenção da rede, a lei previa o Fundo Nacional de Ensino Primário, criado pelo decreto-lei de 1942, que não especificava a fonte de recursos.

Ainda em relação ao ensino primário, o ministro Capanema apresentou um projeto de resolução, preparado pela Comissão Especial por ele nomeada, definindo que a função coordenadora do sistema estadual cabia ao governo de cada estado, devendo ser exercida em sua totalidade por um único órgão destinado a isso.

De acordo com Capanema, à União cabia cooperar supletivamente e na medida do possível e necessário em cada caso, na organização dos sistemas educativos estaduais, seja mantendo sob sua direção administrativa e técnica determinados estabelecimentos de maior importância, destinados a suprir deficiências desses sistemas; seja cooperando financeiramente ou tecnicamente para a organização ou manutenção de estabelecimentos oficiais ou particulares.

Essas propostas foram aprovadas por unanimidade, tendo a Comissão de Organização e Administração da Educação emitido sobre elas o seguinte parecer:

O projeto oferecido pelo sr. Ministro da Educação, com a definição dos sistemas educativos estaduais e de sua administração, sintetiza, com felicidade, as tendências expressas pela maioria dos delegados estaduais à conferência [...] A comissão entende que o projeto atende às necessidades de racionalização dos serviços de administração, e julga que deve ser assim, integralmente aprovado (HORTA: 2000, p.155).

Quanto ao ensino profissionalizante, o período histórico do Estado Novo forjou algumas entidades que, posteriormente, passaram a ter importância fundamental nos processos de educação formal do país. É deste período a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do Instituto Nacional do Livro, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). A criação dessas instituições e a decretação da Reforma Capanema esboçaram um sistema educacional para o país, até então inexistente.

De acordo com Ghiraldelli (2000), o parque industrial e a crescente urbanização reclamavam por mão-de-obra técnica, o que levou o governo a cumprir o espírito da Constituição de 37, que desejava fornecer ensino profissionalizante às classes menos favorecidas. O caráter do governo – centralizador monolítico – possibilitou

a confecção das Leis Orgânicas do Ensino que, em última instância, consagram o espírito da Carta de 37¹ ao oficializarem o dualismo educacional.

Assim, se por um lado o Estado organizou as relações de trabalho através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por outro, impôs ao sistema público de ensino uma legislação que procurou separar aqueles que poderiam estudar, daqueles que deveriam estudar menos e ganhar o mercado de trabalho mais rapidamente. O sistema público de ensino continuou, então, a oferecer determinado percurso para os alunos provenientes das classes mais abastadas e outro percurso diferente para as crianças de classes populares, que porventura, conseguissem chegar e permanecer na escola.

Para as elites o caminho era simples: do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente, a opção por qualquer curso superior. Havia ainda a chance de profissionalização, mais destinadas às moças, que depois do primário poderiam ingressar no Instituto de educação e, posteriormente, cursar a Faculdade de Filosofia. Ao contrário, o caminho escolar das classes populares, caso escapassem da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Cada curso profissionalizante só dava acesso ao curso superior da mesma área.

No tocante ao ensino profissionalizante, Ghiraldelli faz a seguinte análise:

¹ Carta de 37 – Constituição Brasileira de 1937, outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, mesmo dia em que implanta a ditadura do Estado Novo.

O parque industrial e a crescente urbanização reclamavam por mão-de-obra técnica, o que levou o governo a cumprir o espírito da Constituição de 37, que desejava fornecer ensino profissionalizante às classes menos favorecidas. O caráter do governo – centralizador monolítico – possibilitou a confecção das Leis Orgânicas do Ensino que, em última instância, consagraram o espírito da Carta de 37 ao oficializarem o dualismo educacional, ou seja, no que diz respeito à Reforma Capanema, a organização de um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as classes populares (GHIRALDELLI, 2000: p.84).

Com a exigência da mão-de-obra qualificada em função do processo de industrialização, tanto o governo quanto o empresariado industrial sentiam a necessidade de redimensionar o ensino técnico-profissional, porém essa tarefa competia ao Ministério da Educação e Saúde. De fato, Sousa esclarece que:

No âmbito das questões relativas ao trabalho do operariado industrial, constituído em boa parte pela força de trabalho juvenil, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 teve importância especial [...] Para atividades menos complexas o operariado era formado nas próprias fábricas, embora em condições ainda muito limitadas. Além disso, o número de escolas profissionais era insuficiente para atender a demanda das indústrias (SOUSA, 2000: p.240-241) .

Com isso, a demanda de mão-de-obra qualificada era suprida pela importação de técnicos, o que era prejudicial ao desenvolvimento de quadros especializados no país. A esse respeito adverte Horta, na I Conferência Nacional de Educação, que falta:

[...] examinar a situação em que se encontra no país o ensino profissional e técnico, de todos os ramos (industrial, agrícola e comercial) para o fim de ser estabelecido o processo de sua coordenação sob uma só direção, de seu desenvolvimento e de sua adequação às necessidades nacionais (HORTA, 2000: p.145).

Embora Vargas fizesse promessas relacionadas à educação na maioria de seus discursos, dando a impressão de estar genuinamente preocupado com a necessidade de uma reforma, a análise das condições sociais e econômicas pode revelar achados inesperados. O censo de 1940 revelou que menos de um quarto das crianças em idade escolar abaixo de quatorze anos freqüentava a escola. De dois mil alunos que entravam no primeiro ano da escola em 1942, só 155 completavam três anos de curso primário.

Escolas secundárias públicas eram particularmente raras, e o ensino vocacional limitava-se em grande parte a “institutos para treinamento” e instituições estatais mais aparentados a reformatórios do que a qualquer outra coisa. A Igreja católica mantinha uma rede de escolas, mas destinadas principalmente a crianças da elite. Raras vezes particulares ou organizações comunitárias fundavam escolas, embora estas fossem, em sua maioria, reservadas a filhos de imigrantes. Essas escolas seriam fechadas em 1938, quando Vargas proíbe definitivamente no país o ensino em língua estrangeira ou seu uso na imprensa.

Já em relação à área da saúde foram criados serviços de profilaxia de diversas doenças. A gestão Capanema caracterizou-se principalmente pela retomada das campanhas sanitárias de âmbito nacional, dentre elas a desfechada contra a febre

amarela. Portanto, do ponto de vista da Saúde Pública, a segunda atribuição do ministério de Gustavo Capanema, coube uma preocupação de atender às populações do interior. Vários serviços de inestimável importância foram criados. Entre os quais: em 1937, o Serviço Nacional de Febre Amarela, o primeiro serviço de saúde pública de dimensão nacional; e em 1939, o Serviço de Malária do Nordeste.

Foram criados ainda o Serviço Nacional de Educação Sanitária, o Departamento Nacional da Criança, o Departamento de Tuberculose, o Departamento de Endemias Rurais. Vários hospitais, colônias e asilos foram construídos para o tratamento de outras endemias, como a tuberculose e a lepra. Em 1941, o Departamento Nacional de Saúde assumiu o controle da formação de técnicas em saúde pública (CPDOC/FGV, s.d)

O Serviço Nacional de Tuberculose (SNT), dirigido por Samuel Libânio, foi o que mais gerou polêmica, sobretudo no tocante ao estabelecimento de um seguro obrigatório para financiar a campanha contra essa doença. Acredita-se que, por ser a tuberculose o problema número um da saúde pública no país, essa campanha deveria ser financiada pelo orçamento federal e não depender de aprovação de seguro, o que demandaria um tempo maior para seu início (FONSECA, 2000: p.187).

No entanto, para Vargas, as pessoas não instituíam sua meta principal. Os gastos com obras públicas superavam tudo o mais, até aqueles com as forças armadas.

Durante seu último mandato, os gastos do Brasil com saúde pública per capita correspondiam a da soma aplicada pelos Estados Unidos no mesmo setor. Os projetos de obras públicas eram necessários para o desenvolvimento econômico, mas pouco era feito para atender às necessidades sociais.

Por esse motivo, mesmo com o esforço governamental visando à reorganização dos serviços de saúde pública, os Centros e Postos de Saúde para combater doenças contagiosas, bem como construção de Sanatórios, Preventórios, Dispensários, Hospital Infantil, dentre outros, a taxa de mortalidade infantil estava entre as mais altas do mundo. A alimentação insuficiente e as doenças endêmicas, incluindo-se aí infecções parasitárias como verminose, afetavam enormemente o vigor físico das populações. O salário mínimo fixado por Getúlio Vargas ainda não tinha sido capaz de chegar ao interior. Nas cidades do interior, havia um pequeno número de gente educada e bem de vida, mas quase nunca um médico ou dentista.

4.3 – Educação, Saúde e Assistência aos excluídos no Espírito Santo

O desenvolvimento deste tópico funda-se nos discursos de João Punaro Bley como fonte primária. Neles o primeiro Interventor do Espírito Santo faz um balanço da sua trajetória de governo, apresentando suas atividades administrativas no período de 1930 a 1943. Durante seu governo, Bley dispensou atenção à Educação e Saúde, bem como à assistência aos excluídos.

Analisaram-se também os discursos proferidos por Jones do Santo Neves (segundo Interventor), que governou de 1943 a 1945 e deu prosseguimento ao trabalho de João Punaro Bley tanto na área da Educação, como na área da Saúde.

De suma importância são também as mensagens de governo publicadas pela Revista Chanaan, como esta na qual o governador João Punaro Bley dirige-se ao legislativo estadual, apresentando os feitos de seu primeiro ano de governo:

Neste documento faço divulgação, a mais ampla e minuciosa possível, de todas as diferentes actividades da administração pública, no primeiro anno constitucional do meu Governo. Dessa forma, pretendo offerecer aos illustres membros do Poder Legislativo não só seguros elementos de consulta sobre a realidade actual da vida administrativa espírito-santense, sendo ainda motivos que lhes permitam focalizar problemas, estabelecer formulas, encontrar soluções, de que resultem, sempre que possíveis, melhor aperfeiçoamento e maior eficiência no organismo político-social do Espírito Santo (REVISTA CHANAAN nº 7 julho, 1936: p.23-24).

Bley não para por aí. Em outro momento, numa mensagem otimista e entusiasmada, busca o apoio da população para as realizações do governo, diz o interventor:

É francamente promissora a situação econômico-financeira do estado do Espírito Santo. As actividades constructoras (sic) do laborioso povo espírito-santense decorrem dentro de um ambiente de ordem, tranqüilidade e liberdade. Procuramos estimular, amparar e auxiliar a todos que dentro da lei e do espírito das nossas instituições procurem com os

seus esforços impulsionar as forças vivas do estado, cooperando desse modo para o seu desenvolvimento (ESPÍRITO SANTO, 1940, P. 38).

A acreditar-se no discurso de Bley, a situação econômica do Estado era boa e dessa forma possibilitava uma série de ações na área de Saúde e Educação. De acordo com o relatório do governo de 1935, a população do Estado do Espírito Santo era estimada em 821.770 habitantes, sendo 39.308 moradores da Capital. O recenseamento de 1920 havia apontado de 457.328 e 21.886 habitantes, respectivamente, o que significa que, em 15 anos, o crescimento populacional foi de 364.442 habitantes para o estado como um todo e de 17.422 para a Capital.

A análise dos dados orçamentários apresentados pelo Governador Bley para o ano de 1935, através da comparação dos números referentes à receita e despesa, permite chegar a conclusões mais ou menos seguras sobre a situação econômica do estado. Vejam-se a seguir os quadros de referência:

Receitas¹⁵

Arrecadação do Estado do Espírito Santo em 1935	
a) Receita Ordinária	
1- Renda Tributária	13.993:049\$650
2- Renda Patrimonial	671.654\$355

¹⁵ "Até 1942, a moeda brasileira foi o mil-réis, grafada \$ 000, o mil-réis foi substituído pelo cruzeiro. Mil-réis, por sua vez, eram chamados de contos ou contos de réis e grafados 1:000\$000". HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.12.

3- Renda Industrial	3.476:342\$002
b) Receita Extraordinária	36.755:842\$853
c) Receita para fins Especiais	8.449:483\$700

Tabela 01 – Arrecadação do Estado do Espírito Santo em 1935

Fonte: REVISTA CHANAN nº 7, Vitória ,1936

Despesas

Despesas Realizadas no Estado do Espírito Santo em 1935		
Divina externa, interna, flutuante e de exercícios anteriores	21.174:000\$	35,36%
Administração	15.943:000\$	26,63%
Obras e Serviços	7.819:000\$	13,05%
Instrução	5.111:000\$	8,53%
Polícia Militar	2.675:000\$	4,46%

Polícia Civil e Segurança	1.560:000\$	2,61%
Magistratura	1.484:000\$	2,47%

Tabela 02 – Despesas realizadas no Estado do Espírito Santo em 1935

Fonte: REVISTA CHANAN nº7, Vitória , 1936

Com efeito, confrontando-se receita e despesa efetuadas em 1935, verifica-se um saldo orçamentário de rs. 3.454:547\$758.

Conclui-se, assim, que a situação econômica do Estado era de fato confortável, podendo esse saldo positivo, se houvesse empenho, ser aplicado em investimentos na área social.

Com o intuito de “prestar assistência aos municípios”, o governo do Estado criou o Departamento das Municipalidades, tendo como finalidade dar apoio às prefeituras de todo o Estado, principalmente aquelas que necessitavam com maior urgência implantar serviços de água, luz e esgoto. Nessa época, 25 prefeituras possuíam serviços de água; 16, serviços de esgotos; 20 eram atendidas por serviço telefônico; 30 possuíam agências telegráficas; todas tinham serviço postal e apenas uma estava no momento sem serviço de iluminação elétrica. Já nessa época as sedes das cidades capixabas estavam ligadas à capital por estradas de rodagem.

A Capital do Estado mereceu atenção especial fruto da cooperação do governo estadual com a Prefeitura de Vitória. Nesse mesmo período foram desenvolvidos muitos melhoramentos na cidade, inclusive a ampliação do serviço de

abastecimento de água. Para essa ação, que resultou na construção de uma nova adutora, foram dispendidos 4.003:000\$000. A cooperação Estado/município prosseguiu também para desenvolver o plano de urbanização da Capital, para o qual o Estado dispendeu vultosa quantia para cobrir as desapropriações que se faziam necessárias.

Os estudos e o projeto para o reforço no abastecimento de água de Vitória foram executados pela Diretoria de Água e Esgotos. Para dar, entretanto uma ligeira idéia dessa obra, transcreve-se a seguir um trecho do trabalho que o chefe do serviço fez publicar no “Diário da Manhã” de 29 de dezembro de 1935, sob o título Abastecimento de Água de Vitória.

O atual abastecimento de água da capital abrange Victoria e seus arrabaldes, as sedes e alguns distritos dos municípios de Cariacica e Espírito Santo (Villa Velha). Consta ele de duas linhas adutoras de aço, de 25 cm de diâmetro, assentadas respectivamente em 1909 e 1925, durante os governos Jerônimo Monteiro e Florentino Ávidos” (REVISTA CHANAAN nº 7, Vitória, 1936: p.31-32).

Para uma população de cerca de 48.000 habitantes, eram distribuídos em 1934 apenas 5.780 m³ de água por dia, ou 67 litros por segundo. Admitindo uma perda de 50 % na distribuição em virtude do estado precário das redes, resultava a quota de 60 litros por habitante e por dia, para as três ordens de serviço: particular, público e industrial. Daí o clamor geral contra a falta de água pronta e eficazmente atendido pelo Governo do Estado, que autorizou a Diretoria de Água e Esgotos a proceder, com a devida urgência, aos estudos necessários.

Dentro de um círculo de 35 km de raio, foram percorridos e examinados todos os mananciais capazes de se prestarem ao abastecimento de água da cidade. Assim, foram detidamente estudados o Formate, o Fonte Limpa, o São Paulo, o Jucu, o Mangaraí e o Duas Boccas, sendo considerados soluções possíveis os três últimos. Dentre os três, resultou a conveniência da captação do Duas Boccas.

Entretanto a população clamava não só contra a falta de água, mas também contra a falta de escolas para seus filhos. Para que o estado implementasse ações nessa área, o Governo Federal, através de seu ministro Gustavo Capanema, cogitou a idéia de que os estados passassem a administrar esses serviços, assuntos esses tratados em conferência anual.

Na análise de Horta (2000), a realização de uma conferência anual, reunindo no ministério da Educação os responsáveis pela educação de cada estado da Federação, estava prevista desde 1935, quando Capanema encaminhou ao presidente Getúlio Vargas o anteprojeto de reorganização de seu ministério. Na exposição de motivos que acompanha a proposta, afirma o ministro no item que trata da ação supletiva da União:

O programa de colaboração federal nos serviços relativos à saúde e à educação, em cada uma das circunscrições territoriais do país, poderia o Ministério formulá-lo, por meios de seus órgãos de direção, e com a assistência de seus conselhos técnicos [...] O programa de ação supletiva da União nos estados só poderá vantajosamente ser feito mediante entendimento, combinação e acerto entre os

estados e a União. Para o encaminhamento de tais negociações é que se torna necessária à instituição de conferências anuais do governo federal com os governos estaduais (HORTA, 2000: p.143).

A Lei nº 378 de 31 de janeiro de 1937 mantém, no capítulo relacionado às formas de ação da União, a realização periódica de conferências nacionais de educação e saúde. Entretanto, esse assunto seria colocado novamente em pauta somente com a promulgação do Decreto nº 6.788 de 30 de janeiro de 1941. Na exposição de motivos que acompanha a proposta, encaminhada a Vargas em 27 de janeiro, depois de afirmar que até aquele momento o “andamento dos serviços” não havia tornado imprescindível à realização das conferências, Capanema escreve:

O considerável desenvolvimento das atividades federais em matéria de educação e saúde, a magnitude dos empreendimentos projetados, a necessidade de que para esses empreendimentos concorram os governos estaduais e municipais, com trabalhos e recursos, tudo está a mostrar a conveniência da imediata convocação das citadas conferências nacionais (HORTA, 2000: p.144).

Dessa forma, conclui Horta, o governo federal pretendia tornar sua presença mais efetiva em diversas regiões do país, implementando e supervisionando as ações de saúde pública e assistência médico-hospitalar. A construção de um aparato organizacional centralizado com capacidade de coordenar, executar e fiscalizar as ações de saúde nos estados e o esforço de padronização de normas e serviços são as características da gestão Capanema (HORTA, 2000: p.118).

No que compete ao Espírito Santo, o governo interventorial de João Punaro Bley, respaldado pelo apoio do governo Vargas, manifestou a intenção de propiciar ao

Estado um surto de progresso no campo da educação. Em um de seus pronunciamentos assim se expressou Punaro Bley:

A educação pública tem merecido sempre, do meu Governo, constante atenção (sic). Em todos os seus múltiplos aspectos – desde o ensino pré-primário, nas escolas infantis, até os cursos universitários – não lhe tem faltado o apoio continuado, material e moral, de minha acção (sic) administrativa (ESPÍRITO SANTO, 1942, p.38).

A princípio era preciso conhecer, nos seus exatos delineamentos, as necessidades e as possibilidades do ensino. Eis porque o Governo Federal convocou o Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado em 1931, na Capital Federal. A ele deu o governo do Espírito Santo o mais completo apoio, resultando disso uma eficiente cooperação entre os respectivos órgãos federais e estaduais.

Dessa forma o governo Bley pôde concentrar os investimentos nas áreas mais carentes. De 1931 a 1939, foram dispendidos 47.428:176\$900 com educação, resultando uma média anual da ordem de 5.269:797\$433. Somente nos anos de 1931 a 1935, o Estado dispendeu com programas educacionais um total de 20.424:000\$000. O quadro abaixo resume bem a situação do Espírito Santo no que concerne aos gastos com a educação.

Despesas do Estado com a educação no período de 1931 a 1935					
1931	1932	1933	1934	1935	TOTAL

3.760	3.755	3.716	4.082	5.111	20.424
-------	-------	-------	-------	-------	---------------

Tabela 03 – Despesas do Estado com Educação no período de 1931 a 1935

Fonte: REVISTA CHANAAN, nº 7, Vitória, 1936.

Com todos esses investimentos, era natural que os dados referentes à realidade educacional no Estado apresentassem significativa alteração. De fato, houve um direcionamento para o ensino primário, que viu crescer não só o número de unidades escolares especialmente construídas para essa finalidade, como também total de matrículas. Os quadros a seguir permitem visualizar esse crescimento:

Unidades Escolares construídas no Estado de 1931 a 1935		
1933	1934	1935
803	833	873

Tabela 04 – Unidades Escolares construídas de 1931 a 1935

Fonte: REVISTA CHANAAN, nº 7, Vitória, 1936.

Em relação às matrículas, e à frequência, ficaram distribuídas da seguinte forma:

Matrícula Geral no Estado		
1933	1934	1935
44.783	32.120	51.487

Tabela 05 – Matrícula Geral no Estado

Fonte: REVISTA CHANAAN, nº 7, Vitória, 1936.

Frequência Escolar		
1933	1934	1935
30.140	32.120	34.432

Tabela 06 – Frequência Escolar

Fonte: REVISTA CHANAAN, nº 7, Vitória, 1936.

Também o número de professores do ensino primário aumentou, atingindo em 1935 um total de 1.410 professores, dos quais 1.154 à frente de escolas estaduais, 57 de municipais, subvencionadas, na maioria.

Quanto ao ensino normal, o governo do estado atendeu da mesma forma. Em 1931, contava o Espírito Santo com três estabelecimentos de ensino normal na capital. A partir de 1931, foram criados mais três, com sede nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, São João do Muquí e Alegre.

Esse aumento no número de matrículas, bem como na frequência escolar, deu-se porque o governo do estado passou a investir mais na construção e recuperação de edifícios escolares e no aumento do número de vagas, respondendo às reivindicações da população que reclamava das condições precárias em que se encontravam os estabelecimentos de ensino. Para o governo, a idéia de escolarização era uma forma de prosperidade e desenvolvimento da população menos privilegiada.

Em relação ao ensino superior, tendo a Faculdade de Direito poucos dias de existência, o governo interventorial deu o apoio necessário ao seu funcionamento não faltando também à colaboração do governo federal. A 9 de junho de 1931, o Governo do Estado baixou o decreto nº 1.302, considerando-a de utilidade pública e no dia 12 do mesmo mês era instalada solenemente. Pelo decreto nº 4.167, de 7 de outubro do mesmo ano, o governo tomou para si a manutenção da Faculdade que, em 1935, foi declarada oficial do estado. Nesse mesmo ano, foi sancionada a lei nº 3, que considerou a Faculdade de Direito do Espírito Santo instituto estadual, com todas as despesas a serem pagas pelo Estado e a 31 de outubro, o Governo Federal equipou essa Faculdade, pelo decreto nº 566.

Também a Faculdade de Farmácia e Odontologia mereceu a atenção do governo. Fundada em 1930, foi reconhecida de utilidade pública pelo decreto nº 1.306, de 11 de junho de 1931, sendo oficializada em 1932. Em 1935, a Faculdade foi encampada pelo Estado, sendo declarada no ano seguinte instituto estadual.

Medida de grande alcance educacional foi a extinção das rotineiras escolas noturnas e a criação dos Cursos Noturnos de Educação Popular, pelo decreto 3.660, de 27 de abril de 1933. A finalidade dos novos cursos seria realizar a obra educativa das classes pobres, ajustando-se tanto quanto possível às exigências reclamadas pelas condições de idade, trabalho e meio ambiente dos educandos.

Também o governo interventorial criou, em 1933, o Serviço de Educação pelo Radio e Cinema Escolares, instituição que veio preencher visível lacuna no aparelhamento educacional do Estado. Dispunha o referido serviço de dez aparelhos “Kodascopes”, projetores de 16 m.m. e 3 cinematógrafos de 32 m.m tipo Universal. Sua cineteca era constantemente enriquecida.

Para 1940, o orçamento estadual consignava uma verba de 6.451:900\$000. No mesmo período, foram construídos 17 Grupos Escolares, escolas com mais de 5 turmas, além de edifícios para Escolas Reunidas(aquelas com até 4 turmas), Escolas Isoladas (aquelas de uma só turma), espalhando-se os benefícios da educação por todos os municípios do Estado. Nessas construções, entre as quais se inclui ainda a colônia de Férias de Marataizes, dispendeu o governo 2.611:822\$055. Foram realizadas ainda numerosas reconstruções, aquisição de material para aparelhamento escolar, subvenções etc.

O governo criou ainda o Departamento de Educação Física pelo decreto nº 1.366 de 26 de junho de 1931, encarregando-o de promover e dirigir a educação física nas escolas do Estado. A medida enquadrava-se perfeitamente no alto espírito de dar à mocidade uma educação integral, a que não faltasse, aliada ao aperfeiçoamento dos conhecimentos intelectuais, a melhoria do padrão físico da juventude espírito-santense. Com isso, o governo, interessado em proporcionar à população o mais completo bem-estar físico, não se descuidou dos problemas sanitários. O setor da saúde pública foi assim atacado, segundo palavras do

governante, com vigor e absoluto êxito, resultando daí satisfatórios benefícios para a coletividade espírito-santense.

A reorganização integral por que passou a saúde pública, nas palavras do governante Punaro Bley, permitiria a centralização dos serviços de saúde de todo o Estado, obtida através de uma chefia única, auxiliada por uma seção administrativa (material de expediente) bem como uma seção técnica, órgão encarregado de ter sob controle os maiores serviços e de apoio à direção nas medidas necessárias para maior fomento das campanhas sanitárias (REVISTA CHANAAN nº 7, 1936 p.46).

De acordo com Campos, o projeto de Serviço Estadual de Saúde Pública (SESP) que seria um modelo sanitário para o Brasil, passava pela construção de uma rede municipal integrada de unidades sanitárias para prestar serviços de saúde às populações locais, “evitando duplicação de esforços e desperdícios”. A unidade mais importante dessa rede era o centro de saúde (CAMPOS, 2000: p.211).

Ainda de acordo com Campos, os centros de saúde propostos eram semelhantes aos criados nos Estados Unidos. Basicamente eles controlavam doenças infecto-contagiosas, faziam inspeção alimentar e ambiental, e realizavam pesquisas em estatística vital, além de serviços de laboratório. Promoviam também a educação sanitária e a medicina preventiva, e coordenavam as agências públicas e privadas que existiam num mesmo distrito sanitário. Outra característica dos centros de

saúde norte-americanos era a descentralização: os centros eram organizados, financiados e prestavam serviços em base local (CAMPOS, 2000: p.212).

No entanto os centros de saúde do Sesp seguiram o modelo norte-americano com algumas ressalvas. Por exemplo: no Brasil nunca foi possível praticar apenas a medicina preventiva. As unidades do Sesp tiveram que juntar medicina preventiva e curativa em seu modelo. Além disso, enquanto nos Estados Unidos os centros de saúde eram financiados e administrados localmente, no Brasil eram os estados e a União os responsáveis pelos centros.

No Espírito Santo, os serviços sanitários em 1930 estavam em processo de organização, mas, como reconheceu Punaro Bley em seu discurso de dez anos de governo, com as reformas propostas pelo governo federal, estes tornaram-se equiparados aos serviços dos melhores países, em termos de qualidade.

Na verdade o governo federal havia estabelecido uma padronização nacional, para esses serviços. Influenciado por idéias que circulavam na Europa naquele momento, defendendo a supremacia racial branca, Vargas passou a falar em política eugênica.

Ele acreditava que havia que investir em especial na saúde física e moral de crianças e jovens, visando a formação de cidadãos “sadios” e, com isso, construir um Estado Novo cada vez mais forte.

Os serviços de Saúde, portanto, seriam os locais privilegiados para colocar em prática essa política eugenista. Daí a criação de uma divisão de maternidade, de proteção à infância e adolescência, de doenças infecto-contagiosas e serviços de vacinação.

Em relação a essa temática, Sousa (2000: p.247) evidencia que:

O alcance do progresso econômico e social estava necessariamente vinculado a dois fatores de extrema importância na obra de edificação de um Estado Nacional forte, unido e coeso: a saúde e a educação das gerações novas. Para crescer e desenvolver-se, o Estado precisava compor-se de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis física e mentalmente, e para tanto impunha-se a tarefa de proteger e assistir a maternidade, a infância e a juventude.

Com a finalidade de “eugenizar” essa população, foram criados órgãos distritais constituídos por Centros e Postos de Saúde. Nas duas principais cidades do Estado (Vitória e Cachoeiro de Itapemirim), foram criados centros de saúde com as seguintes atividades: administração, doenças transmissíveis, tuberculose, higiene infantil, pré-escolar e escolar, higiene pré-natal, lactário, polícia sanitária, alimentação, enfermagem e laboratório (REVISTA CHANAAN nº 7, 1936: p.47).

Ainda sobre a política de eugenia, esclarece Fonseca (2000: p.105):

Sob os auspícios da ideologia de construção de um renovado homem brasileiro, sadio e educado, e de uma política autoritária, uniformizada e centralista, realizaram-se conferências oficiais que, não obstante limites impostos à

sua organização, possibilitavam um debate ampliado sobre os rumos das políticas de educação e saúde, inclusive com críticas ao governo.

Em relação à Saúde Pública no Espírito Santo, o governador Punaro Bley dividiu o Estado em 7 Distritos Sanitários, de acordo com as seguintes razões: identidade de problemas, facilidade de comunicações, densidade das populações e conveniências nosológicas. Na sede dos distritos sanitários foram criados Postos de Higiene, em número de cinco, com as seguintes atividades: doenças transmissíveis, higiene da criança, polícia sanitária, endemias, enfermagem e laboratório.

O governo ainda chamou a si, pelo princípio mesmo de unidade de direção, todos os serviços de Saúde Pública do Estado. A contribuição municipal resumia-se a um auxílio financeiro calculado na base de 5% de toda sua renda tributária. Dentre as providências tomadas por Punaro Bley na área de Saúde Pública, podemos citar o combate à verminose, à malária e à tuberculose.

A verminose era um problema de âmbito nacional, cujo combate sempre exigiu das autoridades a maior dedicação e o maior afinco em seu combate. No Espírito Santo foi combatida nessa época por ambulatórios especializados, nos Centros de Saúde, e pelos médicos e guardas nos postos de higiene, distribuídos por todo o Estado. Porém o combate intensivo dessa doença também era uma preocupação do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, já que se reconhecia a importância da educação na solução de qualquer problema sanitário. Por

intermédio de um selecionado corpo de educadoras sanitárias, essa educação fazia-se mais intensivamente nas escolas.

A importância do atendimento realizado, em termos quantitativos, pode ser visualizada no quadro a seguir.

Movimento do serviço de saúde no Estado de 1931 a 1939	
Número de matrículas	39.950
Número de consultas	49.912
Medicamentos distribuídos	73.115

Tabela 07 – Movimento do serviço de saúde no Estado de 1931 a 1939

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Segundo informações dos dirigentes locais de saúde sanitária, tanto em nível de Espírito Santo quanto de Brasil, a malária era uma doença endêmica, como aconteceu no resto do mundo. Nesse sentido muitas campanhas foram desenvolvidas objetivando erradicar esse mal. Para tanto, atuava-se com uma medicina preventiva que não podia prescindir da mútua e valiosa colaboração do engenheiro sanitarista e do higienista. A atuação no combate a esse mal, até 1936, no Espírito Santo, ocorria às expensas exclusivas do Estado. O setor de

malária do Estado só recebia auxílio do Serviço Federal de Malária na capital Vitória; em todo o resto do Estado, ficava essa tarefa por conta do governo local.

Para o combate da tuberculose, um dos mais importantes problemas sanitários do Brasil a ser resolvido, foi organizado um largo programa de atuação. No combate anti-tuberculoso, seguindo as linhas clássicas da orientação moderna, foram criados os dispensários, a enfermagem social, o sanatório “Getulio Vargas”, o preventório “Gustavo Capanema”, assim como locais destinados à preservação das crianças e à assistência post-sanatorial dos enfermos.

O Dispensário era o “eixo da organização”, pois aí teria lugar o diagnóstico e se desenvolveria toda atividade anti-tuberculosa. Dois seriam os dispensários oficiais, localizados em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, funcionando como seções dos respectivos Centros de Saúde. Eram dotados de Raio X, dispositivo Manuel de Abreu, para roentgen-fotografia bem como de toda aparelhagem necessária para o moderno diagnóstico e uma moderna terapêutica da tuberculose.

Da inauguração do Dispensário Antonio Fontes, em Vitória, no dia 2 de fevereiro de 1935, até o dia 31 de outubro de 1940, foi o seguinte o movimento do serviço:

Movimento do serviço de saúde de 1935 a 1940 no Dispensário Antônio Fontes em Vitória	
Matrículas	13.455
Consultas	36.476
Fórmulas	16.754
Medicamentos distribuídos	9.026
Injeções aplicadas	11.841

Exames de laboratório	5.032
Pneumotórax	4.139
Roentgen-fotografias	14.000

Tabela 08 – Movimento do serviço de saúde no Dispensário Antônio Fontes em Vitória de 1935 a 1940 .

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Em março de 1936, quando foi criada a Inspetoria de Tuberculose, em Vitória, inaugurou-se também o Serviço de Vacinação pelo Bacilo Calmette-Guérin (B.C.G.), tendo registrado nesse ano o seguinte movimento:

Serviço de Vacinação pelo Bacilo Calmette-Guérin (B.C.G) 1936 - Vitória	
Crianças vacinadas	3.371
Cuti-reações praticadas	12.290
Intra-dermo reações praticadas	5.538

Tabela 09 – Serviço de vacinação pelo Bacilo Calmette-Guérin (B.C.G) 1936 - Vitória

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1940.

Quanto ao Serviço de Enfermagem dos hospitais que, à princípio, era destinado exclusivamente nos casos de tuberculose, passaria, com a reforma, a ser um serviço polivalente, ou seja, passaria também a dispensar seus serviços a outros tipos de doenças, permitindo assim um maior controle das endemias. Passariam a

ser controlados por esse serviço 87 casos de tuberculose em domicílio e cerca de 400 comunicantes a partir de 1936.

Em relação ao isolamento dos tuberculosos que vinha sendo feito exclusivamente através de duas enfermarias especializadas na Santa Casa de Misericórdia, com uma capacidade total de 36 leitos, esse problema foi resolvido com o funcionamento do Sanatório Getúlio Vargas, construído pelo Governo Federal, cuja instalação foi feita em terreno cedido pelo estado. Esse hospital, projetado por um técnico estadual sob a orientação do chefe do serviço de tuberculose, foi constituído por um monobloco de cimento armado de três pavimentos em seu corpo central e dois pavimentos em cada uma das alas. O atendimento deveria atender à população como um todo, homens, mulheres e crianças, tendo capacidade para 120 pessoas.

Além das salas para enfermos, esse hospital seria composto de: consultório clínico, fichagem, assistência dentária, gabinete de olhos, ouvidos, nariz e garganta, farmácia, salas de curativos, de pneumotórax, gabinete radiológico, salas de cirurgia, parto, esterilização, assepsia, isolamento, quartos para enfermeiros, refeitório, copa, despensa, cozinha, lavanderia, varandas de repouso, secretaria e direção.

Quanto ao tratamento destinado aos filhos dos leprosos, foi construído pelo governo federal com terreno doado pelo estado, o Preventório “Gustavo Capanema”, com a finalidade de preservar a infância do contágio com os pais. A

capacidade seria de 40 crianças, sendo que no ato de sua instalação teria tido ocupação total, sendo internados 40 menores, filhos de tuberculosos que lá ficariam por espaço de dois meses.

Com a finalidade de prestar assistência aos pacientes de tuberculose e ao mesmo tempo fazer um controle após sua alta do sanatório, o governo estadual teria criado a Assistência Pós-sanatorial, que era feito através do Dispendiário Antonio Fontes e o Serviço de Enfermagem, que estavam perfeitamente aparelhados para fazerem esse controle. Quanto ao Serviço de Readaptação Profissional desses ex-internos segundo visão da época, seria mais conveniente dirigir os esforços no sentido do diagnóstico precoce, pois a moléstia combatida em seu início teria um tratamento mais eficaz, o que tornaria desnecessária a readaptação profissional.

Como não poderia ser diferente, o estado do Espírito Santo, como outros estados do Brasil, em várias épocas, foi flagelado por periódicos surtos de febre amarela. Em 1932, no Vale do Canaan, situado no município de Santa Teresa, pela primeira vez essa moléstia teria sido surpreendida em um novo aspecto epidemiológico e exaustivos estudos teriam sido feitos pela Fundação Rockefeller e o Serviço de Febre Amarela, com colaboração do Departamento de Saúde Pública do estado, o que levaria a estabelecer a existência de febre amarela sob um novo aspecto, denominado de febre amarela silvestre.

Porém no Espírito Santo, até 1938, ainda não tinha sido verificado nenhum caso, a despeito de um intenso serviço de vicerotomia, o que justificaria não ter se tornado

endêmico, no Estado, aquele surto. Só em 1939, em meados de janeiro, foram confirmados casos de febre amarela do tipo silvestre, e, rapidamente atingiria o surto grandes áreas do estado, abrangendo 8 municípios do sul, 1 no centro e 1 no norte do Estado. No entanto, antes mesmo do aparecimento dessa moléstia e também posteriormente, o Espírito Santo mantinha o Serviço de Febre Amarela, Serviços Anti-larvários nas 38 localidades do estado que teriam dado índices positivos, os quais garantiriam a não-propagação do vírus pelo seu habitual transmissor urbano, o *Aedes egípti*.

Dessa forma, a manutenção do serviço anti-larvário para garantia das populações urbanas e o controle anátomo-patológico pelos serviços de vicerotomia seriam as bases em que se concentraria o combate à moléstia em todo o território nacional.

Quanto aos serviços dispensados à maternidade e a infância através do Centro de Saúde de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim e nos Postos do interior, esses serviços teriam como finalidade máxima de proteção à criança, bem como de sua mãe. Nesse sentido, foram criados dispensários de Higiene Pré-Natal cujo expressivo movimento resultaria em um número avultado de consultas e visitas: 1.927 matrículas; 12.750 consultas; 765 visitas domiciliares.

Foram instituídos ainda cursos para aparadeiras¹⁶, e construídas 2 maternidades em Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim. Os dois lactários criados pelo Governo distribuiriam, no período 1931 a 1939, 154.880 litros de leite às crianças

necessitadas de menos de um ano de idade. Os ambulatórios de Higiene Infantil prestariam, neste mesmo espaço de tempo, os seguintes serviços: 15.836 matrículas; 140.420 consultas; 43.280 medicamentos distribuídos. A partir disso foi criado e intensificado o serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar com um corpo médico escolhido e inúmeras educadoras sanitárias preparadas em curso intensivo e especializado (REVISTA CHANAAN, nº 7, 1936: p.43).

Ainda assim, o governo teve que enfrentar um surto de difteria em Vitória, que se acentuou a partir de 1928 e atingiu proporções alarmantes em 1933 o que significou grande dispêndio financeiro com a profilaxia, as curas através do Soro e com o isolamento desses doentes. Em vista disso, o governo promoveu uma vacinação em massa com o uso da Anatoxina diftérica, atingindo todas as crianças da Capital nas idades que mais necessitavam dessa medida. Em 1930 um total de 30 mil doses de vacinas foram adquiridas do Instituto Manguinhos para proceder à vacinação em Vitória, iniciando essa medida profilática no Brasil. Até 1939 teriam sido empregadas 41.948 vacinas preventivas no estado (ESPÍRITO SANTO, 1940: p.59).

Como a Profilaxia do Grupo Tifo-paratífico estava ligada aos problemas de saneamento, essa doença só seria erradicada do estado no dia em que o governo realizasse serviços de água e esgoto na sede das principais vilas e cidades sujeitas a esses surtos periódicos por ocasião das grandes enxurradas. Isso,

¹⁶ Parteira curiosa, não diplomada.

apesar da vigilância que o Departamento de Saúde Pública do Estado mantinha com essas cidades.

Como as Santas Casas de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, através de seus hospitais, prestavam atendimento às doenças não contagiosas, o Estado após a Revolução de 30, deu uma atenção especial ao hospital de isolamento “Oswaldo Monteiro”, ampliou e aparelhou esse hospital com capacidade para 120 leitos. Até dezembro de 1939, esse hospital atendeu 6.129 doentes, apresentando um índice de mortalidade baixíssimo de apenas 2,23 %.

Com a necessidade de ampliar a assistência hospitalar às crianças enfermas da Capital, e no sentido de atender ao apelo que o Presidente Vargas dirigiu em 1932, aos Interventores Federais no sentido de melhor assistência à infância, foi construído o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, no bairro de Praia Comprida. Com a construção desse hospital, o governo dispendeu a importância de 397:825\$000.

Como enfatiza Fonseca (2000: p.186), embora alguns temas da Campanha Nacional de Saúde (CNS), como saneamento e atenção à maternidade, infância e adolescência, não tivessem ocupado grandes espaços, apesar das propostas detalhadas terem sido apresentadas e aprovadas, caberia ao Estado a incumbência de administrar o serviço de saúde sanitária com o apoio do governo federal.

O Hospital Infantil, inaugurado em fevereiro de 1936, comportaria 120 leitos. O prédio deveria constar de dois pavimentos e seria dotado de todos os requisitos necessários ao desempenho da sua missão. Da data da sua inauguração até 1939, hospitalizou 2.500 crianças. Anexo ao Hospital funcionava um ambulatório onde já se encontravam matriculadas perto de 2.000 crianças que receberiam consultas diárias e medicamentos. Apresentam-se a seguir alguns dados estatísticos referentes ao ambulatório e ao Hospital Infantil, que bem demonstram o grande amparo que o governo vinha prestando à infância deste Estado.

Atendimento ambulatorial de julho de 1935 a dezembro de 1939 em Vitória	
Consultas	16.597
Medicamentos fornecidos	12.299
Receitas fornecidas	670
Injeções	5.898
Regimes dietéticos	968
Pedidos de exames de laboratório	2.659

Tabela 10 – Atendimento ambulatorial de julho de 1935 a dezembro de 1939 em Vitória.

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1940.

Atendimentos no Hospital Infantil em Vitória desde a sua instalação - 1936 até dezembro de 1939	
Injeções	10.330
Curativos	21.827
Operações	393
Aparelhos gessados	32
Pedidos de exames de laboratório	2.659

Tabela 11 – Atendimentos no Hospital Infantil em Vitória desde a sua instalação – 1936 até dezembro de 1939.

Fonte: ESPIRITO SANTO , 1940.

Em relação à lepra, doença marcada pelo preconceito e discriminação, o diretor do Serviço Nacional da Lepra (SNL), Ernani Agrícola, propôs que todas ações ficassem sob a direção única desse órgão, que coordenaria a campanha nacional a ser executada pelos departamentos estaduais de saúde. Entretanto, para isso a Campanha Nacional de Saúde (CNS) deveria aprovar princípios e normas para essa campanha (FONSECA, 2000: p.188).

No caso do Espírito Santo, a lepra representou um problema sério, dada a existência de focos em atividade na sua vizinhança. Logo nos primeiros dias de Governo, seria criado um leprosário de emergência na Ilha do Cal, onde seriam isolados os leprosos contagiantes que, em virtude de residirem em grandes centros ou perambularem, como esmoleres, de cidade em cidade, eram grandes disseminadores do bacilo de Hansen.

Todos os leprosos descobertos eram fichados e examinados, assim como as pessoas que tinham convivência íntima com eles, principalmente os filhos. Determinadas as zonas de maior incidência da lepra, ali foram instalados dispendiários, com a denominação de “dispendiários de pele” (misto para lepras e doenças venéreas), que tinham, dentre outras finalidades, a de exercer vigilância sobre os leprosos e suas famílias, tratar os leprosos que não estavam recolhidos ao leprosário e descobrir novos casos de lepra.

No entanto, para isolar esses leprosos que em fase contagiante ofereciam perigo à coletividade, foi cogitada a construção de um leprosário. Esta tornou-se uma Colônia denominada Itaenga, distante 14 quilômetros da Capital, onde foram construídos 75 edifícios para albergar cerca de 400 doentes, com comodidade e conforto.

O governo do Estado também empregou esforços para erradicar a lepra do seu território, tendo dispendido no período de 1930 a 1939 vultosas quantias para

combater e erradicar essa doença, que tanto passou a atacar a população, sobretudo a mais carente economicamente.

Custeio com o Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas em Vitória (1935 a 1939)	
Custeio do Serviço de Profilaxia da Lepra e das doenças venéreas	2.121:252\$579
Com a construção da Colônia de Itaenga	1.190:000\$000
Com a construção do Preventório “Alzira Bley”	230:000\$000
Com o custeio da Colônia de Itaenga	1.640:000\$000
TOTAL	5.534:797\$579

Tabela 12 – Custeio com Lepra e Doenças Venéreas (1935 a 1939) em Vitória.
 Fonte: ESPIRITO SANTO, 1940.

Tantos recursos financeiros destinados à construir hospitais se justificavam. Esses hospitais não eram somente para abrigar os doentes, também funcionavam como forma de prevenção para proteger as populações urbanas. Os Dispendiários e Preventórios serviam para diagnosticar e prevenir doenças como lepra e tuberculose, separando os doentes dos demais componentes da família e isolando-os para que não viessem contaminar o restante da população. Por isso, os hospitais eram construídos bem distantes, como por exemplo, o leprosário na Ilha do Cal, Colônia de Itaenga, Preventório “Alzira Bley”, dentre outros.

Em igual período o Governo Federal, no intuito de auxiliar as iniciativas em favor da saúde e bem-estar dos brasileiros, dispendeu para as iniciativas de Bley no Espírito Santo o seguinte montante:

Auxílio do Governo Federal junto a área de saúde no Estado	
Com a construção da Colônia de Itaenga	1.190:000\$000
Com a instalação do Preventório “Alzira Bley” e Granja “Eunice Weaver”.	100:000\$000
Com o custeio da Colônia de Itaenga	425:000\$000
TOTAL:	1.175:000\$000

Tabela 13 – Auxílio do Governo Federal junto à área de saúde no Estado.

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1940.

A Colônia de Itaenga dispunha de abastecimento de água, serviços de luz elétrica, esgotos e telefone; possuía campos de futebol, basquetebol, e outros exercícios; possuía cassino, biblioteca e escola; casas separadas para leprosos casados; amplo refeitório, lavanderia a vapor; isolamento para moléstias intercorrentes; maternidade e bem instalado pavilhão de clínica. O destino dos doentes dependia do diagnóstico e do estágio da doença. Os leprosos contagiantes fichados pelo Serviço de Lepra eram isolados em Itaenga, enquanto os não contagiantes, que não precisavam de isolamento, eram tratados nos próprios dispendiários.

Estendida essa vigilância por meio de exames periódicos aos que conviviam com leprosos, era necessário cuidar especialmente dos filhos menores, que eram os

mais suscetíveis à enfermidade. Em razão disso, o Governo procurava dar assistência aos filhos dos leprosos em suas próprias residências. Essa assistência, realizada em cooperação com os dispendiários e prefeituras, ficava a cargo das Sociedades de Assistência aos Lázaros, que foram instaladas em todas as cidades do Estado pela presidente da federação das Sociedades de Lepra., Dona Eunice Weaver. Essas Sociedades, notadamente a da Capital, desempenhavam bem o seu papel dando assistência aos filhos dos leprosos junto ao governo estadual. Anexa ao Preventório “Alzira Bley” o governo do Estado construiu a creche “Alice Monjardim”. Ali eram recolhidas as crianças que nasciam no leprosário, imediatamente após o seu nascimento, quando ainda não estavam contaminadas; ali permaneciam as meninas até 18 anos e os meninos menores de 10 anos.

Juntamente com o Serviço de Lepra funcionava o Serviço de Doenças Venéreas, que o governo procurou estender a todos os centros populosos. O Serviço de Doenças Venéreas, mantido pela União em parceria com o Estado, funcionou até dezembro de 1930, quando o Governo Federal resolveu extingui-lo. Dessa forma, obteve-se do ministro da Justiça de então permissão para que se continuasse dali em diante a manutenção exclusiva pelo Estado.

Durante o período de 1931 a 1939, esses dispendiários realizaram, na parte referente à profilaxia das doenças venéreas, os seguintes serviços:

Serviço de Profilaxia de Doenças Venéreas de 1931 a 1939 em Vitória	
Matrículas	63.761
Injeções	1.538.698
Curativos	491.669
Reações de Wassermann	86.773
Reações de Kahn	4.651
Pesquisas de laboratório	26.923
Consultas em curso de tratamento	232.361
Exames de urina	213.491
Pequenas intervenções cirúrgicas	2.531

Tabela 14 – Custeio com Doenças Venéreas de 1935 a 1939 em Vitória.

Fonte: ESPIRITO SANTO , 1940.

Quanto à situação dos menores abandonados, o governo não ficou alheio a esse problema de difícil e complexa solução: solicitou à época ao juiz de menores da Capital que, em conjunto com organismos estatais, propusessem alternativas a essa questão. Atendendo a essa solicitação, o Magistrado enviou ao governo um relatório circunstanciado sobre o assunto, bem como um projeto sobre a organização do serviço, o qual foi transformado em lei naquele mesmo ano.

Com o intuito de melhor aparelhamento desse setor e proporcionar maior assistência a esses menores abandonados, o governo do estado criaria, em 1933, alguns órgãos oficiais, como o Instituto Agrícola de Maruípe, mas esse instituto só seria concretizado seis anos depois da publicação da Consolidação das Leis de

Assistência e Proteção aos Menores, que passaria a fazer parte do Código de menores.

As instalações deste Instituto foram ampliadas em 1936 com a construção do pavilhão “Melo Mattos” e, mais tarde, com a inauguração do pavilhão “Lucilia Oliveira Santos”, de idênticas proporções do anterior e com lotação para 250 menores. Os menores ali abrigados recebiam instrução primária e dedicavam-se a pequenos trabalhos de avi-horticultura e à aprendizagem dos ofícios de sapateiro e encadernador.

O Orfanato “Chistiano Andrade” seria outro estabelecimento oficial, para meninas, inaugurado na sede do município de Afonso Cláudio. O prédio custou 230:380\$000 e seria dotado de dormitórios, salas de aulas, cozinha e refeitório.

Outro estabelecimento oficial criado pela lei nº 196, de dezembro de 1936, seria o Patronato de Olivania, com a finalidade de abrigar menores delinqüentes. O terreno, com 40 hectares, foi cedido gratuitamente pelo Sr. Arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira. As obras do antigo colégio S. José, que existiam neste terreno foram adquiridas por 100:590\$, sendo que continuaria sem o devido funcionamento para que foi destinado.

Além dos estabelecimentos oficiais, o Estado subvencionaria outros estabelecimentos como: os orfanatos “Santa Luzia”, “Asilo Coração de Jesus”,

Orfanato Cristo Rei e Asilo “Cristo e Caridade”, os dois primeiros destinados ao abrigo de meninas.

Além de 150 apólices no valor de um conto de réis doadas pelo estado ao Orfanato Jesus Cristo Rei e de pequenos reparos realizados no Orfanato “Santa Luzia”, dispenderia o Estado, de 1931 a 1939, com subvenções a esses educandários, de assistência à infância desvalida a cifra de 426:000\$000 (ESPÍRITO SANTO, 1940: p.77-78-79).

Após o deslocamento de Punaro Bley do governo local, em 1943, para assumir a Presidência da Companhia Vale do Rio Doce, o indicado para o governo local na qualidade de Interventor foi Jones dos Santos Neves, que permaneceu no governo até o fim da Era Vargas, em 1945.

Santos Neves tratou de dar continuidade às realizações de Punaro Bley, na área da educação e de saúde.

Uma de suas preocupações foi estudar um novo tipo de construção escolar, que melhor se adaptasse ao clima do estado. Nesse sentido inúmeras escolas foram abertas e outras reformadas. Já em relação à saúde, o novo Interventor demonstrou interesse em proteger e amparar o trabalhador rural: mais quatro unidades sanitárias foram criadas no interior do Estado e fomentaram de maneira ponderável o movimento geral de todos os distritos, permitindo que fossem distribuídos pelos médicos do serviço estadual de saúde 120.077 consultas e

vacinadas contra o tifo, a difteria e a varíola 75.089 pessoas. Foi intensificado o preparo de técnicos em cursos estaduais e federais; regulamentou-se o levantamento da estatística vital e sanitária; o serviço de higiene sanitária foi melhor aparelhado, ampliaram-se os laboratórios para a produção em escala industrial de vacinas anti-tíficas e medicações específicas; a campanha anti-tuberculosa recebeu nova forma de atuação, conseguindo uma equipe móvel a fim de levantar no Estado um vasto inquérito tuberculínico e Rontgen-Fotográfico, seguido da vacinação em massa pela Bacilo Calmette-Guérin (B.C.G).

A fim de corrigir a má qualidade da água da capital, responsável maior de inúmeros distúrbios da saúde infantil, Santos Neves determinou a sua cloração por intermédio de um equipamento Patterson. Também inaugurou o Posto de Higiene Mental e, com o aparelhamento do edifício da ilha da Pólvora, foi colocado em funcionamento o primeiro Hospital de Psicopata do estado. Com o auxílio do governo federal, deu início à construção do centro de saúde de Vitória (ESPÍRITO SANTO, 1945: p. 138).

Quanto ao serviço de Assistência Social, foi dado início à remodelação completa do Instituto Agrícola de Maruípe; a conclusão da obra social “Santa Luisa” para meninas órfãs; os projetos de reforma e criação de vários patronatos e asilos; o início dos parques proletários; a assistência ao Asilo da Velhice Desamparada.

Intimamente articulados, com a Legião Brasileira de Assistência, o governo Jones dos Santos Neves buscou dar prosseguimento aos trabalhos ou tentar aliviar os

chamados aflitos ou desassistidos da população. É preciso entender que os atos caritativos eram largamente difundidos na sociedade de Vitória da época, sendo os pobres incluídos pelo assistencialismo. Amenizavam as privações econômicas, mas não se punha fim à precariedade. Mais do que uma obrigação do governo à sociedade, a mentalidade da época vislumbrava o papel religioso incluso na caridade social e considerava sua obrigação cuidar desses desvalidos através de auxílios destinados a essas instituições filantrópicas. Assim, havia uma união entre o poder governamental, o poder religioso e a sociedade, na prerrogativa de auxiliar os desvalidos através de ações caritativas que deveriam ter um objetivo próprio, seja no sentido de resguardar os valores dessa sociedade ou simplesmente por amor ao próximo.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do século XIX, com o advento da República e durante todo o transcorrer da chamada Primeira República no Brasil (1889-1930), o termo “pobreza urbana” emergiu como problema maior aos olhos da elite nacional. Isso se deu em parte, em razão do crescimento do surto industrial e, conseqüentemente, do aumento da população urbana, que foge do campo na expectativa de melhores oportunidades nos centros urbanos.

Esse contingente de mão-de-obra que vem buscar nas cidades novas oportunidades de trabalho cresce também em razão do fim do sistema escravista em 1889 e da chegada de milhares de imigrantes que, ao serem explorados nas lavouras cafeeiras, fogem dessa opressão, da condição de semi-servidão que muitas vezes lhes era infligida.

Graças à situação de inchaço da pobreza nas zonas urbanas a questão da saúde pública e da necessidade de higienização das cidades, começa a aparecer puxada pelo discurso dos médicos-higienistas. Em pouco tempo os pobres tornam-se um problema real, com o qual o Estado começa a se preocupar, já que deve manter a ordem social.

Por decisão governamental, programas sociais são implementados para combater doenças contagiosas como a tuberculose, a varíola e a febre amarela; a falta de higiene das moradias coletivas; a ampliação de oferta de escolarização, com

objetivo de preparar a população para o exercício de atividades profissionalizantes.

O Estado passa a dirigir a higiene e a escolarização como forma de integração e de manutenção da ordem pública, pois acreditava-se que, a partir dessas duas áreas de atuação, seria possível, então, que as classes menos privilegiadas economicamente (tidas como preguiçosas) fossem erradicadas da desordem e do controle social.

A partir de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, a economia brasileira se pautará cada vez mais pelo crescimento da atividade industrial. Assim, era preciso atuar-se em dois planos, primeiramente habilitar a população, sobretudo a mais pobre, para o exercício no trabalho como operário. Isso só poderia ser feito através da ampliação do acesso à escolarização num segundo plano, vê-se a necessidade de transformar esse trabalhador assalariado em uma sociedade ordenada pelo trabalho (controle social dos trabalhadores), e para tanto, era preciso eugenzar esse contingente populacional.

O governo de Vargas teve uma duração num primeiro momento da história brasileira de quinze anos, prolongando-se de 1930 a 1945. Se desde 1930 esse governo se caracterizava por ser um regime autoritário, a partir de 1937, com a instalação do Estado Novo, a tendência foi do autoritarismo se ampliar ainda mais, passou-se verdadeiramente a se viver um regime de exceção.

A partir de um governo autoritário, Vargas teve ainda mais condições de implementar medidas com o objetivo de disciplinar e de controlar a população brasileira.

Não obstante viver-se um regime autoritário, não se pode dizer que as iniciativas de políticas sociais para a população tenham sido emanadas unicamente do Estado. Muitas surgiram por demandas populares. Dentre estas demandas, as áreas de educação e de saúde foram as que mais atenção passariam a receber do Estado. Nesse sentido, o Estado se preocupou com a realização de ações quanto à implementação do abastecimento de água e serviços de esgotos, sem se descuidar da área da educação.

Na área de educação, o governo tratou de ampliar a oferta de escolarização, abrindo escolas nos mais diversos pontos do território estadual, criando cursos noturnos de educação popular.

Na área de saúde pública, procurou evitar a disseminação das doenças contagiosas, preocupando-se com a tuberculose infantil, a higiene pré-natal, criando para tanto inúmeros Centros de Saúde, Postos de Higiene, Laboratórios e Lactários. Para melhor controlar a proliferação de doenças transmissíveis, foi criado o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária e o Serviço de Profilaxia da Lepre e Doenças Venéreas. Para fiscalizar as ações na área de saúde, foi criada a Polícia Sanitária.

A tuberculose, doença em grande voga na época, foi alvo de especial atenção, tendo sido criados hospitais especializados na assistência desse tipo de doença., tornando-se as vacinas uma prática comum.

As ações nas áreas de Educação e Saúde estavam próximas, tanto assim que foi instituído o Ministério da Instrução e Saúde Pública, cuja função primordial era garantir o saneamento moral e físico da população.

Pelo que se pôde verificar, as ações do Estado Varguista, além de serem executadas para atender ao pleito da população, foram realizadas também no intuito de cooptar as comunidades em favor do regime autoritário, o que levava Vargas a sempre remeter as classes populares o consolo e a esperança.

Contraditoriamente embora pregasse a educação para todos, já que a Constituição de 1937, em seu artigo 125, afirmava que esta era um direito natural de todo o conjunto da população, o Estado Novo se desencumbiu por essa própria Constituição dessa obrigação, assumindo, assim, um papel subsidiário. Na verdade, o Estado a partir de então se desobrigou de manter e expandir o ensino público. No artigo 130 da mesma Constituição, fica evidenciado que os mais ricos deveriam financiar a educação dos mais pobres.

É possível, pois, perceber que o mundo do discurso nas áreas de educação e de saúde estava muito distante da realidade cotidiana que as populações mais pobres viviam no Espírito Santo. O fato de se buscar minimamente atender às

reivindicações da população tinha por objetivo muito mais de entrar num crescente descontentamento com as forças governamentais. A realidade vivida assim era distante, pois o que permeava eram as desigualdades, as diferenças gritantes entre os diversos segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização**. Vitória, Departamento Estadual da Cultura, 1987.

BOSCHI, R. R. **CORPORATIVISMO E DESIGUALDADE – a constituição do espaço público no Brasil (Org.)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: brasiliense, 2004.

CAMPOS Jr., Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Ed. Florecultura, 2002.

CAVALCANTE, Pedro. **Políticas de saúde no Brasil**. Disponível em: <http://www.medsobrat.ufc.br/especialização_psf/Políticas_de_Saude_no_Brasil.pt>. [s.d]. Acesso em: 11 ago. 2006.

CHALHOUB, Sidiney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.

COSTA, Vanessa Doelinger. **A criação da periferia na cidade de Vitória a partir do processo de urbanização na Primeira República (1889-1930)**, Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2003. [Monografia de Especialização].

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil (Org.)**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Interventor federal, 1930-1943 (João Punaro Bley). **Discurso: dez anos de governo**. Vitória: Imprensa Oficial, 1942.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Interventor federal, 1943-1945 (J. Santos Neves). **Discursos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**, São Paulo,

Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2001. [Tese de Doutorado].

FREITAS, M. C. de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GEREMEK, Bonislaw. **A piedade e a força**: Lisboa: Terramar, 1987.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. **Capanema**: o ministro e seu ministério (Org.). 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

INSTITUTO Histórico e Geográfico de Espírito Santo. **Discurso em agradecimento ao major João Punaro Bley**. Vitória, dez, 1943.

JORNAL À Gazeta. **Editorial Vitória 450 anos**. Vitória, set, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópolis brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. (org). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Contexto, 1998.

MENDONÇA, Carlos Vinícius. **O êxtase autoritário**: a política educacional de segurança nacional no período Vargas e sua repercussão no Espírito Santo (1930-1940). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002 [Tese de Doutorado].

NADER, Maria Beatriz. **Mudanças Econômicas e Relações Conjugais**: Novos paradigmas na relação mulher e casamento Vitória (ES) 1970-2000, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2003. [Tese de Doutorado].

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998.

PACHECO, Renato. **Os dias antigos**. Vitória: Edufes, Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

PIVA, Isabel Maria da Penha **Sob o estigma da pobreza: a ação da irmandade da misericórdia no atendimento à pobreza em Vitória-ES (1850-1889)**, Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2005. [Dissertação de Mestrado].

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REVISTA Capixaba. **Revolução de 30**. Vitória, n. 16, jun, 1968.

REVISTA do Instituto Jones dos Santos Neves. **A era Vargas no Espírito Santo**. Vitória, n. 2, jun, 1985.

REVISTA Chanaan. **Governo do Espírito Santo: Mensagem**. Vitória, n.7 - Anno I – julho, 1936.

RIZZINI, Irene. **O Século perdido – raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, AMAIS Editora, 1997.

SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão –análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

SALLETO, Nara. **Transição para o trabalho livre e a pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES 1. ed., 1996.

SANTOS, Vanderlei. **Cidadania e justiça**. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1979.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Editora Autores Associados Ltda. São Paulo, 2004.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Ufes, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **O desenvolvimento do Porto de Vitória (1870 -1940)**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1984.

_____. **O Porto de Vitória. expansão e modernização (1980 – 1993).** Vitória: CODESA, 1994.

_____. Imagens da Cidade: Contrastes Urbanos e Modernização. **Revista da SBPH**, Curitiba.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza.** Parte I – Os pobres e a gestão da cidade de São Paulo. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

VASCONCELOS, João Gualberto F. **A Invenção do coronel:** ensaio sobre as raízes do imaginário político-brasileiro. Vitória: SPDC/Ufes, 1995.

VASCONCELOS, João Gualberto F. (Org.). **Vitória: trajetória de uma cidade .** Vitória: 1993.

VELOZO, João Paulo dos Reis; Albuquerque, Roberto Cavalcante.(Org) **Modernidade e pobreza:** a construção da modernidade econômico-social. Rio de Janeiro: Nobel, 1994.